

Em nome do povo

Reflexões sobre política,
educação e cidadania

Vol. VII

COPYRIGHT © 2012 – José Teodoro Soares

Capa:
Luiz Carlos Alves

Revisão de texto:
Teobaldo Mesquita

Impressão:
Gráfica Cearense

P962n Professor Teodoro.

Em nome do povo: reflexões sobre política, educação e cidadania / Professor Teodoro. – Fortaleza:

188 p.

Vol. VII

ISBN

1. Ciências políticas. 2. Educação. 3. Soares, José Teodoro. I. Título.

CDDdir: 320

Professor Teodoro

Em nome do povo

Reflexões sobre política,
educação e cidadania

Vol. VII

Fortaleza, 2012



SUMÁRIO

1 - POLÍTICA

Os direitos humanos no Brasil (povo).....	13
Agentes comunitários (povo).....	15
Estude muito e sempre (povo).....	19
Avaliação da Universidade Vale do Acaraú (povo).....	23
Síndrome do retrovisor (povo).....	27
10 anos da LRF (povo).....	29
Educação não é prioridade em Fortaleza (povo).....	31
Um outro fórum é possível (estado).....	33
O Brasil não fez a lição (estado).....	35
Educação é investimento (estado).....	37
Todos pelo Ceará (estado).....	39
Falta educação no Pacto por Fortaleza (estado).....	41
Efêmera autocrítica do governo (estado).....	43
O Mundo não acabou (expresso).....	45
Bolsa família na escola (expresso).....	47
Agentes de transformação (expresso).....	49
Tasso e as alianças no Ceará (expresso).....	51
Pão e saber (expresso).....	53
Quem avalia a CAPES? (expresso).....	57
Liberdade de expressão (expresso).....	61
Revisão do Plano de Direitos Humanos (correio).....	63
Nação de semiletrados (correio).....	67
O Brasil precisa de Ciro (correio).....	69
A educação na agenda presidencial (correio).....	73
Eleição sub judice (correio).....	77
A excelência da política (correio).....	79

2 – EDUCAÇÃO

Balanço educacional 2009 (povo).....	83
UFC adota o Enem (povo).....	83
Boas notícias para educação (povo).....	89
O PIB e a educação (povo).....	93
GOL: educação para todos (povo).....	97

Plano Nacional de Educação (estado).....	99
Conferência Nacional de Educação (estado).....	101
Necessidade crescente de educação (estado).....	103
Corte na educação (expresso).....	105
Fortaleza decepçiona no spaece-alfa (expresso).....	107
Tempo da colheita (expresso).....	109
Agente de educação do Rondon (correio).....	111
Dia estadual da educação (correio).....	113
Quatro décadas de atraso (correio).....	115

3 – CIDADANIA

Iniciando 2010 (povo).....	121
Por que os sinos choram (povo).....	123
Faculdade Católica de Fortaleza (povo).....	127
Campanha da fraternidade 2010 (povo).....	129
Centenário de Raquel de Queiroz (povo).....	131
Jorgelito Cals, educador apaixonado (estado).....	133
Vida em abundância (estado).....	135
O mestre doutor Raimundo Borges (estado).....	137
Homenagem 135 anos do Seminário São José – Crato (estado).....	139
A arte excitável de Sérvulo Esmeraldo (estado).....	141
O senhor do Montese (estado).....	143
23 anos da URCA (estado).....	145
Cristovam Buarque, o educacionista (estado).....	147
Medalha Cláudio Martins (estado).....	149
Medalha Visconde de Saboia para Tasso (expresso).....	151
Sobral, cidade da educação (expresso).....	153
A favor da vida (expresso).....	155
Cidadão Forquilhense (correio).....	157
Congresso das famílias (correio).....	159
Padre Nilson, o santo do Mucuripe (correio).....	161
Os 35 anos da UECE (correio).....	165
A força que faz viver (correio).....	169
À espera do pastor (correio).....	171

4 – RELIGIOSIDADE

Amostra itinerante de Dom Helder (povo).....	175
A existência de Deus (povo).....	179
A pastoral da criança (povo).....	181
Revistando o Concílio Vaticano II (povo).....	183
O padroeiro dos cearenses (povo).....	185
Juazeiro do Padre Cicero (povo).....	187
90 anos da Ir. Elizabeth (povo).....	191
Queremos Deus 2010 (estado).....	195
13 de Maio, data a ser comemorada (estado).....	197
Fica conosco, Senhor! (estado).....	199
Afronta aos direitos humanos (expresso).....	201
Economia e vida (expresso).....	203
O enviado do Senhor (expresso).....	207
Memorial da última ceia (correio).....	209



Prefácio

Aroldo Lins

Professor da UFC

Mais uma vez o professor Teodoro nos brinda com vários artigos que compõem este sétimo volume da série EM NOME DO POVO, abordando variada temática que vai desde a política, a educação, a cidadania e a religiosidade.

Ao lado da sua atividade parlamentar, busca o autor trazer à lume temas que fazem parte do debate político e que interessam sobremaneira ao cidadão comum, e que são tratados de forma simples e objetiva.

Como educador nato, cabe ressaltar sua preocupação com a distância em que ainda se encontra a educação em nosso Estado, em relação aos indicadores ideais fixados pela prática comum na educação básica, na questão do analfabetismo, da evasão e da repetência e, porque não dizer, do nível de matrículas na esfera da educação superior.

Nesse sentido, não se poderia deixar de louvar projeto apresentado pelo parlamentar professor sobre a criação dos Agentes Comunitários de Educação, com atuação maior junto àqueles alunos com maior dificuldade de aprendizagem, ofertando-se desde o simples reforço escolar, por meio de aulas extras, até o estímulo à leitura e o incentivo à família para participar das atividades escolares, com vistas a acompanhar o desenvolvimento de seus filhos.

Vale a pena ver o desejo do autor em trazer ao público em geral o interesse pela política, no seu conceito mais amplo, como parte do cotidiano do cidadão comum e não apenas vista como atividade do Executivo ou do Legislativo.

Nota-se ainda claramente ao longo de vários textos, a vontade do autor de restabelecer os valores intrínsecos ao ser humano no seio das famílias, muitas das quais atualmente bastante desestruturadas. Por isso, mais uma vez, como parlamentar, criou na Assembleia Legislativa uma frente parlamentar em defesa da família pautada, dentre outros aspectos, pela articulação com todos os movimentos que adotem a família como o centro de suas ações; pela promoção de amplos debates enfocando a realidade da família na sociedade contemporânea e o seu papel como sujeito na construção de uma nova sociedade e pela articulação para construção de uma rede de proteção à família.

Digno de menção é a singela homenagem prestada em artigo ao vigário emérito da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, no Mucuripe, o

padre José Nilson, portador de alta sensibilidade para a compreensão das dificuldades e lutas dos seus paroquianos, tornando-se um verdadeiro missionário, admirado e amado por todo o seu rebanho.

No momento em que a humanidade parece que esqueceu a DEUS, o professor Teodoro vem lembrar da sua grandeza e misericórdia, através de vários exemplos de vida de cristãos que se dedicaram exemplarmente ao próximo e se tornaram referência para o mundo, como dom Helder Câmara, com sua extraordinária inteligência voltada para a defesa dos pobres e a erradicação da miséria e Zilda Arns, por meio da Pastoral da Criança.

Que o leitor perceba enfim, de forma clara, a força da educação para a transformação do indivíduo, da nação, da humanidade, trazidas tão bem pelo autor ao longo de vários artigos, servindo de estímulo para aqueles que desejem mudar a qualidade de suas vidas.

Ao professor Teodoro, que continue a palmilhar a estrada agregadora da educação, contribuindo para o debate sobre este tema indispensável para o desenvolvimento do ser humano.

POLÍTICA



Os direitos humanos no Brasil

O Brasil dispõe de algumas leis que são muito avançadas, até em âmbito internacional, em relação aos direitos humanos e à proteção da cidadania. Entre as que se destacam no cenário mundial está o conjunto de regras para garantir os direitos da infância e da adolescência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, muito conhecido por sua sigla ECA, já completou sua maioridade, a despeito das críticas de setores retrógrados, que defendem punição rigorosa para delitos cometidos por quem tem menos de 18 anos de idade. Nossa sociedade se mostrou amadurecida para não sucumbir aos argumentos da truculência e apostar na recuperação e proteção de crianças e adolescentes.

A lei Maria da Penha, inspirada numa cearense vítima da violência machista, é outro exemplo de avanço, com o intuito de diminuir a delinquência, neste caso, de adultos e apontar para uma cultura de paz.

Os esforços para aperfeiçoar nosso arcabouço jurídico e sedimentar uma tradição em defesa dos direitos humanos são elogiáveis e merecem não só o respeito, mas o apoio de todos nós. Os dois últimos governos federais, baseados em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, estabeleceram planos para ampliar a defesa dos direitos humanos. O primeiro a levantar a bandeira nesse sentido foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que elaborou dois planos nacionais direcionados para esta causa.

Agora, já no ocaso de seu mandato, o presidente Lula também elaborou o seu Plano Nacional de Direitos Humanos, que está sendo chamado de PNDH III, numa referência de continuidade às duas outras edições do PNDH, ainda da época de Fernando Henrique.

Depois de audiências públicas induzidas pela Secretária de Direitos Humanos, veio a lume um calhamaço de documentos que virou decreto assinado pelo presidente Lula. Em sua grande maioria, o documento é benéfico à sociedade, significa um avanço para diminuir desigualdades culturais e combater preconceitos, estereótipos e toda sorte de discriminações.

No entanto, dentro desse arrazoado de boas intenções, assomaram alguns pontos polêmicos que provocaram a repulsa de setores organizados da sociedade civil.

Segundo a opinião de muitos, o PNDH se configurou como um cavalo de tróia, que trazia em seu bojo algumas diretrizes que detonam a própria luta pelos direitos humanos.

Quero trazer à reflexão exatamente esses pontos. Graças a Deus, o presidente Lula já alterou alguns, se mostrou disposto a recuar

em outros e oxalá deite por terra todas essas ações deletérias ao bom convívio social.

Dos principais itens questionados do PHDH III, alguns são explosivos e jamais poderiam ser abordados por decreto, demandando até mesmo consultas plebiscitárias e referendos, como é o caso do aborto, que tem a rejeição de grande parte da sociedade.

Esse aspecto sofreu forte resistência da Igreja Católica, que se pronunciou através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A CNBB também protestou contra a indicação de se retirar os símbolos religiosos dos órgãos públicos. Essa medida não é apenas um preconceito religioso que pretende abolir imagens e crucifixos das repartições públicas, mas um atentado à nossa tradição cultural.

Mas não é punindo de forma discricionária que se combate; é preciso educar e fazer campanha com os próprios meios de comunicação. Simplesmente retirar do ar ou suspender o programa, de acordo com critérios julgados pelo Estado, pode redundar em erros, em totalitarismo.

A liberdade de expressão é um bem maior de uma sociedade, e não podemos abrir mão dela sob simples pretexto ditatorial.

O documento prevê a elaboração de critérios de acompanhamento editorial a fim de criar ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de direitos humanos, assim como dos que cometem violações. Isso lembra as ditaduras que tentaram amordaçar a imprensa. Não deu certo.

O direito à propriedade, garantido logo no preâmbulo da Constituição, está sob ameaça, assim como a segurança jurídica, pois uma das funções do judiciário está sendo solapada. O texto do PNDH III, na forma proposta, é um verdadeiro estímulo a invasões e um desestímulo aos produtores rurais. Em vez de propugnar a paz no campo, faz o inverso, cria um clima de intranquilidade.

Pelo que vimos, muitos dos pontos do PDDH III se revelam como uma miniconstituinte e precisariam ser tratados no fórum adequado, e não via decreto.

A sociedade está se mobilizando para evitar essa ofensa à Constituição brasileira.

Jornal O Povo, 13 de fevereiro de 2010

Agentes comunitários de educação

Foi aprovado nas comissões e agora vai à votação no plenário projeto de indicação de minha autoria sobre os Agentes Comunitários de Educação, para o qual conto com o apoio de todos os colegas, pela importância de que se reveste essa iniciativa.

Os Agentes da Educação, inspirados nos Agentes de Saúde, já foram implantados em outros municípios, tanto do Ceará como de outros estados. Dos de maior sucesso, cito o programa do município cearense de Iguatu e o de Campinas, em São Paulo. Em todos eles, o objetivo é o reforço escolar que se dá junto a famílias carentes para combater o analfabetismo, a repetência e a evasão escolar.

É um projeto de indicação, que não tem força de lei, mas esperamos que seja encampado pelo Governo do Estado para dar maior abrangência a esse programa de grande alcance social.

Sem esperar pela aprovação governamental, o Projeto Rondon está se mostrando proativo e já lançou o seu Programa de Agente Comunitário da Educação. Tenho a honra de fazer esse anúncio, com a presença dos primeiros universitários e voluntários que vão fazer parte do Programa.

Fiel ao seu lema “integrar para não entregar”, o Projeto Rondon vem arregimentando jovens universitários para interagir com as diversas culturas do país, promovendo uma troca de experiências acadêmicas e populares que engrandece os estudantes e a comunidade. Há sempre um ganho nessa relação.

Os estudantes, voluntários, entram em contato com uma realidade que às vezes parece distante do seu dia a dia, mas que serão obrigados a enfrentar em seus futuros ofícios profissionais. E a comunidade se beneficia dos saberes acadêmicos que os estudantes fornecem quando estão em contato nas missões do Rondon.

Essas missões são geralmente realizadas no período de férias escolares, mas o Rondon, principalmente quando saiu das mãos do governo e passou a funcionar como organização não governamental, desenvolve ações mais perenes, como as que são executadas aqui no Ceará. Fortaleza, Sobral e Reriutaba são focos de atuação, incluindo a instalação de campus avançado, com atividades periódicas.

Desta vez, o Rondon se propõe a uma ação inovadora, que pretende trazer resultados positivos no ensino fundamental e médio. Cerca de 70% dos alunos brasileiros são assistidos pelo ensino público que, lamentavelmente, deixa muito a desejar e está influ-

enciando de forma negativa o futuro do Brasil e dos brasileiros.

Repetência, evasão escolar e analfabetismo são as pragas que infestam nosso sistema de ensino e condenam os estudantes ao atraso educacional.

Dez por cento da população brasileira é composta de analfabetos, o que representa um contingente de cerca de 19 milhões de pessoas. É uma taxa que nos envergonha no cenário mundial e até mesmo da América Latina. No Ceará, a situação é pior, com 19% de analfabetismo, chegando a 30% nas populações rurais.

Diante desse diagnóstico, o Rondon presta sua contribuição para mudar esse quadro, esperando que os demais entes envolvidos – governos, entidades, escolas – também façam sua parte. É com esse ânimo que o Projeto Rondon do Ceará está lançando o Programa Agente Comunitário de Educação, com o intuito de integrar a escola com a comunidade, envolvendo as famílias no processo de aprendizagem.

Os agentes vão atuar em conjunto com as escolas, para detectar aqueles alunos de maior vulnerabilidade, a fim de trabalhar na sua recuperação.

As ações vão desde o simples reforço escolar, através de aulas extras, assim como o estímulo à leitura e o incentivo à família para participar das atividades escolares, além de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos.

São ações simples que podem fazer diferença no ambiente educacional. Assim, o Rondon integra os jovens e adolescentes na escola para não os entregar ao mundo da droga e da criminalidade.

Quando o governador Tasso Jereissati assumiu o governo do Ceará pela primeira vez, era dos mais altos o índice de mortalidade infantil. Como resultado do trabalho dos Agentes de Saúde, o estado apresentou a maior redução de mortalidade infantil de todo o país em todos os tempos. A meu ver, foi um dos maiores feitos do Governo das Mudanças, uma gestão que deixou marcas na área social.

As crianças que não têm educação ou não são educadas adequadamente também sofrem um tipo de mortalidade, a intelectual pois a falta de aprendizagem deixa sequelas para o resto da vida, muitas delas irreparáveis.

Uma das funções desses agentes seria o de incentivar a leitura, levando não só para os alunos, mas para toda a família o prazer dos livros, das histórias, do mundo lúdico.

Para isso, a Secretaria da Educação deveria desenvolver um programa específico, incluindo a doação de livros, de minibibliotecas

que ficariam à disposição de um grupo de famílias, a exemplo do que já ocorre em São Gonçalo do Amarante, com o Baú de Leitura.

Outro aspecto seria o do reforço escolar. Muitas vezes, a evasão escolar se dá pela falta de estímulo. O aluno não consegue acompanhar o conteúdo, vai ficando para trás em relação a seus colegas e finda por abandonar por completo a escola.

O reforço escolar seria uma medida simples para trazer de volta ao aluno o entusiasmo pelos estudos. É o que precisamos fazer.

Jornal O Povo, 6 de março de 2010

Estude muito e sempre

Estudar é como andar de bicicleta. Se parar, é queda na certa. Todo dia é um aprendizado. Fernando Pessoa disse que “tudo quanto vive, vive porque muda; muda porque passa”. Ainda mais antigamente, o filósofo Heráclito, de Éfeso foi mais taxativo. Ele disse que “Nada é permanente, exceto a mudança”.

Ora, se naquele tempo, há mais de 500 anos antes de Cristo, a mudança era a constante, imagine agora, nesse tempo de globalização, de internet e de informação em tempo real.

Hoje, com toda parafernália tecnológica, as informações nos chegam aos borbotões. Toda hora um conhecimento se sobrepõe ao outro, exigindo de nós uma contínua predisposição ao estudo e ao aprendizado. Se não, seremos rapidamente ultrapassados, cairemos da bicicleta.

O presidente Barack Obama compreendeu muito bem essa lição. Assim ele se expressou num de seus primeiros discursos na qualidade de presidente dos Estados Unidos: “Peço a todos que dediquem pelo menos um ano a mais ao ensino superior ou à qualificação profissional. Qualquer que seja esse treinamento, todos precisarão ter mais do que um diploma universitário”.

Com esse pedido do Presidente americano, é de se imaginar que a educação, principalmente o ensino superior, esteja em crise nos Estados Unidos. Note-se que lá o índice de jovens na idade de 18 a 24 anos que cursam o ensino superior é em torno de 80%. Apesar disso, o presidente Obama está muito preocupado, e quer elevar esse índice a 100%.

Ele sabe que se não fizer isso, vai perder em competitividade. Vai perder a liderança de maior economia do mundo, de maior emissor mundial de tecnologia, enfim está ameaçado de perder o posto de locomotiva que impulsiona o planeta.

Se o índice de 80% de jovens na universidade causa tanta preocupação ao presidente americano, como deveria ser a nossa preocupação, já que nosso índice é de apenas 13%? O Brasil perde até mesmo para seus países vizinhos na América do Sul, o que nos deixa tristes e preocupados em relação ao nosso futuro.

Sabemos que é no ensino superior que se desenvolvem as tecnologias, o conhecimento. É o que faz a diferença na competição internacional. Temos uma grande quantidade de talentos, mas sistematicamente, estamos atrasados, e muito, em relação a outros países.

O problema da educação superior no Brasil é grande, mas não é o único nem o maior.

O maior deles mesmo é o analfabetismo, que atinge uma multidão de 19 milhões de pessoas. É um problema que resiste a governos e a políticas testadas nesses últimos anos. É um retrato doloroso pendurado na parede de cada escola brasileira. Essa multidão, uma população superior à de muitos países, se encontra com deficiência. Vê mas não distingue números e letras, tem dificuldade até de locomoção em lugares estranhos. São cidadãos sem exercer seus plenos direitos.

Enquanto não extingirmos esse mal, milhões de brasileiros viverão em eterna quarentena, afastados do mundo da leitura e de seus benefícios.

Outro gargalo no nosso sistema educacional se encontra nos últimos anos do ensino médio. As políticas públicas encetadas a partir da década de 1990 propiciaram a universalização do acesso ao ensino, com 97% das crianças na escola, atingindo seu alvo quantitativo. Falta o passo seguinte, dar qualidade ao ensino que foi universalizado.

Além de não conseguirmos dar esse salto de qualidade, e talvez até por isso mesmo, verificamos um alto índice de evasão durante a jornada do ensino. Os estudantes vão ficando pelo meio do caminho, sem chegar ao destino desejado. Na rede pública, apenas a metade dos alunos que entra no ensino fundamental chega ao final do curso. E somente 30% terminam o ensino médio. Na ponta do lápis, 70% das crianças viram analfabetos funcionais.

Outra praga, com alta carga de letalidade para o ensino, é o analfabetismo escolar. As crianças frequentam a escola, mas não aprendem o conteúdo que lhes é apresentado no momento adequado, não são alfabetizadas na idade certa.

Medidas recentes dão alento à luta pela boa educação. O Enem é uma delas. Ele se transformou em porta de entrada das universidades públicas, com dois grandes pontos positivos. O primeiro deles é que acaba com o vestibular. O segundo é que ele vai reorientar todo o conteúdo e pedagogia do ensino médio.

Ele passa a exigir dos alunos mais de suas competências e habilidades, do que simplesmente de sua capacidade de memorização de datas e fórmulas. Isto é, exige-se mais raciocínio e menos decoreba.

Outra grande iniciativa deu-se no ano passado, com a ampliação e antecipação da idade em que começa o ensino obrigatório. Antes, isso só se dava a partir dos sete anos. Agora, o ensino obrigatório se dá a partir dos quatro anos, o que terá forte impacto na educação infantil e

no sistema de creche.

É nessa idade que se abrem muitas janelas do conhecimento, que se fechavam simplesmente por falta de oportunidade. É exatamente o que faz a diferença entre ricos e pobres para o resto da vida. Na corrida para disputar as oportunidades de trabalho na vida, os pobres largam lá atrás. Os ricos partem na frente, pois seus filhos começam a estudar desde o primeiro ou segundo ano de vida.

Tudo que se faz em educação leva muito tempo para frutificar. Toda ação é urgente, por isso devemos nos unir em torno da causa da educação, de garantir mais recursos, mais investimentos.

Se eu fosse seu comandante e me fosse dado dizer apenas três ordens de comando, seriam estas: estude, estude, estude.

Estude sempre e muito.

Jornal O Povo, 27 de março de 2010

Avaliação da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

O governador Cid Gomes, numa ação pioneira e muito bem-vinda, está promovendo a avaliação das instituições públicas que compõem o sistema estadual de ensino superior. A avaliação é a única forma que temos para progredir de forma sistemática e contínua.

Ao mesmo tempo em que serve de diagnóstico, a avaliação é usada para desenhar cenários, estipular metas e promover uma correção de rumos nas políticas de administração.

Sem avaliação, principalmente numa instituição de ensino, corremos o risco de estagnar um processo de evolução, de perpetuar ações indesejáveis e manter desempenhos inferiores à potencialidade do órgão. A avaliação é uma das ferramentas do planejamento estratégico.

O Governo do Estado contratou, por meio de licitação, a empresa Inter Educar para avaliar as três universidades: Uece, UVA e Urca. O processo, que se encontra em fase de conclusão, é feito com base em dados nacionais do Inep, da Capes e do CNPq.

Avaliação externa realizada pela empresa contratada tem como objetivo final promover o desenvolvimento sustentável das universidades. Entre os critérios de avaliação estão eficiência e qualidade da graduação; excelência da pós-graduação e pesquisa; relação da extensão com a comunidade; capacidade de inovação tecnológica; adequação às necessidades do Estado e plano/gestão institucional.

No momento em que esse trabalho está sendo realizado, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) está renovando o mandato de seu reitor, o professor Antônio Colaço Martins. Tomamos conhecimento que a UVA, na avaliação da Inter Educar, destacou-se entre suas congêneres, principalmente em três pontos: na formação de professor, nas ações de interiorização e em relação à sua ambiência: uma universidade encravada no semiárido, que interage com a comunidade na busca de soluções específicas aos temas da região.

Só essa performance já seria suficiente para reconduzir o reitor da UVA, que dá continuidade às boas políticas de interiorização e consequente expansão da UVA. Ele também tem promovido inovações, que trazem o reconhecimento da comunidade universitária, como se deu no processo de escolha, em que sua eleição para a lista tríplice foi quase unânime.

Embora se diga um aprendiz da administração pública es-

tadual, o professor Antônio Colaço tem se saído muito bem. Dentro do sistema da Secitece, a UVA teve o melhor desempenho, de acordo com o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários. No MAPP, a UVA beirou os 100% de aproveitamento entre o orçado e o realizado. Atingiu 97% em 2008 e repetiu a performance em 2009, com 96% de realização daquilo que estava no orçamento. É uma demonstração de rara competência administrativa.

Entre as obras realizadas na universidade, estão a reforma da Biblioteca Central, construção da Praça da Integração, reforma do Núcleo de Prática Jurídica Padre Ibiapina, reforma da quadra poliesportiva e pista de atletismo do curso de Educação Física, além da reforma e aparelhamento da Fazenda Experimental.

Além dessas obras físicas, que melhoram a infraestrutura da universidade, foi criado o mestrado profissional em Saúde da Família, em convênio com a Universidade Federal do Ceará e Escola de Saúde Visconde de Sabóia. É um mestrado que vem atender a uma demanda local e ajuda a melhorar os serviços de saúde, principalmente para as famílias de baixa renda, principal alvo do Programa Saúde da Família, tanto de Sobral, como das cidades de toda a zona norte.

Na sua gestão, o professor Colaço aumentou em 41% o número de cursos de graduação. Setivesse que escolher como sua melhor obra, apontaria exatamente a expansão da oferta de vagas no ensino superior. Se o Brasil como um todo tivesse experimentado essa mesma expansão, seria motivo para festejarmos.

O professor Antônio Colaço tem uma grande bagagem cultural: graduado em Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana, em Roma, e doutorado em Filosofia, pela Universidade Lateranense. Também apresenta uma vasta folha de serviço prestado ao ensino superior no Ceará.

Foi reitor da Unifor (Universidade de Fortaleza) por 12 anos. A universidade da Fundação Edson Queiroz é a maior e melhor instituição de ensino superior do setor privado de todo Norte e Nordeste. Como diz o seu slogan, é uma universidade incomparável. Professor Colaço levou sua experiência da área

privada para o setor público.

Ele também foi diretor da Fafifor (Faculdade de Filosofia de Fortaleza) e ainda fez parte do Conselho de Educação do Ceará, tendo sido um dos conselheiros do processo de reconhecimento da UVA, em 1994, no governo Ciro Gomes.

Esperamos que esse novo mandato do professor Colaço à frente dos destinos da UVA seja repleto de êxitos, que ele amplie as conquistas da UVA, satisfazendo os anseios da comunidade universitária e de toda a sociedade que vive no semiárido cearense, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento de nosso estado.

Jornal O Povo, 24 de abril de 2010

Síndrome do retrovisor

Com a saída de Ciro Gomes da disputa presidencial, o Brasil perde a chance de discutir seu futuro com profundidade. Nas palavras do deputado cearense, falta planejamento estratégico para o país. Sua principal preocupação, e que seria levada aos debates, é com a “deterioração ética generalizada de nossa prática política, com a potencial e precoce esclerose de nossa democracia”.

A retirada de Ciro obedece a uma imposição do próprio presidente Lula, que quer dar um caráter plebiscitário às próximas eleições presidenciais. Como se o embate se desse entre Lula e Fernando Henrique Cardoso. Isso cheira a coronelismo, prática que sempre foi combatida pelos democratas e pelo próprio PT. Na verdade, chegamos ao fim de um ciclo, onde pontificaram estes dois grandes políticos, Lula e FHC, mas não podemos ficar olhando o passado. O futuro está a exigir mais de todos nós.

Lula não está concorrendo a um terceiro mandato, ele já faz parte da história. A população vai decidir se o próximo presidente será José Serra ou Dilma Rousseff.

Como fez um excelente governo, com o apoio inédito da população, o presidente Lula, como se pretendesse um terceiro mandato consecutivo, tenta a todo custo transformar os debates da próxima campanha numa comparação entre seu governo e o de Fernando Henrique Cardoso. Em termos de debate, é de uma pobreza franciscana. É um atraso, no momento em que precisamos avançar.

A estratégia dos petistas é comparar os governos anteriores. É o que eu chamo de síndrome do retrovisor. Pode ser muito boa para o partido, pode ser muito boa para a vaidade de quem se acha melhor do que outro. Só não é boa para o país, que precisa decidir seu futuro. Afinal, nem Lula nem FHC são candidatos.

A insistência em permear o debate presidencial numa comparação com governos anteriores, com o pé no passado, é uma operação típica de quem não tem candidato preparado para discutir o futuro.

O processo de redemocratização do Brasil é muito recente em termos históricos. O país vem reconquistando seu protagonismo internacional e pagando algumas dívidas sociais. Os últimos 16 anos, que englobam os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, projetaram o Brasil e o prepararam para novas conquistas. Portanto, não basta comparar os governos de antes, mas discutir quem fará melhor o nosso amanhã.

Como bem diz o conterrâneo Belchior, o passado é uma roupa que não nos serve mais. Muitas vezes, a lembrança é apenas um retrato a doer na parede. Se é verdade que as águas passadas não movem moinho, essa tentativa de engaiolar o debate, de aprisionar as ideias a um maniqueísmo barato para saber quem foi melhor, é reduzir a capacidade do povo brasileiro de construir seu destino. É apequenar este país, que é gigante pela própria natureza.

Se formos analisar o passado, com o retrovisor na frente, corremos o risco de trombar com a realidade que está logo ali na esquina, a exigir perícia e preparo técnico para enfrentamentos que, sem sombra de dúvida, virão.

Não fugimos do debate sobre as ações pretéritas, como se tivéssemos algo a esconder. Apenas preferimos prospectar o futuro. Mesmo porque o Partido dos Trabalhadores tem sua trajetória marcada por vários equívocos que contribuíram para que o Brasil não avançasse mais cedo e mais rapidamente

Lula é um grande presidente, mas não podemos concordar com seu desejo de batizar seu sucessor, como disse Ciro Gomes. Nosso país teve dois presidentes que eu considero geniais, Lula e FHC. Precisamos agora de alguém com talento, capacidade e que esteja muito preparado para dar continuidade ao que conquistamos e avançamos em outras conquistas, principalmente nas áreas da saúde e da educação.

Como disse Ciro Gomes, não podemos discutir o Brasil como se existisse apenas o passado e o presente, precisamos de uma opção do futuro.

Jornal O Povo, 8 de maio de 2010

10 anos da LRF

Há 10 anos, no dia 4 de maio de 2000, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionava uma lei que é um dos emblemas de sua herança bendita, que tanto bem fez para o Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela foi o baluarte da maior engenharia financeira e maior instrumento de transferência de renda, que foi o Plano Real.

Negar os feitos de Fernando Henrique Cardoso é optar por uma miopia histórica, é ter a vista embaçada pela catarata da ideologia. O Brasil está vivenciando o maior período de estabilidade de sua história republicana.

Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que se deram as maiores transformações estruturais, políticas e econômicas que deram suporte ao Brasil de hoje, próspero e promissor.

Vivíamos no período em que a globalização se apresentava de forma inexorável, e corríamos o risco de termos um papel irrelevante nesse novo cenário que se apresentava num caminho sem volta.

As privatizações, tantas vezes combatidas pela oposição, se mostraram eficazes e benéficas para o país. Tanto que, apesar de todo o discurso forte contrário, nenhuma empresa foi reestatizada pelo governo Lula. E algumas seguiram o ritmo da privatização. Não podemos esquecer que o Banco do Estado do Ceará, o BEC, assim como outros bancos estaduais, foi privatizado no governo Lula. E fez o certo.

A intervenção cirúrgica no sistema financeiro foi outra reforma que sofreu forte oposição do PT, PCdoB e PSB, que combateram com veemência o Proer, o plano de reestruturação bancária, e o Proes, de reestruturação dos bancos estatais. E foi exatamente essa reengenharia no sistema financeiro que fez com que a crise imobiliária chegasse ao Brasil em forma de marolinha, como intuiu o presidente Lula. O Brasil estava preparado.

No governo de Fernando Henrique Cardoso o mundo vivia em turbulência, com frequentes ataques especulativos à moeda nacional. Ora quebrava a Rússia, ora o México, a Argentina.

Em meio a profundas mudanças, com tentativas de estabilização da moeda, privatizações, reestruturação bancária, e ainda com forte movimento de oposição, foi preciso muito expertise e talento político para não soçobramos naquele mar de incertezas. O Brasil venceu, apesar dos agourentos de sempre.

Quando sobreveio a Lei de Responsabilidade Fiscal, chamada de uma virada de página na história político-administrativa do Brasil por

Martus Tavares, então ministro do Planejamento, o Brasil começou a mudar a cultura da irresponsabilidade administrativa. Da prática patrimonialista que avançava sobre a administração pública.

Essa lei foi a principal responsável pela sustentabilidade da estabilização macroeconômica e para a blindagem do país contra efeitos negativos decorrentes de movimentos da economia internacional.

A LRF veio exigir uma mudança de atitude dos agentes públicos na condução da coisa pública. Ela deu instrumentos para que a sociedade civil pudesse exercer os seus direitos, podendo controlar e cobrar seus governantes. E nisso a imprensa, e também o Ministério Público, tem cumprido seu papel exemplar de guardião da sociedade. A lei inaugurou um padrão moderno de comportamento e relacionamento entre os governantes e seus governados.

Esta lei é paradigma até para países bem mais antigos e avançados. Agora mesmo, a Grécia teve que ser socorrida para não quebrar.

Esta lei tão benéfica para o país foi muito mal compreendida pela oposição da época. Ou aqueles partidos eram muito incompetentes na leitura da economia ou agiram com muita má-fé.

ALRF pôs um limite nos gastos de municípios e estados, enquadrando-os em parâmetros e escopos na hora do endividamento. Lamentavelmente, a União ainda encontra brechas para burlar os princípios da lei de responsabilidade fiscal. É um aspecto que precisa ser aperfeiçoado.

Em vez disso, o atual governo tem usado de expedientes para aumentar despesas, que podem trazer prejuízos no futuro. Não podemos abrir mão de nossa estabilidade conquistada a tanto custo.

O governo Fernando Henrique fez profundas mudanças no Brasil, provocou transformações culturais. O Brasil ainda precisa de mais reformas, mas o atual mandatário, a despeito de sua enorme popularidade, ou até mesmo por isso, não ousou nas reformas, seja no campo político, previdenciário ou tributário.

O que estabilizou, deu suporte e credibilidade ao Plano Real, tanto no ambiente interno como internacional, foi o tripé calcado na responsabilidade fiscal, no câmbio flexível e em metas de inflação. O suporte desse tripé é uma base sólida institucional e legal inaugurada no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Os dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) são motivo para muita comemoração. O Brasil pode mais.

Educação não é prioridade em Fortaleza

A educação foi manchete na edição de segunda-feira, dia 10, nos dois maiores jornais do Ceará. Na capa do jornal O Povo, a boa notícia de que metade das escolas da rede pública do município de Eu-sébio estão funcionando em regime integral. No outro jornal, uma péssima notícia para Fortaleza. Segundo o Diário do Nordeste, a educação está longe de ser prioridade na capital cearense.

Infraestrutura, baixos salários e também a insegurança puxam para baixo os índices de aprendizagem da rede municipal de ensino de nossa cidade. Todos os indicadores falam mal de Fortaleza. Na última aferição do MEC, Fortaleza ficou na última colocação entre as capitais brasileiras. O ranking é feito pelo Ministério da Educação através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

Os índices do Estado também estão abaixo da meta, colocando o Ceará no décimo lugar entre os estados da federação. Mas, enquanto Fortaleza segura a lanterna no campeonato da educação, o Ceará é o primeiro entre os estados nordestinos. E o mais preocupante é que a Prefeitura não aponta o caminho para a solução dos problemas.

Na primeira avaliação do Spaece-Alfa, índice desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado para mensurar a qualidade da aprendizagem e da alfabetização na idade certa, Fortaleza figurou na 89ª (octogésima nona) posição. Quando se esperava um avanço em relação ao primeiro diagnóstico, a média das escolas de Fortaleza desceu ainda mais, ficando no 104º.

O Partido dos Trabalhadores, do qual se esperava que fizesse muito em educação quando chegasse ao governo, tem feito o inverso. Só avançou em relação à merenda e ao uniforme. Itens importantes e necessários, mas insuficientes para indicar uma educação de qualidade. Quando digo que o problema é do PT é porque não se restringe à prefeitura de Fortaleza ou à gestão de Luizianne Lins. No âmbito federal, também não se avançou muito em educação.

O senador Cristovam Buarque, que esteve aqui na sexta-feira passada para receber o título de cidadão cearense, concedido por iniciativa do deputado Ferreira Aragão, avaliou como negativa a gestão de Lula para a educação. O senador disse que esperava que Lula fizesse uma revolução na educação, mas ficou muito longe disso. Lula poderia ter entrado para a história como o presidente que erradicou a alfabetização. Mas não fez por onde.

O presidente Lula, que já afirmou que há democracia demais na Venezuela, deveria ter imitado as ações de seu colega na área da educação. Chavez conseguiu erradicar o analfabetismo na Venezuela. Evo Morales também está no mesmo caminho na Bolívia. Daqui a pouco, só o Brasil terá analfabetismo na América Latina. Hoje, o Brasil é o país que detém o maior número de analfabetos dos países latinos.

Não há desculpas para não agirmos melhor com a nossa educação. A Prefeitura não pode fugir de sua responsabilidade em relação à educação, que está um caos, a começar pela educação infantil, uma das fases mais sensíveis do aprendizado. A desculpa de que o problema vem de outras gestões não se sustenta, já estamos na metade do segundo mandato, não dá para ficar jogando culpa no passado. Fortaleza, assim como o Brasil, precisa olhar o futuro, com a certeza de que podemos mais.

No mesmo dia em que o Diário apresenta a situação calamitosa da educação de Fortaleza, O Povo traz também na capa uma chamada sobre o bom exemplo do Eusébio, dando conta de que boa parte das escolas do município é de regime integral, funcionando nos dois expedientes. Cinco mil alunos são beneficiados com escola que oferece 10 horas diárias de aprendizagem.

Enquanto as escolas de Fortaleza se enclausuram como se fossem presídios, com medo da insegurança, as escolas do Eusébio fazem o caminho inverso. Usam a educação para evitar que os jovens se percam nas drogas. A educação, e principalmente a escola de tempo integral, é o melhor caminho para evitar que a juventude se perca nas drogas.

O município de Eusébio é um exemplo para todos. Se cada um fizesse pelo menos uma parte do que se faz no Eusébio, o Ceará iria experimentar um salto na qualidade da educação, uma redução da violência juvenil, e estaríamos nos preparando para um futuro bastante promissor.

Jornal O Povo, 22 de maio de 2010

Um outro fórum é possível

O Fórum Social Mundial completa dez anos e começa a mudar de foco. Criado como contraponto ao encontro de Davos, na Suíça, que reúne os maiores intelectuais do pensamento neoliberal, as edições do FMS se repetiram ao bater na tecla contra o neoliberalismo, a globalização e os modelos de desenvolvimento. Reuniu pensadores importantes e militantes para quem o neoliberalismo era quase um palavrão.

Agora, o temário se dividiu, incluindo temas mais atraentes e que reclamam a atenção do mundo, como a questão ambiental que abrange o aquecimento global, o desenvolvimento sustentável, o fracasso da reunião de Copenhague sobre o clima (COP 15) e a preparação da COP 16, que vai acontecer no México.

O Fórum Social passou a ser de dois em dois anos. O que está acontecendo, de 25 a 29 deste mês em Porto Alegre, é uma preparação para o ano que vem em Dakar, no Senegal. Neste ano, há dois polos de preparação do Fórum. Além de Porto Alegre, Salvador na Bahia. Enquanto o encontro da capital gaúcha resiste dentro dos princípios que motivaram a criação do fórum, centrado no combate ao neoliberalismo e afastado dos governos, o de Salvador está repleto de ministros do governo Lula e de personalidades do PT, correndo risco de se confundir com interesses partidários.

Por falar em partido, um dos fundadores do Fórum e presidente do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase), Cândido Grzybowski, toca num assunto que também é mundial: a crise de representatividade dos partidos. Há muito, o Brasil clama por uma reforma política. Com 27 partidos com cadeira no Congresso Brasileiro, as legendas estão longe de representar a sociedade. E há ameaças de criação de outra dúzia de siglas.

Cândido Grzybowski, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, fala da demanda por um partido de dimensões globais, para cuidar dos temas que dizem respeito às questões internacionais, para que cada país tenha uma agremiação preocupada com a sustentabilidade do planeta como um todo. Mas que a criação de partido não é uma missão do fórum.

Uma das atividades centrais do Fórum Social Grande Porto Alegre será o Seminário Internacional “10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível”. O Fórum, se não é um indutor de políticas de governo, como costuma ser o encontro de Davos, é

essencial para discussão de alternativas e de combate ao pensamento único.

Importante a reflexão sobre o risco de os partidos tomarem de assalto o Fórum Social, como está na iminência de acontecer no encontro de Salvador. Isso contaminaria os debates, tiraria credibilidade, e o fórum perderia em repercussão. De qualquer forma, aquele encontro que começou apenas como um grito de protesto, avança como importante interlocução dos problemas mundiais, provando que um outro fórum, com menos ranço ideológico e mais amadurecimento dos debates, é possível.

Jornal O Estado, 27 de janeiro de 2010

Brasil não fez a lição

Os números sobre o desempenho brasileiro na educação na última década são desanimadores até para os mais pessimistas. O Brasil atingiu apenas 33% das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação de 2001. Acreditava-se que poderíamos reduzir a taxa de repetência. E deu-se o contrário. Fez foi subir.

Este talvez seja o principal item de frustração, aliado ao da evasão escolar e da taxa de jovens na universidade. O problema é que o índice de repetência já era absurdo até mesmo para padrões de nações pobres africanas. Esperava-se que o índice caísse pela metade. Subiu para 13%. A evasão escolar foi outro desafio que passou longe de ser enfrentado. A meta era reduzir a evasão para 5% ao ano, mas a evasão subiu de 10% para 13,2% de 2006 a 2008.

O analfabetismo, um dos mais renitentes problemas da educação brasileira, também continua a exigir medidas mais competentes. A meta era alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos nos cinco primeiros anos de vigência do plano e, até o final da década, erradicar o analfabetismo. Mas, lamentavelmente, 14 milhões de pessoas de 15 anos de idade ou mais não sabem ler nem escrever. Representa 10% da população brasileira. E no Ceará, este índice atinge os 19%.

Outra meta importante e que ficou distante de ser atingida se refere ao ensino superior. A meta era oferecer vagas para pelo menos 30% da população de 18 a 24 anos. Mas apenas 13,7% dos jovens dessa faixa etária frequentam a faculdade. Apesar dos programas do governo federal alardeados em propaganda de televisão, como o Prouni, o Reuni, e as novas escolas técnicas e universidades federais, pouco se avançou nessa área. Além disso, quando criou 15 universidades, o governo deu continuidade a uma injustiça distributiva: 60% das novas instituições federais foram instaladas nas regiões mais ricas da federação, o Sul e o Sudeste. As outras três – Centro-Oeste, Norte e Nordeste - ficaram com o restante dos 40%.

Para João Oliveira, professor da Universidade Federal de Goiás e um dos responsáveis pela pesquisa, uma das principais causas dos problemas na execução das metas do Plano Nacional de Educação é a falta de financiamento.

O certo é que o Brasil avançou pouco, e chegou até mesmo a retroceder, em itens importantes da educação. Nos avanços, não podemos deixar de reconhecer que houve melhora no financiamento, principalmente através do Fundef, que virou Fundeb.

O atendimento de crianças de até três anos, se ficou longe da meta de 50%, ela dobrou de 9% para 18%. Já o ensino fundamental foi quase universalizado e aumentou de oito para nove anos. O mesmo não podemos dizer do ensino médio, que conta com 16% dos adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola.

O governo precisa destinar 10% do PIB para a educação, ou continuaremos com índices vergonhosos e suas conseqüências: atraso no desenvolvimento e injustiça social.

Jornal O Estado, 10 de março de 2010

Educação é investimento

O deputado Artur Bruno teve uma boa iniciativa, à qual me associei desde a primeira hora por julgar que ela serve não só de mobilização, mas também de conscientização da sociedade. Falo de sua proposta de emenda à constituição do Estado que eleva para 30% o percentual mínimo do orçamento para aplicar em educação.

Só o fato de destinar mais verba para a educação já merece nosso apoio entusiasmado.

Os índices de aprendizagem, as metas para alcançar, os avanços necessários, tudo isso só será possível, só terá evolução, se contarmos com mais recursos. Foi assim que os países, industrializados ou emergentes, conseguiram seu desenvolvimento. Só assim conseguiremos o nosso.

Durante todo esse tempo em que milito na educação, seja como assessor no MEC, em Brasília, professor universitário ou reitor de universidades cearenses, sempre encontrei aqueles que, diante de qualquer iniciativa na área da educação, bradavam uma espécie de mantra, alardeando frases contra qualquer investimento que, para eles, pareciam gastos. Eles, os tecnocratas de sempre, ou os neoliberais de agora.

Achei que essa fase, do desconhecimento da importância da educação, já fosse coisa do passado. Mas, não. Até as cabeças que se consideram da elite pensante continuam com esse preconceito atrasado.

Eis que vejo críticas à iniciativa do deputado Artur Bruno, com o frágil argumento de que haveria gastos da Assembléia para arrecadar assinaturas de populares em defesa de mais verba para a educação.

À medida que sairmos para os municípios, para as entidades representativas, para as comunidades, estaremos fazendo um movimento de conscientização necessário. Numa recente pesquisa do Ibope Inteligência para o movimento Todos pela Educação, constatou-se que os pais, os alunos e os professores estão satisfeitos com a escola. Isso é uma contradição diante do nosso desempenho escolar. Por isso mesmo, devemos mobilizar a sociedade para uma escola melhor e conscientizar de que precisamos investir mais na educação, o principal bem de uma nação.

Além disso, temos mais dois grandes pontos positivos para essa PEC, na forma como está sendo conduzida: o primeiro é que dá substância à proposta, com o respaldo popular, melhorando suas chances

de ser aprovada e de ser colocada em prática pelo governo. O segundo é o da aproximação entre representantes e representados, funcionando como uma espécie de instrumento da democracia direta.

A melhor forma de fazer com que uma reivindicação não seja atendida é exagerar no pedido. Sejam razoáveis. Precisamos do apoio de todos para não nos perdermos numa onda de vaidades. Que cada deputado possa recolher essas assinaturas nos municípios onde tenha influência e aumentar esse movimento.

Precisamos do apoio de todos para ajudar a educação. Até dos deseducados.

Jornal O Estado, 17 de março de 2010

Todos pelo Ceará

Se Tasso e Cid foram paridos no mesmo ventre, como disse o senador e ex-governador cearense, o PT e o PSDB são primos consanguíneos, embalados no mesmo berço da social-democracia. A constante rixa entre os dois partidos não é de cunho ideológico, mas tão somente disputa de poder.

É consenso entre os pensadores políticos que a união desses dois partidos teria sido benéfica para o país. É nesse sentido que a senadora Marina Silva acena com um gesto de conciliação entre as duas siglas. Segundo a candidata do PV, a falta dessa união é que fez os dois partidos buscarem aliança com forças atrasadas da política brasileira.

Com a oposição do PT, os tucanos precisaram se unir ao PFL para governar o país. Com os tucanos na oposição, o PT se aliou a figuras que, no passado, foram alvo predileto de suas críticas, como os ex-presidentes Sarney, Collor e Itamar, e outros políticos que foram satanizados, como Jader Barbalho, Renan Calheiros, Romero Jucá, entre outros.

O Brasil teria avançado muito mais se houvesse união entre os dois principais partidos, se houvesse pelo menos mais respeito e consideração pelo desenvolvimento do país. E o que falo não é apenas retórica. Temos exemplo luminoso de como essa união traz resultado. O mentor dessa aproximação dos antagonismos foi o então prefeito de Sobral e hoje governador Cid Gomes.

O arco de aliança que envolveu PT e PSDB deu impulso administrativo, político, econômico e social à Princesa do Norte, tirando-a do buraco que a política pequena havia submetido a cidade. Cid fez uma leitura apropriada das circunstâncias de então, percebendo que as oligarquias que se revezavam no poder sobralense estavam caducas.

A renovação política, que ele representou então, alavancou a cidade para um patamar jamais alcançado e resgatou a autoestima sobralense, historicamente elevada por seus valores culturais, políticos, mas que estava no fundo do poço, a mercê das administrações que sufocavam o desenvolvimento da cidade. Ali, foi o esforço da união. Prefeitura, Universidade e Diocese trabalharam em conjunto, formando um tripé que sustentou a nova realidade sobralense.

Oriundo do PSDB, mas já nas fileiras do PPS, o prefeito Cid Gomes teve o apoio decisivo dos governos tucanos do Estado, com Tasso Jereissati, e federal, com Fernando Henrique Cardoso. As coli-

gações não se fizeram em torno de um projeto de poder ou de personalidades, mas para garantir o sucesso de toda uma região, pois Sobral desenvolvida influencia todas as cidades que gravitam ao seu redor.

Portanto, nada impede que haja uma nova composição agora, unindo todas as forças políticas do Ceará, para o desenvolvimento do Estado. As picuinhas, os interesses menores e as desavenças pessoais devem ser deixados de lado, pois o principal objetivo do homem público deve ser o bem comum, o bem-estar social. Todos pelo Ceará.

Jornal O Estado, 21 de abril de 2010

Falta educação no Pacto por Fortaleza

O presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, vereador Salmito Filho, lançou na segunda-feira, dia 31 de maio, o Pacto por Fortaleza – a cidade que queremos até 2020. A Câmara se abre em leque de cores pluripartidárias para debater o município, apresentando sugestões para os próximos 10 anos, com a participação, além dos vereadores, da sociedade civil organizada e de representantes de governo das três esferas – federal, estadual e municipal.

Qualquer cidadão que queira colaborar pode apresentar suas sugestões. É mais do que o chamado orçamento participativo que, muitas vezes, não passa de disfarce para a falta de planejamento, quando ouve apenas demandas pontuais e temporárias.

Gerir uma cidade do porte de Fortaleza exige muito mais que o decantado jogo de cintura para costurar conchavos políticos e capacidade para produzir factóides. Fortaleza sofre muito por falta de planejamento, com gestores que demonstram falta de vocação para a administração pública, demonstram inapetência para tratar seus problemas com o devido cuidado. Agora mesmo, assim como em qualquer momento de chuva, o cidadão alarga sua percepção de que falta competência em várias áreas da administração.

O trânsito virou um caos, os congestionamentos se multiplicam pelos quatro cantos da cidade e não apenas no horário do rush. O aumento da frota de carros contribui para que a cidade se apequene diante de tantos veículos. Mas esse aumento exponencial do número de carros não é fenômeno extemporâneo. Era perfeitamente previsível. O que faltou mesmo foi planejamento, e todos sofremos com isso.

Por coincidência, o dia do lançamento foi de muita chuva e de muito penar para grande parte da população de Fortaleza.

Foi montada uma equipe de primeira, com professores doutores que certamente darão o melhor de si para o engrandecimento de nossa cidade, a cidade que sonhamos e queremos para nós, para nossos vizinhos e para nossos filhos.

Gostaria, no entanto de fazer uma sugestão. A educação, que está escondida no eixo 2, de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, junto com outros itens, como desigualdade socioeconômica, segregação e espaço público, saúde e habitação, deve sair da parte de trás do palco e vir para a ribalta.

Devemos jogar os holofotes sobre a educação porque, se não chega a ser a panaceia para resolver todos os problemas, é indispen-

sável para a concretização das soluções. A educação perpassa todos esses eixos e não pode ficar restrita a um deles. A educação será responsável pela diminuição da violência, ampliando a segurança pública e a cidadania.

A qualidade de vida não existirá sem uma educação de qualidade, que dê oportunidades para o desenvolvimento pessoal. A própria mobilidade urbana depende da educação, sem a qual até a forma de convivência no trânsito será insuportável.

Também a geração de renda só virá com a educação. Assim, a educação é o condutor de todos esses eixos. E merece mais foco nesse Pacto por Fortaleza.

Jornal O Estado, 1 de junho de 2010.

Efêmera autocrítica do governo

São raros os momentos de autocrítica nas políticas públicas, principalmente no Governo Federal. Os gestores demonstram uma verdadeira aversão em avaliar seus feitos, em reconhecer seus erros. Usam a mídia para louvar e exaltar as obras que falam bem da sua administração, mas se recusam a passar por avaliação externa e muito raramente fazem autocrítica.

Mas uma dessas raras ocorrências foi registrada na quarta-feira passada, dia 16 de junho, numa iniciativa do Ministério do Planejamento, que incluiu em seu portal da internet um estudo de 3 mil páginas, avaliando o desempenho das políticas públicas do governo Lula em seus dois mandatos. Mas a autocrítica no governo Lula é tão rara quanto efêmera. As informações do portal saíram do ar menos de 24 horas depois de publicadas. É a reedição de uma certa Lei Ricupero – “o que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde”.

As informações do Portal, embora expostas em tão pouco tempo, revelaram sérios desacertos no governo Lula, principalmente na área da educação, que ganhou destaque no trabalho do Ministério do Planejamento. Não é uma avaliação de opositoristas. Os técnicos do ministério deixam claro que não houve avanços significativos na educação.

O quadro da educação básica não é muito diferente do registrado em 2003. Ainda padece dos mesmos males: dificuldade de acesso – notadamente no que se refere à educação infantil (creches) e ao ensino médio – baixa qualidade da educação oferecida, alta repetência, uma evasão escolar ainda elevada, além do recrudescimento do antigo problema de defasagem idade-série.

Uma das metas mais distantes de atingir pelo governo foi na educação infantil, com o percentual de apenas 33% do que se esperava. A frequência nas creches é muito baixa, apenas 18% das crianças de até 3 anos são beneficiadas. No ensino fundamental, onde o acesso está quase universalizado, a ampla cobertura se perde na evasão escolar e na repetência, fazendo com que muitos não terminem o curso.

No ensino médio, a chamada frequência líquida está em 50,4%. Isto é, apenas a metade dos jovens na faixa etária apropriada está na escola.

E não é só isso. Os técnicos e gestores do Ministério do Planejamento deixam claro, num estudo bastante embasado, que a qualidade da educação é baixa em todos os níveis. Os alunos que concluem os

cursos não têm domínio dos conteúdos, as avaliações internacionais apontam deficiências graves na educação brasileira.

Além de tudo, o analfabetismo funcional entre jovens e adultos está em 21% na PNAD de 2008, uma redução irrisória deste grave problema, pois na PNAD de 2003 o índice era de 24,8%. O número absoluto de analfabetos teve uma redução de 14,8 para 14,2 milhões evidenciando que esta situação deplorável se mantém teimosamente.

Em vez de tentar esconder uma realidade que teima em nos chocar, com a degradação da qualidade do ensino, o governo deveria reconhecer, humildemente, seus erros que só a próxima administração poderá corrigir.

Jornal O Estado, 23 de junho de 2010.

O mundo não acabou

O cenário de destruição produzido por abalos sísmicos com impacto equivalente a 30 bombas nucleares parecia mesmo o armagedom. O mundo acabou no Haiti. Essa frase se espalhou em manchetes mundo afora, ecoando o sentimento de pavor que aquelas cenas dantescas provocaram. A vida acabou para mais de 100 mil pessoas, entre elas soldados brasileiros em missão de paz.

Sob os escombros de um país que já enfrentava toda sorte de sofrimento, como pobreza e violência, estava um anjo que fez o Brasil ter mais motivo para prantear. Zilda Arns também foi vítima da tragédia que abalou a pequena Porto Príncipe. Mas não esteve ali para falar do fim do mundo, foi mensageira de palavras de esperança, de vida. Vida em abundância. Ela foi levar o sentimento de solidariedade impregnado na Pastoral da Criança, que ela ajudava a disseminar pelo mundo.

O cinema tem um bom repertório de películas que anunciam o fim do mundo. Dos chamados filmes catástrofes, o lançado mais recentemente foi “2012”, de Roland Emmerich. Baseado numa lenda inca, a história narra as grandes mutações geológicas que aconteceriam em 2012, decretando o fim do planeta.

Os arautos do apocalipse veem nesses terremotos a profecia cristã escrita em Mateus 24, 7-8: “Haverá fomes e terremotos em vários lugares. Tudo isso será o início das dores”. Com efeito, depois do grande abalo no Haiti, outros se repetiram. Ainda na quarta-feira ocorreu um da magnitude de 6,1 graus da escala Richter, piorando o caos no país. Na mesma semana, a terra tremeu nas Ilhas Caimã (5,8 graus), México (4,9), Argentina (5,3) e em Porto Rico.

Mas o mundo não acabou para os otimistas. Pelo contrário, ele renasce com a hecatombe dos haitianos, que fez brotar no coração do homem de cada parte do planeta uma profusão de sentimentos humanitários e de socorro às vítimas. Um rio de solidariedade flui dos quatro cantos do globo e deságua no Haiti.

Escolas, associações, profissionais se arregimentam para enviar donativos ou oferecer seus serviços em hospitais de campanha do exército brasileiro. Pessoas físicas e jurídicas se entregam num mutirão como há muito não se via. A dor daquele povo se derrama em nossa retina e nos coloca como num canto de ringue, nocauteados sem entender direito as causas de tanta tragédia.

O primeiro território de nossa América a conquistar sua independência política continuou escravo das condições políticas e sociais

ao longo do tempo. Uma nação sofredora, a mais pobre, a mais desigual. A história do Haiti é uma constante luta contra forças políticas externas e internas e agora contra as forças da natureza.

O Haiti deixa também uma lição de esperança. O mundo não vai acabar enquanto houver solidariedade.

Jornal Expresso do Norte, 22 de janeiro de 2010

Bolsa Família na escola

O senador Tasso Jereissati marcou um gol de placa ao aprovar projeto de lei de sua autoria que amplia os benefícios do Bolsa Família para as famílias cujos filhos tenham boas notas na escola. Na verdade, ele resgata a essência da educação no programa. O projeto institui um benefício extra vinculado ao desempenho escolar de crianças e adolescentes participantes do Programa Bolsa Família do governo federal.

O projeto do senador Tasso Jereissati só merece aplauso e deveria ser recebido pelo governo como contribuição significativa para evolução do Bolsa Família. A nova ajuda será paga a estudantes da rede pública que se destacarem na escola. Abrange crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, incluindo as séries do ensino fundamental e do ensino médio.

Isso vai provocar uma inflexão na forma de as famílias de baixa renda perceberem o auxílio que recebem e a contrapartida que são obrigadas a fornecer. Pela lógica atual, um dos requisitos para fazer jus ao benefício é manter os filhos na escola. Agora, há um upgrade: isto é, para aumentar a ajuda que recebem os pais devem cobrar dos filhos maior empenho nas aulas.

Não podemos esquecer que o público alvo desse benefício é de famílias de baixa renda. E elas estão nessa condição exatamente por não terem tido acesso à educação. Essas pessoas não têm consciência da importância da educação para melhoria de vida, não foram educadas nesse aspecto.

Portanto, na hora em que sabem que as boas notas de seus filhos podem se reverter num aumento do Bolsa Família, elas vão acompanhar melhor. Talvez se preocupem até em participar das atividades escolares e em incentivar o dever de casa.

Aliás, nesse aspecto de conscientização dos pais, o programa Agentes de Educação, que o Projeto Rondon está lançando e que também é objeto de um projeto de indicação de minha autoria que está em tramitação aqui na Casa, vem ao encontro desse esforço.

O programa Agentes de Educação foi pensado para esse fim e fará um casamento perfeito com a nova orientação que será dada com a iniciativa do senador Tasso Jereissati. As famílias do Bolsa Família, sabendo que melhores notas de seus filhos vão significar mais dinheiro no final do mês, estarão mais receptivas aos agentes de educação.

Os jovens que vão participar do programa vão realizar ações no sentido de incentivar a leitura – coisa rara nessas famílias –, a disciplina

escolar, a interação com a escola, tendo por objetivo final a melhoria da aprendizagem e o combate ao analfabetismo, à repetência e à evasão escolar.

Quando o atual governo transformou o Bolsa Escola em Bolsa Família deu golpe de mestre e de sabedoria política no que se refere ao prestígio que iria grangear entre as pessoas de baixa renda. O Bolsa Escola, criado em nível nacional pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, fazia parte de uma rede de proteção social, que inclui outros benefícios.

A transformação do programa Bolsa Escola em Bolsa Família não foi uma coisa boa para o futuro do Brasil. Por duas fortes razões.

A primeira delas é a questão conceitual. Hoje, o pobre percebe que ganha ajuda do governo porque ele é pobre. Isso se traduz numa lógica perversa. No seu consciente, ele teria a perder se deixasse de ser pobre. Perderia a ajuda do governo, portanto não se esforça muito para sair da pobreza.

Com a filosofia do programa Bolsa Escola era diferente e até influía na autoestima. O pobre percebia que recebia a ajuda do governo não porque era pobre, mas porque seus filhos estavam na escola. Como não queriam perder a ajuda do governo, mantinham os filhos estudando.

Agora, com a iniciativa do senador Tasso Jereissati, que esperamos que o governo Lula encampe com entusiasmo e imediatamente, recupera-se o antigo conceito e vai além. Não basta ir à escola, é preciso aprender.

Só a educação, e a educação de qualidade, será capaz de apontar uma saída digna para aqueles que vivem abaixo da linha da pobreza.

Mais que uma atividade assistencial, o projeto do senador Tasso Jereissati é uma medida educativa tanto para os alunos quanto para os pais. É também uma aposta no futuro. O aluno que se sobressair nos estudos terá mais condições de melhorar de vida, de trazer benefícios para si e sua família. Ele vai garantir que nem ele nem seus filhos vão precisar de bolsas do governo para sobreviver. Com isso, interrompe-se o ciclo alimentador da pobreza e miséria.

Jornal Expresso do Norte, 5 de março de 2010

Agentes de transformação

Uma equipe do Projeto Rondon esteve nesta semana em Iguatu para conhecer o programa de Agentes da Educação implantado naquele município, numa iniciativa da Prefeitura através de sua Secretaria da Educação. A ideia era usar a iniciativa iguatense, já premiada até pela Unesco, como benchmarking, pois o Projeto Rondon está lançando o seu Programa de Agentes Comunitários da Educação.

Além de uma cidade limpa e bem cuidada, surpreendeu-se a equipe com os investimentos na área da educação, com alguns programas em que se destaca o “Agentes de Educação”. São professores que foram contratados para atuar como elo entre a escola e a família, descobrindo nuances não percebidas na sala de aula. O programa tem dois anos de funcionamento e já provoca transformações.

A transformação se processa a começar pelo professor participante do programa. Quando ele volta para a sala de aula tem outra percepção do aluno, compreende as razões pelas quais ele não aprende ou é indisciplinado. O aluno também se transforma ao ser alvo de tamanha atenção e tanto carinho no reforço escolar, um luxo de que ele não desfrutava porque os pais não participavam nem mesmo na ajuda da tarefa de casa.

A principal transformação, e talvez a mais duradoura, é a que se verifica na própria família. Os relatos dão conta de que, devido à baixa autoestima, os pais não acreditam no potencial dos filhos, acham que eles não têm capacidade de aprender. Com o trabalho do agente de educação, muitas mães e pais também são alfabetizados, quando este problema é diagnosticado.

O programa, que atendia apenas as escolas que apresentavam problemas de baixo rendimento e alta evasão escolar, funciona hoje nas 28 unidades que compõem a rede de ensino municipal de Iguatu.

Outra boa prática na área de educação que está para ser lançada em Iguatu promete dar bons resultados. A Prefeitura vai se responsabilizar pelo pagamento de água e energia de famílias de baixa renda e vai condicionar o benefício à frequência à escola. A princípio, entendemos que esse novo programa iria fazer a mesma exigência do programa Bolsa Família. Mas ele vai além. A frequência escolar exigida é a dos pais, e não apenas a dos alunos. De parabéns, o prefeito Agenor Neto e a secretária Benildes Uchoa. A participação dos pais talvez seja a chave para alavancar os índices de rendimento da escola pública.

Nesse aspecto, não podemos deixar de lembrar a nova filosofia

das escolas de dois turnos que estão sendo implantadas pelo governo Cid Gomes. Elas são concebidas arquitetonicamente de forma a deixar um espaço que propicie a participação da família na escola. Estas novas unidades, cujo número deve chegar a cem até o fim do mandato, vão destinar um turno para o ensino convencional e outro para estudo profissionalizante.

O programa Agentes Comunitários de Educação, lançado pelo Projeto Rondon, vem se associar a essas práticas inovadoras e tentar mobilizar as comunidades através de células de educação, com o intuito de disseminar, além do reforço escolar, noções de cidadania, ética e valorização da família, que deve ser o centro vital da sociedade. Vão agir como verdadeiros agentes de transformação social.

Jornal Expresso do Norte, 12 de março de 2010

Tasso e as alianças no Ceará

É reveladora a entrevista que o senador Tasso Jereissati concedeu aos jornalistas Ildefonso Rodrigues e Edison Silva, publicada no último domingo, dia 21, no Diário do Nordeste. Suas palavras não deixam dúvida quanto à possibilidade de uma aliança entre tucanos e o PSB para a reeleição do governador Cid Gomes. Para um bom leitor, meia entrevista basta. E foi exatamente nas últimas linhas da entrevista, muito bem conduzida pelos editores do Diário, que veio essa revelação.

Para os que acham que essa aliança seria difícil, eu não tenho receio em afirmar que há mais proximidade entre o governador Cid Gomes e os tucanos do que em relação ao PT e outros partidos. E quem me socorre nessa avaliação é o próprio senador Tasso, quando disse na entrevista que “temos uma afinidade política longa, somos crias do mesmo projeto”. E todos sabem disso. Os dois sempre trabalharam de forma harmoniosa, foram aliados para o engrandecimento do Ceará.

Essa harmonia foi provada aqui mesmo nesta casa. Quando Tasso era governador, o então deputado Cid Gomes fazia parte da bancada de sustentação ao governo, seja no exercício do cargo de secretário da Mesa ou como presidente da Assembleia. Essa aliança foi duradoura e perdurou enquanto Cid esteve à frente da prefeitura de Sobral. O resultado foi o salto de qualidade que a cidade experimentou. Houve um desenvolvimento acelerado e reconhecido pela população. Eu costumo falar que aquele período foi da PaxSobralense, quando os principais atores – Prefeitura, Diocese e Universidade – se uniram em favor da cidade.

A aliança é o instrumento mais comum no meio político, seja aqui, no Brasil ou mundo afora, e se notabilizou ao longo da história. Quando se criticam algumas alianças, a crítica é mais em cima das motivações do que do instituto da aliança, que sempre foi uma forma inteligente de união. É uma palavra ancestral e está no cerne das grandes religiões, em que Deus faz aliança com seu povo. A aliança, em si, é saudável. Quando ela visa apenas à conquista e manutenção do poder, aí sim, é deplorável.

Na política, a aliança serve também para dar governabilidade. Porém, as bases em que se dá essa concertação devem ser norteadas por princípios éticos, republicanos. O objetivo principal é o bem-estar coletivo. E sobre isso o PSDB cearense tem dado mostras. Apesar de não sermos aliados formalmente, nós temos emprestado apoio ao governo por entendermos que seu projeto é o mesmo que o nosso, como bem disse

o senador Tasso. Não obstante, vez por outra, partidos aliados tentam chantagear o governo e às vezes demonstram ciúme em relação ao PSDB.

Muita gente achava que o PSDB, por não estar no governo federal, não participar diretamente do poder estadual e ser oposição no município de Fortaleza, estaria fragilizado, estaria esfarelado. Ora, essa é a tradição política brasileira, em que os partidos só vicejam quando estão no poder. Apesar de tudo isso, somos ainda o maior partido do Ceará, com o maior número de prefeitos, com o maior número de parlamentares.

Hão de se perguntar: Se somos tão grandes assim, não seria legítimo disputar as eleições para o governo do Estado? Sim e não. Nome forte nós temos, e o partido até se entusiasmou com a possibilidade de o senador entrar na disputa. Mas por uma questão pessoal e estratégica, ele abriu mão. Seria a quarta vez que ele governaria o Estado, melhor buscar novas lideranças. Mas como essas lideranças novas ainda não têm viabilidade eleitoral imediata, o melhor é fazer uma aliança para o bem do desenvolvimento do Ceará. E o melhor nome, de maior afinidade política, administrativa e ideológica, é o do governador Cid Gomes.

Em resumo, Cid Gomes é um político ligado à social-democracia. Se bem que o PT é também um partido social-democrata que não se assume como tal. Mas aí é outra discussão.

Perguntado se haveria obstáculo a uma aliança entre PSB e PSDB, o senador foi muito claro. Disse: NÃO! Reafirmou que são crias do mesmo projeto, há apenas nuances diferentes no desenvolvimento desse projeto, dando a entender que as bases para o acordo estão consolidadas, e que só dependeria das circunstâncias políticas do cenário nacional. “Mais claro do que isso...”.

Jornal Expresso do Norte, 26 de março de 2010

Pão e saber

Um dos pontos altos da administração de Cid Gomes é o seu governo itinerante. Não apenas porque promove com frequência a interiorização da sede do Executivo, com a conseqüente aproximação de seu governo com a população do interior, que serve também de prestação de contas, mas, principalmente, pelas obras que ele tem espalhado Ceará a dentro.

Neste fim de semana, tive a oportunidade de participar da inauguração de algumas dessas obras em duas cidades que moram em meu coração. Uma, Reriutaba, por ter sido meu berço e por ter me ensinado os primeiros passos. E a outra, Sobral, minha cidade de adoção, seja por escolha pessoal e também por decisão dos sobralenses que me concederam título de cidadania.

Estradas, conhecimento e saúde foram as áreas contempladas com obras do governo cearense nestas inaugurações. Também houve solenidade na UVA, cuja importância é cada vez mais reconhecida pela população e pelas autoridades. A UVA, no dizer de Cid Gomes, é fruto da tenacidade do povo sobralense. E hoje consolidada, é motivo de orgulho de toda população da terra de dom José assim como dos municípios vizinhos.

Nunca uma universidade despertou tanto sentimento de pertencimento como a UVA. Ela pertence a Sobral, pertence à zona norte, pertence a todo o semiárido cearense, e se debruça sobre essa região para amenizar seus problemas e contribuir para seu desenvolvimento sustentável.

Sábado à noite, com a presença do governador Cid Gomes, do deputado federal Ciro Gomes e do deputado estadual Ivo Gomes, vi um sonho se realizar. Um sonho acalentado por toda a população de Reriutaba que mora na sede e no distrito de Amanaiara. Até então ligada à sede por ferrovia ou estrada carroçável, o governador inaugurou o asfalto que aproxima ainda mais meus conterrâneos.

Por uma feliz coincidência, o distrito que tem por padroeiro São José, a esperança de chuva no Ceará, presenciou a solenidade debaixo de chuva. A água que é sinônimo de vida para todos, e ainda mais para o sertanejo, serviu de batismo para a estrada do desenvolvimento. A rodovia, que recebeu o nome de Vicente Pinto de Mesquita, era uma reivindicação antiga, pela qual muitos lutaram.

Apresentei o projeto de lei, aprovado nesta Casa e sancionado pelo governador Cid Gomes, em homenagem e reconhecimento a um

ex-prefeito de Reriutaba, filho de Amanaiara. Vicente Pinto é personalidade da história de minha cidade, e esta rodovia que leva seu nome é uma vitória de toda a população de Reriutaba.

Não podemos esquecer que outra reivindicação antiga de Reriutaba está prestes a ser atendida, pois também foi incluída no Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (Mapp), que é a estrada que liga Reriutaba a Pacujá e vai promover o asfaltamento de outro distrito, o Campo Lindo. Enfim, Reriutaba é beneficiada com várias obras do governo cearense. Sem falar nas emendas de nossa iniciativa que destinamos à cidade em parceria com a Prefeitura.

Um antigo ditado da República dizia que governar é construir estradas. Pois outra estrada foi inaugurada neste fim de semana, ligando a localidade sobralense de Aprazível ao vizinho município de Coreaú, onde também foi assinada a ordem de serviço para início das obras de construção da delegacia municipal de polícia.

Ainda no fim de semana, acompanhei a assinatura de ordem de serviço da policlínica de Sobral, que vai atuar em 13 especialidades. Ela vai servir de suporte ao hospital regional da zona norte, cuja ordem de serviço já foi assinada. Este hospital regional, assim como o outro da região sul do estado, é mais uma das promessas de campanha que está sendo cumprida pelo governo Cid Gomes. Na policlínica, os pacientes farão os exames laboratoriais que ajudarão no diagnóstico médico e tratamento de suas enfermidades.

Mais um motivo de alegria foi participar da solenidade de recondução do professor Antônio Colaço, como reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Foi uma solenidade muito prestigiada, contando com a presença de todos os reitores das universidades públicas cearenses, além do presidente do Conselho de Educação do Ceará.

Na ocasião, o governador Cid Gomes lembrou o esforço da UVA para se fortalecer, quando, no início, vários cidadãos se doaram, dando aulas de forma gratuita, entre eles seu pai e seus irmãos, para contribuir com o fortalecimento da UVA, fruto e conquista do povo sobralense. Ele disse que os romanos antigos, para governar, ofereciam pão e circo – panis et circenses. Em Sobral, foram oferecidos pão e saber.

Pão, através do grande número de empregos gerados. Só a Grendene emprega diretamente 23 mil pessoas, de Sobral e cidades vizinhas. E o saber, através da UVA, que ajuda a ganhar o pão.

Na administração do reitor Antônio Colaço, a UVA atingiu todas as metas, superando em muito ao que foi estabelecido no Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários. Os números são grandiosos, seja na

quantidade de matrículas, trabalhos publicados, população atingida ou realização orçamentária.

Professor Colaço falou também dos desafios enfrentados pela instituição. Segundo ele, não fossem a capacidade de enfrentamento e a coragem do governador Cid Gomes, o Programa de Turmas Descentralizadas da UVA teria sido estancado, deixando de fora da educação e da inclusão social milhares de jovens.

Como bem lembrou o professor Colaço, citando Lucrecio, a UVA, aos 42 anos cresce e adquire força ao caminhar, como o Rio Acaraú, que lhe emprestou o nome.

Jornal Expresso do Norte, 23 de abril de 2010

Quem avalia a Capes?

A produção da ciência e da tecnologia no Brasil está centrada nas regiões mais ricas, que concentram o maior número de pesquisadores. Mais de 60% dos cursos de pós-graduação, que incluem mestrado e doutorado, encontram-se nos estados do Sul e do Sudeste. Nas discussões entre políticos e educadores, costuma aflorar um falso paradigma que afirma que o Nordeste não tem boa educação porque é uma região pobre.

Na verdade, é um sofisma. O correto é afirmar que o Nordeste é pobre porque não tem boa educação.

A produção do conhecimento é que trará soluções aos nossos problemas mais antigos e resistentes. E o nosso maior problema é encontrar o caminho que nos leve ao desenvolvimento econômico e social, para conquistarmos a redução das desigualdades e a melhoria do bem-estar social para todos. A pós-graduação, antecedida por uma boa oferta de ensino básico, médio e superior, é que responde por esse desenvolvimento sustentável.

Um dos maiores desafios da educação superior brasileira é mudar o mapa da pós-graduação, superando assimetrias regionais. Essa é uma das diretrizes apontadas pelo professor Lívio Amaral, diretor de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O diretor da Capes se referia à desigualdade de distribuição de cursos de mestrado e doutorado nas regiões do Brasil.

Apesar da compreensão dos gestores da Capes em relação a esse problema, a situação continua sem muita alteração.

Enquanto São Paulo possui 650 programas de pós-graduação, diversos estados das regiões Norte e Nordeste não chegam a ter 10 cursos. Lívio Amaral reconhece que isso influi diretamente na produção técnico-científica brasileira. Mais curso de pós-graduação significa mais produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia. Lamentavelmente essa produção está concentrada na parte inferior do mapa do Brasil.

E uma das principais ações que perpetuam essa injustiça federativa é a própria Capes, com seus critérios de avaliação que não distinguem parâmetros diferenciados para situações diferenciadas.

A própria Constituição garante tratamento diferenciado para desiguais. E nada mais desigual do que a situação das regiões brasileiras entre si.

Por que há tão poucos programas de pós-graduação no Norte e Nor-

deste? A primeira resposta diz respeito à forma centralizada de aferição desses cursos, cabendo historicamente à União a responsabilidade pela abertura de programas. É o primeiro gargalo, mesmo porque fere um dispositivo constitucional, que é o da federação, em que cada ente deve ter autonomia para gerir seus programas.

No sistema de ensino, a educação ficou despedaçada entre os integrantes da federação. O ensino básico ficou sob a responsabilidade dos municípios, o ensino médio, dos estados, e o ensino superior, da União. Isso foi posto de lado, como se vê aqui no Ceará, com o sistema de ensino superior do estado, que engloba a Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade Regional do Cariri (Urca), cujo funcionamento depende do Conselho de Educação do Estado.

No entanto, o funcionamento dos programas de pós-graduação ficou à mercê da Capes, um órgão da estrutura centralizada da União. Na prática, nenhum curso de mestrado ou doutorado sobrevive sem a anuência da Capes. Isso é ainda um resquício da estrutura do regime autoritário, que persiste mesmo diante de uma situação e de uma realidade completamente diversa, com um nível de complexidade que exige instrumentos adequados ao atendimento de suas múltiplas facetas.

Defendemos a avaliação como critério para possibilitar a manutenção da qualidade e a evolução do sistema. Mas quando a avaliação é instrumento de estagnação, que emperra os processos, ela deve ser revista. Caberia uma pergunta instigante. Se a Capes avalia todos esses cursos, quem avalia a Capes? E como avaliá-la? O certo é que a Capes merece reparo à medida que não conseguiu ainda fazer frente ao que seu coordenador chama de assimetrias regionais.

Segundo levantamento da própria Capes, há mais de 122 mil alunos de pós-graduação matriculados no Brasil, em 1.925 programas reconhecidos pelo Ministério da Educação. Deste total, mais de 44 mil são bolsistas. Os dados demonstram que São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná são os cinco primeiros estados com maior número de estudantes de doutorado e mestrado.

Os bolsistas se concentram nesses estados. Existe entendimento no governo de que é preciso um pacote de medidas para capacitar regiões menos desprovidas de recursos humanos. Mas, até agora, nada foi efetivamente feito.

A produção científica do Ceará ainda é muito pequena, com 79 cursos de mestrado e 41 doutorados. A UFC domina, com 54 cursos de mestrado e 35 de doutorado. Depois da UFC, só a Uece e a Unifor ofe-

recem cursos de doutorado, cada uma com três cursos. UVA e Urca têm apenas um curso de mestrado.

Estivemos nesta semana num evento do PSDB, com a presença de José Serra, ex-governador de São Paulo, que disse uma frase que merece reflexão. Ele afirmou que o Brasil é um todo. E se uma região está atrasada todo o país está atrasado. Se o Nordeste está em desvantagem na produção de conhecimento, toda a nação se ressentirá desse problema.

Precisamos de mais cursos de pós-graduação, tanto para a formação de uma massa crítica de alta qualidade, como para alavancar nossa produção científica, que ainda é muito pequena em relação ao nosso potencial.

Jornal Expresso do Norte, 21 de maio de 2010

Liberdade de expressão

A criação do Conselho Estadual de Comunicação Social no Ceará, sugerida na Assembleia Legislativa por meio de projeto de indicação aprovado por unanimidade, teve grande repercussão até mesmo na imprensa nacional, sendo objeto de editoriais, como aconteceu no jornal O Estado de S. Paulo. Também veiculado na revista Veja, e nos jornais A Folha de S. Paulo e O Globo.

O motivo de tanta celeuma se deve a duas causas. Uma diz respeito ao conteúdo em si do projeto. A outra por desconhecimento do que significa projeto de indicação, que não passa de uma sugestão do Legislativo ao Executivo sobre políticas públicas.

Desse modo, não pode ser dada como fato consumado a criação de tal conselho. Mesmo que aprovado por unanimidade pela Assembleia, ainda dependeria da sanção governamental. E, embora ainda não se tenha posicionado formalmente, sabe-se pela imprensa que a tendência do governador Cid Gomes é de vetá-lo.

Quanto ao conteúdo em si, merece realmente a repulsa da sociedade. O projeto, por mais bem intencionado, e mesmo com o suposto objetivo de democratizar a comunicação, traz em seu bojo o ovo da serpente, que é o cerceamento da liberdade de expressão.

Lembro-me de um dos maiores movimentos libertários, uma revolução tocada pelos jovens estudantes de Paris, o Maio de 68. Foi um marco, cujas ideias ainda hoje influenciam jovens e adultos do mundo todo. Das palavras de ordem, a mais emblemática dizia que era proibido proibir. Como a dizer que os problemas causados pela liberdade se resolvem com mais liberdade.

Toda vez que se tentou estreitar o espaço da liberdade de expressão, experimentamos períodos de autoritarismo, que gera mais repressão. Foi assim na recente história brasileira, por exemplo, quando o regime militar instituiu a censura à imprensa. E como já tinha acontecido com o famigerado DIP da ditadura de Vargas.

Não podemos negar que há falhas nos meios de comunicação, há injustiças. Mas já temos leis suficientes para barrar os excessos. Não precisamos de monitoramento. A audiência, em si, já é uma forma de regular os meios. A presença do Estado como ente censor da imprensa não só atrapalharia um segmento empresarial que tem tido sucesso no Brasil, como também criaria a cultura do cerceamento da liberdade.

Uma frase tida como da Justiça americana e repetida pelo jurista Tomaz Bastos, quando ministro da Justiça, radicaliza o tema: “a impren-

sa não precisa ser justa, precisa ser livre”. Imprensa livre é o principal indicador de um regime democrático. Quanto mais livre a imprensa, mais democracia. E o inverso também é verdadeiro. Quanto menos livre a imprensa, menos democrática é a nação. Portanto, a tentativa de cercear a imprensa, seja por qualquer motivo, é uma agressão à democracia.

É por isso que todas as entidades tradicionalmente comprometidas com a defesa da democracia no Brasil estão contra essa tentativa de controlar a mídia. Seja a OAB, a ABI, com suas congêneres estaduais, como a ACI.

Como diziam os estudantes de Paris: É proibido proibir.

Jornal Expresso do Norte, 22 de outubro de 2010

Revisão do Plano de Direitos Humanos

O polêmico Programa Nacional de Direitos Humanos, que teve o condão de desagradar grande parte da sociedade brasileira, está sendo revisto. Queremos louvar o governo por ter voltado atrás. Aliás, o próprio presidente Lula revelou que assinara o decreto sem lê-lo e que não concordava com alguns pontos polêmicos. Mas, graças a Deus, e também ao período eleitoral, o Programa está sendo mudado.

Visto por alguns como uma espécie de miniconstituinte, o programa mexia em vários dispositivos inscritos na Carta Magna, e agredia a tradição do povo brasileiro. O anúncio do programa, em seu texto original, revelava certa arrogância por parte de seus defensores. Logo de saída, houve reação dos militares, quando se tentava rever a Lei da Anistia e criar uma suposta Comissão da Verdade, que cheirava a revanchismo.

O ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, chegou a dizer que se demitiria se fosse mudada uma linha do PNDH, como está sendo chamado o conjunto de documentos. Era só mais uma bravata. De forma amadurecida, o plano está sendo revisto e reescrito para repor o bom senso.

Além da mudança inicial, anunciada logo após a reação militar, em relação a tal da Comissão da Verdade, o governo anunciou no mês passado as alterações em quatro pontos principais:

1 – Imprensa – vai desaparecer a referência ao controle dos meios de comunicação. Esse tema é muito caro ao atual governo, quase uma obsessão pelo controle da mídia. A primeira tentativa frustrada foi através do Conselho de Jornalismo, que morreu em seu nascedouro. A liberdade de expressão e a imprensa livre são parâmetros de democracia.

Quanto mais democrática uma sociedade, mais livre sua imprensa. O contrário também se verifica. Quanto mais fechado, quanto mais autoritário o regime, menos livre é a imprensa. Aliás, muitas vezes nem existem meios de comunicação que mereçam esse nome, como ocorre, por exemplo, em Cuba, no Irã, e em tantos outros países.

2 – Invasões - Vai ser eliminado o artigo que transforma invasor de propriedade privada em parte da comissão de negociação nos casos de reintegração de posse. O artigo original tirava o poder do juiz de decidir sobre reintegração de posse de uma propriedade invadida. O juiz só poderia decidir depois de uma audiência pública. Esse artigo caiu tanto pela reação de setores organizados da sociedade como por seu

caráter de inconstitucionalidade.

3 – Aborto – Vai desaparecer do programa a referência à discriminação do aborto. O PNDH pretendia “apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos”.

Ora, a mulher não pode decidir sobre seu corpo se há uma vida, um ser humano em gestação dentro dele.

Não apenas nossa Constituição, mas a Declaração de Direitos Humanos prevê o direito à vida, garantido também ao ser que ainda está no ventre materno. Assim, a mãe não pode dispor sobre a vida ou a morte de quem já tem direitos assegurados, tanto sob o ponto de vista religioso quanto o civil.

O direito à vida precede a todos, como preconiza nossa Constituição. Decidir-se pelo aborto é lutar contra a vida.

4 – Símbolos religiosos. Também será eliminada do texto a perseguição a símbolos religiosos. O texto original preconizava o desenvolvimento de “mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União”. Isso é atentar contra nossa cultura, nossas tradições. No discurso que fiz na Assembléia Legislativa combatendo essas anomalias do Plano Nacional de Direitos Humanos, lembrei que poderíamos perder também as estátuas de São Francisco, Nossa Senhora e padre Cícero nos locais públicos.

E o Rio de Janeiro poderia perder o seu cartão-postal, com a demolição do Cristo Redentor.

O mesmo documento que quer banir os símbolos religiosos dos órgãos públicos defende uma campanha para divulgar a diversidade de credos e o ensino das religiões de origem africana. Não me consta que alguém se sinta constrangido com a presença de crucifixos nas paredes ou imagens de santos e mesmo a Bíblia nas repartições públicas. Parece-me, isso sim, um preconceito anticristão.

Faz parte de nossa cultura, uma nação cristã, com cerca de 90% de sua população congregando em alguma vertente do cristianismo. O estado laico, que somos, não é sinônimo de antirreligioso. Tanto que o preâmbulo de nossa Constituição traz uma frase emblemática: “Sob a proteção de Deus”. Também não é à toa que está impressa em todas as cédulas do Real a frase “Deus seja louvado”.

Louvamos as autoridades pelo recuo e em concordar na retirada desses verdadeiros absurdos que tentaram impor à nossa sociedade.

Lembro que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, postou-se contra desde o início, tanto em relação à discrimina-

lização do aborto como à perseguição aos símbolos religiosos.

Esperamos que a postura do governo não seja apenas para não se envolver em polêmicas num ano de eleição. De qualquer forma, esse episódio demonstrou a força que o povo tem diante das medidas que, às vezes, o governo de plantão tenta impor de forma autoritária. É uma vitória da sociedade organizada, e também da civilização, principalmente no que se refere à campanha pela legalização do aborto.

Somos a favor da vida, da família e de todos os seus valores que servem de sustentáculo à sociedade.

Jornal Correio da Semana, 9 de abril de 2010

Nação de semiletrados

O jornalista Clóvis Rossi, articulista da Folha de S. Paulo, chama atenção para um enorme descompasso que há no Brasil, país que se configura como a oitava economia do planeta e, ao mesmo tempo, ocupa a 75ª posição em desenvolvimento humano. Ele termina seu artigo intitulado “O Brasil real e o Afeganistão”, publicado na edição do último domingo, dia 11, perguntando se é pedir demais que a campanha eleitoral se concentre em como reduzir, de preferência eliminar, essa aberração.

Segundo a Unicamp, na análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 75% dos jovens que estão no ensino médio pertencem ao grupo dos 20% mais ricos. Apenas 25% do universo de estudantes pertencem aos 80% das camadas mais pobres. A continuar assim, seremos um país de semiletrados e de crescente desigualdade.

Só para ter uma ideia do quadro, uma pesquisa realizada no ano passado sobre alfabetização mostrou que apenas 25% da população adulta brasileira é plenamente alfabetizada. Isso quer dizer que de cada grupo de quatro pessoas, apenas uma é capaz de ler e entender um texto simples. Temos uma nação de semiletrados, e se não tomarmos uma atitude urgente, seremos o país do passado. Nenhuma nação se tornou potência com uma população de semianalfabetos.

Sobre desenvolvimento econômico versus desenvolvimento humano, o jornalista Gustavo Loschpe publicou um artigo ao mesmo tempo revelador e inquietante na revista *Veja* desta semana, datada de 14 de abril. Ele se debruçou sobre um estudo dos pesquisadores Gustav Ranis, Frances Stewart e Alejandro Ramirez, da universidade de Yale, nos Estados Unidos.

Esses professores analisaram 72 países durante um período de três décadas. Os países foram divididos de acordo com dois critérios: crescimento econômico e desenvolvimento humano. Eles concluíram que se um país tem muito crescimento econômico e pouco capital humano, ele tende a parar de crescer ou então resolve desenvolver e aumentar seu lado humano. Foi o que se verificou no Brasil nas décadas de 1960 e 70, quando o país parou de crescer.

A conclusão que nos deixa preocupado em relação ao nosso futuro é que o crescimento econômico quando desacompanhado de evolução do lado humano, dura pouco. De todos os países que, no início do período, tinham alto crescimento econômico e baixo capital humano, nenhum chegou ao equilíbrio em alto nível. Todos, sem exceção, terminaram o período com baixo crescimento econômico e baixo desenvolvimento humano.

Por outro lado, é bom chamar a atenção para isto, a estratégia de privilegiar o lado humano dá muito mais resultado do que aquela que enfatiza o lado econômico. Dos países que começaram o período com alto capital humano e baixo crescimento, um terço conseguiu o sucesso total de alto crescimento econômico e humano; um terço ficou com um lado mais desenvolvido que o outro e só um terço regrediu para baixo crescimento humano e econômico.

Em resumo: o bom é trabalhar o humano e o econômico. Mas, se tiver de optar, que se privilegie o desenvolvimento humano. E, lamentavelmente, o Brasil tem feito o inverso. O governo Lula se orgulha de ter pago a dívida com o FMI e de ser a oitava economia mundial, mas estamos no 75º lugar em desenvolvimento humano. E a educação, principal ferramenta para o enfrentamento das desigualdades, não vai bem, não foi prioridade de seu governo.

O atraso educacional brasileiro em relação aos países desenvolvidos, em vez de diminuir, aumentou consideravelmente. A taxa de matrículas atual do ensino superior no Brasil tem uma diferença de 20 pontos percentuais em relação às nações latino-americanas e de 40 ou mais pontos em relação aos países desenvolvidos.

Apesar de todas as ações propaladas pelos governos, o Brasil é tido como um dos países mais desiguais do planeta.

Nas palavras do jornalista Gustavo Loschpe, o Brasil está perigosamente próximo de repetir a trajetória do fim da década de 60: ser um colosso em termos de crescimento econômico e esquecer a formação de sua gente.

Voltando à pergunta do jornalista Clovis Rossi, seria pedir demais que a campanha presidencial fosse centrada na resolução dos nossos principais problemas? A educação deveria ser o principal assunto da agenda dos presidentiáveis.

Jornal Correio da Semana, 16 de abril de 2101

O Brasil precisa de Ciro

Se a reação à retirada da candidatura de Ciro Gomes foi interpretada por muitos como uma traição do presidente Lula ao seu principal e mais ilustre aliado, em Sobral o sentimento é de raiva, desilusão e frustração. O Beco do Cotovelo, termômetro do que se conversa em Sobral, é palco de discussões acaloradas, principalmente quando o assunto é política e futebol.

O Beco é uma espécie de ágora sobralense. Foi lá que ouvi a palavra covardia em relação ao que fizeram com Ciro Gomes, principalmente depois da notícia dada pela senadora Patrícia Sabóia, de que o presidente Lula teria assegurado que não trabalharia contra a candidatura do cearense.

A traição a Ciro Gomes é vista em Sobral como uma traição à própria cidade, uma traição ao estado do Ceará, na figura de um de seus mais ilustres representantes no cenário nacional.

Segundo Patrícia Saboya, em matéria veiculada no jornal O Povo, de segunda-feira, o presidente Lula fez mil apelos para que Ciro transferisse seu domicílio eleitoral para São Paulo e chegou a dizer o seguinte: “você transfere o domicílio eleitoral para São Paulo. Se no começo do ano você achar que não poderá ser candidato a governador, eu não vou lhe atrapalhar na sua disputa a presidente da República.”

Foi essa garantia dada pelo próprio presidente que convenceu Ciro a se mudar para São Paulo. Ele não queria de maneira nenhuma. Sua mãe, dona Maria José, também o aconselhou a ficar no Ceará. Mas a pressão era grande, tanto do PSB, quanto do presidente Lula. Sua mudança atendia a um objetivo eleitoral do PT e do presidente Lula. Tinha por finalidade fazer uma ofensiva ao PSDB paulista contra Serra e Alckmin.

Depois, com a confirmação de que José Serra seria candidato à presidência, Ciro já não servia mais aos interesses do PT e começou a ser incômodo, pois poderia eclipsar a candidata Dilma. Ciro é muito mais preparado, tem ideias inovadoras, é um político arrojado e integrante da base aliada. O discurso de continuidade do governo com avanço cairia como uma luva no seu perfil. E, claro, era uma ameaça à candidata Dilma, uma novata em disputas eleitorais.

Num dos blogs de jovens sobralenses, a desilusão com a decisão do PSB de se acovardar em relação à campanha presidencial era resumida com a seguinte frase: “O sonho de termos um sobralense na Presidência da República será mais uma vez adiado”. A Bíblia diz, no

livro de Provérbios, capítulo 13, versículo 12, que a esperança adiada aflige a alma, faz o coração adoecer. É assim que eu vejo o sobralense nesse momento, com a alma aflita, o coração adoecido com o adiamento dessa esperança de ver um conterrâneo dirigindo o Brasil.

É senso comum entre os sobralenses, assim como de milhões de brasileiros que votam em Ciro, que ele é um homem preparado, predestinado, inteligente e honesto. Nesse período de sua vida pública, seja como deputado, prefeito, governador, ministro, não há nada que desabone sua conduta. Ao contrário, é um dos políticos mais leais a seus companheiros. Ele ama de verdade seu país e teria muito o que contribuir para as discussões.

Ciro é de uma estirpe política que ainda acredita na palavra dada. Foi assim que seu pai, o Dr. José Euclides Ferreira Gomes, lhe ensinou. A honrar a palavra, a cumprir os compromissos.

Nos momentos de maior tensão do primeiro mandato do presidente Lula, quando todas as estrelas petistas estavam envoltas em suspeita de malversação de dinheiro público, quando um deles foi apontado como chefe de quadrilha pelo procurador da República, Ciro Gomes foi um aliado fiel.

De peito aberto, e com a coragem que lhe é peculiar, foi um ardoroso defensor de Lula quando este era acusado de promover o mensalão. Havia o risco até de impeachment. Ciro foi um fiel escudeiro, combatente de primeira hora, alegando por todos os meios e argumentos que o presidente Lula não fazia parte de nenhuma maracutaia. Ciro foi decisivo para o país passar esse momento turbulento sem maiores traumas.

O político e diplomata francês Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, mais conhecido simplesmente como Talleyrand, que atuou sob o governo de Napoleão e seu sucessor, o rei Luis Felipe, disse que na política a traição é uma questão de datas. Se isso é verdade, a traição a Ciro Gomes estava pré-datada.

O povo brasileiro não aceita a traição, principalmente a um homem do quilate de Ciro Gomes. Talvez isso explique a pressa de alguns políticos aliados do presidente Lula para dizer que a decisão foi do PSB. Sabemos que a decisão foi do partido, mas o próprio Ciro confirmou que sofreu forte pressão, que foi pressionado o tempo todo. Disse que José Dirceu esteve na casa do governador Cid para afirmar claramente que se Ciro fosse candidato seria tratado como adversário, e que o PT não apoiaria a reeleição do governador.

O tiro pode ter saído pela culatra. Os eleitores, pelo menos neste momento, estão condenando a atitude do presidente Lula e ameaçam não votar na sua candidata.

Para alguns analistas, Lula preferia perder para Serra a ganhar com Ciro. Talvez com receio do bom governo que Ciro faria, o que lhe tiraria a chance de voltar à presidência.

Faço minhas as palavras de um desses sobralenses: o Brasil precisa de Ciro.

Jornal Correio da Semana, 8 de maio de 2010

A educação na agenda presidencial

A educação, que não costuma aparecer entre os principais anseios da população nas pesquisas eleitorais, está tomando papel de destaque na agenda dos candidatos presidenciais. Numa das pesquisas elaboradas pelo Ibope Inteligência para o movimento Todos pela Educação, uma iniciativa do professor Mozart Ramos, a educação figurava como um dos últimos quesitos que a população avalia na hora de escolher um candidato.

Por isso, vejo com muita satisfação que o Brasil, principalmente seus gestores, estão se preocupando com a educação. Não podemos mais negligenciar assunto tão importante para o desenvolvimento de nosso país, se quisermos manter o protagonismo no cenário internacional. Nossa economia mostra força consistente. Resta-nos investir com urgência no principal produto, no mais valioso, o conhecimento.

A senadora Marina Silva, pré-candidata do Partido Verde à presidência da República, prometeu criar o Sistema Único de Educação, nos moldes do Sistema Único de Saúde, para resolver os problemas de educação no país. A promessa foi feita na última quarta-feira, dia 19, durante sabatina da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A promessa da senadora do PV está baseada em uma das sugestões da Conferência Nacional de Educação. Ela disse que vamos ter um Sistema Único de Educação que pense a educação desde a educação infantil até a universidade. Ela também garantiu que vai trabalhar para aumentar os recursos para educação, baseados num percentual do PIB.

É bom que a educação faça parte da agenda dos presidenciais. Marina não foi a única a tocar no assunto e a prometer uma revolução. O pré-candidato do PSDB, governador José Serra, prometeu que a educação e a saúde são as prioridades de seu plano de governo.

A pré-candidata do PT, ex-ministra Dilma Rousseff, também incluiu a educação como sendo prioridade. Lamentavelmente, o seu partido, nos oito anos que compreenderam os dois mandatos do presidente Lula, deixou muito a desejar na área da educação. Esperávamos muito mais de um partido que sempre defendeu a educação nos discursos. O principal indicador do fracasso nessa área é o mesmo que nos envergonha como nação.

O Brasil tem o maior número de analfabetos da América Latina. Mesmo com a redução no percentual, continuamos quase com o mesmo número de pessoas que não sabem ler nem escrever no país.

Quase um décimo da população vive nas trevas educacionais em pleno século XXI. O pior é que no nosso estado, assim como no Nordeste, o índice dobra, vai a 19% e chega perto dos 40% nas zonas rurais.

Na educação infantil, foi um verdadeiro fiasco a ofensiva do governo. Não conseguiu atingir nem 30% da meta estabelecida. É uma área em que o governo ficou a dever, ficou em débito com a população brasileira. Ressaltem-se aspectos que dão visibilidade às ações do governo no ensino básico e médio: a merenda, o uniforme e o material escolar.

Os pais vibram quando veem os filhos fardados e com material. No imaginário, destaca-se a figura do colegial, mas pode estar camuflando a falta de qualidade na educação.

Ainda nesta semana, o PMDB, partido aliado do PT e que pretende a vaga de vice na chapa de Dilma, apresentou sua contribuição ao programa de governo na área da educação. Chamou a atenção um aspecto que merece reflexão, sobre a não gratuidade do ensino superior. O partido quebra a espinha dorsal de um paradigma institucionalizado na Constituição e que virou dogma nos partidos de esquerda, incluindo o socialdemocrata Partido dos Trabalhadores.

Segundo a proposta do PMDB, o ensino universitário não seria mais gratuito para aqueles que têm condições de pagá-lo. O partido defende que a candidata, caso seja eleita, institua progressivamente a cobrança de mensalidade nas universidades públicas federais. O público atingido pela medida é o de renda familiar anual superior a 150 salários mínimos, que hoje seria de 76 mil e 500 reais. Essa proposta se choca com o programa do PT. O documento diz que, para ter educação de qualidade e constituir uma sociedade do conhecimento, será necessário aprofundar o processo de expansão das universidades públicas.

Como a União não tem condições de ofertar vagas suficientes para toda a população, só entram nas universidades públicas os mais bem aquinhoados que têm condições de pagar boas escolas e bons cursos preparatórios. Rouba-se a igualdade de condições. Sob o manto supostamente constitucional, há uma injustiça social. Há muito tempo, o ensino público superior assemelha-se a um Robin Hood às avessas. Os ricos com os estudos custeados pela sociedade, e os pobres penando para pagar suas mensalidades.

Não podemos perder de vista que o estudo superior deve ser mesmo gratuito e se deve lutar bravamente por isso. Afinal, é o ensino superior que produz conhecimento e tecnologia e garante um desen-

volvimento com sustentabilidade. Mas enquanto isso não acontece, e está a léguas de distância de se realizar, devemos trabalhar com o mundo real e estudar alternativas de expandir o ensino universitário, que capenga por falta de financiamento.

A senadora Marina sabe muito bem a importância da educação para o desenvolvimento e o sucesso do indivíduo. Ela foi analfabeta até os 16 anos, e viu sua vida mudar a partir do contato com o conhecimento escolar. Sabe que isso faz a diferença.

A ideia de criar o SUS da educação é muito interessante para superar entraves burocráticos. A educação hoje tem sua gestão por fases. O ensino infantil fica por conta das prefeituras, o ensino médio pelos estados e o superior pela União. Um sistema articulado viria integrar todos os entes da federação para melhorar a qualidade da educação.

O que se deseja com o SUS da educação é que todas as unidades federativas trabalhem afinadas, respeitadas as diferenças e os interesses regionais.

O senador Cristovam Buarque já defende há algum tempo algo semelhante. Ele disse que todo o ensino, no aspecto salarial e de infraestrutura, deveria ser federalizado. Ele cita o sistema bancário como modelo. As agências bancárias são semelhantes em todo o Brasil, e os funcionários têm o mesmo plano de cargos, salários e carreiras, independentemente do estado em que trabalham.

Na última campanha presidencial, o senador Cristovam Buarque parecia um Dom Quixote montado em seu rocinete, empunhando a bandeira da educação contra os moinhos da indiferença. Sua luta não foi vã. O país conseguiu colocar na agenda dos atuais presidentiáveis a educação, embora não seja dos itens principais nos anseios da população.

Deve-se investir para solucionar os grandes problemas que afligem o Brasil, mas a falta de educação é o maior deles. O maior investimento, portanto deve ser na educação, que ajudará a resolver todos os outros problemas.

Não tenho dúvida de que a educação pode mais.

Jornal Correio da Semana, 29 de maio de 2010

Eleição sub judice

O Brasil é exemplo para o mundo no seu sistema eleitoral, com a utilização da urna eletrônica para captação de votos e apuração. Um sucesso sem precedente. O resultado do último pleito foi conhecido no mesmo dia, com a divulgação dos eleitos para deputado estadual, federal, senadores, governador e presidente. Uma verdadeira maratona eleitoral, que mobilizou a nação e todo o aparato da Justiça Eleitoral.

Não obstante essa demonstração de domínio tecnológico, as últimas eleições foram marcadas pela insegurança jurídica. Até a data da diplomação dos candidatos, a corte eleitoral ainda tinha dúvida quanto à lista dos eleitos, tendo em vista a enxurrada de ações jurídicas, contestando decisões judiciais. A causa, segundo especialistas, foi o advento da Lei Ficha Limpa, uma tentativa de moralizar as ações no âmbito da política.

Esta lei, de iniciativa popular, acabou causando polêmica e apaixonados debates sobre sua constitucionalidade até mesmo dentro da mais alta corte de Justiça. O Tribunal Regional Eleitoral, seguindo os novos parâmetros, deixou de conceder registro de mais de uma dezena de candidatos que teriam sido alcançados pela nova lei. Com recurso ao TSE, estes candidatos garantiram sua candidatura até posterior decisão sobre o mérito. Enquanto isso, foram-lhes anulados os votos.

Nessa primeira lista do TRE, figurava meu nome como candidato eleito, mandato conquistado com a confiança de 45.921 cearenses. Posteriormente, com decisões judiciais desencontradas, a lista do TRE foi sendo refeita. Sofreu quatro alterações até o dia da diplomação, ocorrida no último dia 15 deste dezembro. Naquele dia, a lista do TRE se baseava numa decisão monocrática do ministro Marco Aurélio Melo.

Em mandado de segurança do PP nacional contra ato do TRE cearense, liminar determinou que os votos nulos para os candidatos fossem contabilizados para o partido ou coligação.

No mesmo momento em que ocorria a diplomação em Fortaleza, Brasília era palco de mais um julgamento que provocou nova reviravolta no processo. Desta vez numa decisão do pleno do TSE, por quatro votos a três, venceu a tese de que os votos nulos para o candidato também o são para o partido.

Essa decisão, embora específica para um caso do Amapá, serve de orientação para os demais regionais eleitorais. Assim, nova lista deve aparecer seguindo os atuais parâmetros do tribunal superior. Provavelmente, estarei entre os eleitos, com o diploma e o mandato assegurados.

A Lei da Ficha Limpa é uma vitória da sociedade, um aprimoramento de nosso sistema político. No primeiro ano de sua vigência, seria inevitável o conflito de doutrinas e de interesses. É o freio de arrumação institucional para evoluirmos a um patamar mais ético no exercício do mandato político.

Lamentavelmente, esse desconforto jurisdicional está colocando sob risco o princípio basilar da democracia: a representatividade. Não pode pairar dúvidas sobre a legitimidade dos mandatos. De qualquer forma, há um avanço institucional do qual não podemos mais abrir mão. Sejam quais forem as circunstâncias, estarei sempre atento para fazer valer a vontade popular que me colocou como seu representante na Casa do Povo. Usarei de todos meios legítimos para garantir sua voz na Assembleia.

Jornal Correio da Semana, 18 de dezembro de 2010

A excelência da política

Os franceses têm um ditado antigo, que eu via meus professores repetirem como um bordão no Instituto de Ciências Políticas de Paris: “Politique d’abord”. Isto é, a política em primeiro lugar. Se levarmos ao extremo, qualquer ato, decisão, e até mesmo desejo, é um ato político, uma disputa pelo poder, para controlar os demais.

Fico-me perguntando porque alguns grupos ainda teimam em anunciar a morte da política. A política só vai morrer algumas horas depois da morte do último homem. Desde que o homínide alcançou a fase da convivência com os outros, que ele atingiu a característica do Zoom politikon, nas palavras de Aristóteles, não há volta. É a política que domina.

Da mesma forma como não há morte da política, o seu exercício também é imortal. Não há perdedores. Mesmo que um grupo seja colocado à margem do poder, o processo em que isso se deu já é uma comprovação da política, que também é sinônimo de força. Sem a força, não há política, não há Estado.

O Estado, na verdade, é o ser que, sob consenso, detém a força para agir em nome da sociedade, em nome do bem comum, sobrepondo o interesse coletivo ao individual. A violência, portanto, é legitimada quando em uso social, em defesa da comunidade.

Apesar de muitas vezes restringirmos o embate político ao Executivo e ao Legislativo, a política é exercida no cotidiano até no momento em que você faz um pedido numa lanchonete. Ali, há um concerto político, em que uma equipe é mobilizada para satisfazer o pedido de uma autoridade, o cliente.

Estamos perto de encerrar este ano legislativo, que também encerra o período desta legislatura. Lembro que meu primeiro discurso na tribuna da Assembleia, há aproximadamente quatro anos, no início de 2007, falava exatamente sobre o exercício da política. Era um elogio à política.

E o espaço da política por excelência é aqui na tribuna. O significado é longínquo, mas muito simbólico. Os homens abriram mão da violência individual pela força do estado. Podemos dizer que trocamos o embate pessoal pelo embate político. Deixamos de lado o esforço físico pelo duelo de ideias, de pensamentos esgrimados do púlpito, neste sacerdócio que também é a política.

Fui um dos mais assíduos entre os três que mais vieram a tribuna, tendo registrado cerca de 350 pronunciamentos. Procuro sempre

me preparar com estudos e pesquisas para honrar este espaço, E também fiz questão de registrar com a publicação de seis livros e alguns folhetos, que dão conta de meu desempenho parlamentar.

Educação, família e religiosidade foram os temas mais frequentes. Nestes livros, estão registrados, por exemplo, a criação do Fórum Permanente da Educação, da Frente Parlamentar em Defesa da Família, pela preservação de nossos valores, principalmente em relação ao direito à vida, da Frente Parlamentar em defesa da Moradia Digna.

Algumas campanhas também estão registradas, como a que defendendo destinar 10% do PIB para a educação. A proposta foi encampada pelas conferências nacionais do Plano Nacional da Educação. Outra campanha que culminou com a aprovação de um projeto de indicação é a do Agente Comunitário de Educação. Está à disposição do governador.

Desde o início e durante o mandato, os textos se repetem em defesa da escola de tempo integral. O Ceará deu um salto fenomenal nesta área, com a instalação de 50 desses estabelecimentos, que vai significar uma revolução para esse grupo de alunos que vão se beneficiar do programa.

Alguns eventos marcaram e até foram alvo de publicações específicas, como o seminário para discutir os 40 anos do movimento de maio de 68 por brasileiros que estavam em Paris, no olho do furacão daquela época. Outro foi a sessão da Assembleia que se realizou em Sobral para discutir a criação da Região Metropolitana de Sobral, para agregar num só polo de poder político e econômico as cidades satélites da Princesa do Norte.

Em números, meu mandato se expressa em 33 projetos de lei, 26 projetos de indicação, 350 discursos e 514 requerimentos.

São números que expressam minha fé na verdadeira política, aquela que é exercida sempre em nome do povo, em defesa do interesse coletivo.

Jornal Correio da Semana, 31 de dezembro de 2010

EDUCAÇÃO

Balanço educacional de 2009

A cada dia que passa o mundo toma consciência da importância crescente da educação.

Na sociedade do conhecimento que estamos vivendo, não existe desenvolvimento sustentável sem educação. País desenvolvido é país educado.

Muitos especialistas, notadamente educadores, consideram que o avanço educacional tem sido lento. Se não realizarmos grande esforço para acelerar o processo educacional, a nossa prosperidade e decolagem da nossa economia para um novo patamar ficará prejudicada, fragilizada.

É bem verdade que temos avançado neste domínio, sobretudo com recentes medidas, tais como o fim da DRU na educação (desvinculação de receitas da União), que permitirá ao governo aplicar mais R\$ 10 bilhões no orçamento do Ministério da Educação. Esta verba ajudará a ampliar a matrícula no ensino básico de crianças e jovens de 4 a 17 anos, medida recentemente aprovada pelo Senado Federal.

A lei do Fundeb, que aumenta os recursos para a educação infantil e para o ensino médio, bem como a lei do piso salarial de R\$ 950,00 para o professor, são decisões positivas para a melhoria do desenvolvimento educacional.

O Ministério da Educação (MEC) divulgou, em 31 de dezembro de 2009, que o piso salarial nacional do magistério deve subir de R\$ 950,00 para R\$ 1.024,67 mensais a partir de janeiro. O reajuste de 7,68% foi recomendado pela Advocacia Geral da União (AGU), com base na interpretação da lei que instituiu o piso, no ano passado.

Este teto bem que poderia ser o dobro (R\$ 2,000,00) para podermos chegar perto do que oferece a Finlândia, onde os salários iniciais do professor são cerca de R\$ de 4 mil, podendo dobrar em 20 anos.

O quadro educacional brasileiro ainda apresenta alguns índices bastante inquietantes.

A taxa de analfabetismo é da ordem de 10%, uma das mais altas da América Latina. A Argentina tem apenas 3% de analfabetos, e a Venezuela já chegou à erradicação deste problema.

Diz o ministro Fernando Haddad que é grande o passivo herdado e que a grande dificuldade é mobilizar os analfabetos, que tem em média 55 anos e são moradores de cidades pequenas do interior.

Outro problema persistente é que cerca de 70% dos brasileiros

estão satisfeitos com a educação que seus filhos recebem.

Consciente desta situação, criei a Frente Parlamentar de Mobilização pela Educação com o objetivo de conscientizar que a nossa educação pública não é boa.

E, também, mobilizar a sociedade para que todos – governos federal, estaduais e municipais, iniciativa privada, ONGs e toda sociedade – se envolvam nesta campanha de colocar a educação em primeiro lugar.

E, por último, que o governo federal envide todos os esforços para aplicar 10% do PIB em educação. Só assim, o país poderá acelerar nosso sistema educacional e dar sustentabilidade ao nosso desenvolvimento.

Jornal O Povo, 16 de janeiro de 2010

UFC adota o Enem

Considero uma vitória da educação e também da democracia a decisão da Universidade Federal do Ceará em aderir ao Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, como única forma de acesso aos seus cursos de graduação, entrando de vez o seu vestibular tradicional.

Ele substitui a decoreba pelo raciocínio e ajuda a remodelar o currículo do ensino médio. É uma pequena, mas significativa revolução no ensino brasileiro.

Na reunião do Conselho Universitário, era clara a posição majoritária dos conselheiros em favor da adesão do Enem. E não podia ser diferente, tendo em vista a consciência do que representa a prova nacional.

Das 14 entidades acadêmicas, apenas uma se absteve de defender a adesão, por achar que deveria haver mais debates. Todas as pessoas e entidades legitimamente representantes da universidade estavam naquele colegiado e se decidiu soberanamente por aceitar os argumentos da CCV (Coordenaria de Concursos da UFC).

O Diretório Central dos Estudantes protestou não apenas contra a adesão ao Enem, mas também contra o vestibular tradicional, clamando pelo acesso livre já. Isso demanda outra discussão.

Não podemos negar que o ideal seria o acesso livre às universidades. Terminado o ensino médio, o estudante ingressaria no ensino superior da mesma forma que os alunos que terminam o ensino fundamental prosseguem os estudos no ensino médio. Mas a nossa realidade não permite esses devaneios.

É certo que precisamos ampliar o número de vagas. E o governo até fez sua parte. Seja através de reestruturação de universidades existentes, criação de novas e até do Prouni, que permite ao estudante cursar uma universidade privada, com os custos bancados pelo governo. No entanto, ainda é enorme a demanda por vagas.

O Enem, sem sombra de dúvida, é uma reviravolta na forma de ensino. De maneira inteligente, intervém-se na forma de acesso às universidades e reorienta-se todo o estudo do ensino médio, dando prioridade ao raciocínio, como é feito nos países desenvolvidos.

O modelo de vestibular da UFC vinha passando por continuadas revisões ao longo das últimas décadas, como demonstra o material apresentado pela CCV.

Essas mudanças não eram motivadas por falha no processo nem pela descoberta de novas metodologias, mas por uma dinâmica inerente a esse tipo de processo seletivo cada vez mais competitivo,

que via seus modos de abordagem consumidos e esgotados em cada nova edição.

O Enem é mais uma das boas heranças do governo Fernando Henrique Cardoso; data de 1998, na gestão do ministro da Educação Paulo Renato. Serve como acesso ao ensino superior e como ferramenta para avaliar a qualidade geral do ensino médio do país. Em 1998, em sua primeira edição e com protestos de alunos mal informados sobre o processo ou contrários apenas por questão política ou ideológica, o Enem teve pouco mais de 157 mil inscritos. No ano seguinte, mais que dobrou para 347 mil. Já em 2009, mais de 4 milhões e meio de estudantes fizeram as provas do Enem.

O Enem tem diversos pontos positivos em relação ao vestibular tradicional. Uma delas é a centralização dos exames, que torna o processo seletivo mais isonômico em relação ao mérito dos participantes.

Na forma antiga, os mais endinheirados faziam diversos vestibulares, até mesmo em outras praças, e ampliavam suas condições de ingressar na universidade.

Com o Enem, todos se igualam nesse aspecto. Uma só prova pode qualificar o estudante para universidades em qualquer ponto do território nacional.

O Enem adota a Teoria de Resposta ao Item, em suas avaliações, e tem como característica a transdisciplinariedade, que consiste em formular questões que dependem do uso de duas ou mais disciplinas aprendidas no ensino médio para obter sua resposta.

No vestibular tradicional, as provas eram difíceis para muitos e fáceis para outros. Com o Enem, há o equilíbrio, pois avalia competências e habilidades e não apenas a memorização de fórmulas.

O próximo vestibular da UFC já será nessas características. E a decisão não poderia mais ser adiada, pois há um enorme contingente de estudantes secundaristas que começam a se preparar desde cedo para o vestibular. Não se podem prolongar os debates indefinidamente, mesmo porque não é uma proposta nova. O Enem foi criado há mais de 10 anos. Nova é a decisão da UFC em adotá-lo.

É um marco na educação brasileira, agora é um marco na educação cearense.

Por tudo isso, consciente da importância da UFC no contexto do sistema de ensino superior do nosso país, felicito efusivamente o reitor Jesualdo Farias, seu vice-reitor Henry Campos e toda a administração superior da UFC pela acertada decisão de adotar o Enem como único processo seletivo para ingresso em seus cursos de graduação.

Estão de parabéns também todos os estudantes do ensino médio, por terem um meio mais democrático de acesso à universidade. Enquanto isso, continuamos nossa luta por mais qualidade na educação e mais vagas no ensino superior, até sua universalização.

Jornal O Povo, 13 de março de 2010

Boas notícias para educação

Esta semana foi pródiga em notícias para a educação. A melhor delas anuncia que o ensino em tempo integral nas escolas públicas cresceu 630%. Outra notícia não menos relevante é a aprovação da lei federal que determina a adoção de uma biblioteca mínima por todas as escolas.

Também soubemos que o MEC vai propor uma medida polêmica de evitar a reprovação dos alunos do Ensino Fundamental. Outra medida do MEC é o que está sendo chamado de Enem dos professores, uma prova nacional que poderia servir de parâmetro para a contratação de professores tanto da rede estadual como municipal.

A escola de tempo integral, que os especialistas defendem como uma solução para a educação brasileira, pouco a pouco está se tornando uma realidade. A iniciativa do governador Cid Gomes, com as escolas profissionalizantes funcionando em dois turnos, é um bom exemplo.

Outro bom exemplo é o município vizinho do Eusébio, que colocou todas as suas 36 escolas em tempo integral. O sistema começou em 2006 e foi se expandindo e já beneficia 50% dos cerca de 10 mil alunos.

O governo federal lançou o programa Mais Educação, para injetar recursos nas prefeituras que ofereçam pelo menos 7 horas diárias de ensino. De 2008 a 2010, o número de escolas que aderiram ao Mais Educação subiu de 1.378 para 10.050, beneficiando 3 milhões de alunos. O aumento de recursos é de 25% para o fundamental e 30% para o ensino médio.

A educação integral está prevista na LDB, editada em 20 de dezembro de 1996, mas ainda está longe de se concretizar, apesar dos últimos avanços. Segundo levantamento da Unesco, o Brasil figura entre os países onde as crianças passam menos tempo na escola. De acordo com o documento da instituição divulgado em janeiro deste ano, na rede pública a média de horas por dia é de 4,5 no ensino fundamental e de 4,3 no médio.

Enquanto a universalização da escola em tempo integral não chega, o governo federal sancionou uma lei que vai trazer incentivo à leitura, exercício primordial para o desenvolvimento da inteligência e consolidação do conhecimento.

A Lei 12.244, publicada no Diário Oficial na última terça-feira, dia 25, determina que toda escola, pública ou privada, tenha um acervo de livros nas bibliotecas de pelo menos um título por aluno matriculado. As

escolas terão prazo de até 10 anos para instalar os espaços destinados aos livros, material videográfico, documentos para pesquisa e leitura.

Muito bem-vinda essa lei que vai ajudar a Secult no esforço de dotar todas as cidades com uma biblioteca pública. O secretário Auto Filho, amante da leitura e dos livros, tem esse objetivo como um dos principais de sua gestão.

Outra iniciativa do MEC com repercussão nacional é a realização do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente, que já está sendo chamado de Enem dos professores. A avaliação vai testar o conhecimento dos professores dos primeiros anos do ensino fundamental em todo o Brasil. O teste servirá para contratação de docentes para a educação básica dos estados e municípios. O Inep vai montar um banco de dados e emitirá relatórios com o resultado dos exames.

Assim como o Enem, uma das vantagens desta avaliação é o barateamento dos concursos para contratação de professores. Estados e municípios que aderirem poderão usar o sistema como parâmetro para contratação. Ao mesmo tempo, serve para padronizar o nível da rede de professores que se submeterão a uma prova unificada. É mais um avanço na sistemática de avaliação. Avaliação é fundamental tanto para alunos como para professores.

Por falar em avaliação, outra medida do MEC vai causar polêmica e muita reflexão. O Ministério da Educação vai recomendar o fim da reprovação nos três primeiros anos do ensino fundamental.

Com previsão para iniciar já no próximo ano, a medida divide especialistas.

Apesar das justificativas, eu acredito que a frouxidão nos critérios de avaliação dos alunos, mesmo nos primeiros anos, contribui para a atual situação em que as crianças passam de ano com aprendizagem deficitária, configurando uma espécie de analfabetismo escolar. É grande o número de crianças no oitavo ano sem saber ler nem escrever.

A adoção do instituto da progressão continuada ou aprovação automática pode piorar o quadro.

Os técnicos que defendem o fim da reprovação alegam que ela causa evasão escolar, com a desmotivação do aluno. Os pais veem na reprovação a falta de aptidão para os estudos, achando desperdício sua continuidade na escola.

Reportagem publicada pela Agência O Globo, do dia 23 de maio, ouviu a opinião de alguns educadores.

A coordenadora geral do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação do MEC, Edna Martins Borges, disse que o Brasil tem uma

cultura forte de reprovação.

Para ela, o ideal é que a criança conclua seus estudos em nove anos, pois ser reprovada faz com que interrompa o sucesso escolar que poderia ter.

Para a professora Cláudia Fernandes, coordenadora da pós-graduação em Educação da UniRio, a história já mostrou que, desacompanhada de professores bem formados, sem boa gestão, sem recursos corretos para ajudar no aprendizado e com grande número de alunos em sala, a progressão não dá bom resultado.

Não adianta a criança ter o direito de passar sem ter o direito de aprender, lembra o professor de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ, Gaudêncio Frigotto, para quem, na atual realidade das escolas, é temerária a aprovação automática.

A aprovação automática é um assunto que desperta paixões e também muitas preocupações. A progressão continuada pode esconder a falta de qualidade no ensino. E os pais só terão consciência de que há algo errado com seu filho a partir do oitavo ano, com um grande tempo perdido, que talvez jamais seja recuperado.

Jornal O Povo, 5 de junho de 2010

O PIB e a educação

A economia brasileira deu um surpreendente salto no primeiro trimestre de 2010 sobre o último trimestre de 2009. Com um índice de 2,7%, foi um dos maiores avanços no mundo neste período, ficando atrás apenas do desempenho da China. Já na comparação anual, a evolução foi de 9% sobre o primeiro trimestre do ano passado. Esta performance pegou de surpresa até os mais otimistas analistas de mercado. A projeção mais entusiasmada não passava dos 8%.

No primeiro semestre do ano passado, o Brasil apresentou uma recessão técnica, que se configura a partir do segundo trimestre consecutivo em que o país enfrenta recuo nas atividades econômicas. Mesmo que o percentual seja sobre uma base com pouca atividade econômica, afetada pela crise mundial, o atual desenvolvimento da economia brasileira – puxado pela indústria e pelos investimentos, é motivo para festejar. Mas também enseja cuidados.

É óbvio, segundo consenso dos analistas, que o ritmo de crescimento que bateu recorde sobre todos os levantamentos históricos, está acima do potencial do Brasil. O nível de poupança, por exemplo, na comparação com o PIB, é preocupante, pois não chega a 18%, enquanto na China a proporção da poupança é em torno de 40% do PIB nacional.

O espectro da inflação, com todos os riscos que lhe são inerentes, volta a jogar sombras no horizonte de nossa economia. O presidente Lula afirmou na última terça-feira, dia 10 de junho, que fará todo o possível para evitar a volta da inflação, que traumatizou toda uma geração. Para isso, terá que tomar medidas rigorosas e com acerto. Uma delas é a elevação da taxa de juros, que já é uma das mais altas do planeta. E foi exatamente o que ocorreu ontem. O Banco Central elevou em quase um ponto percentual a taxa básica de juros, que passou para 10,25%.

A outra medida, ainda mais urgente, é a redução de despesas da administração pública. O recente corte de 10% no orçamento é visto como muito tímido diante das dificuldades que podem se apresentar.

Em período eleitoral, essas duas medidas tendem a se diluir. E, geralmente, a sociedade é chamada a pagar a conta depois das eleições. Uma das medidas apontadas para a aceleração econômica recorde foi a política fiscal do governo e sua iniciativa de renúncia de impostos, principalmente de IPI, para aquecer a venda de produtos industriais. Foi uma medida que beneficiou empresários mas penalizou,

por outra parte, muitos dos municípios brasileiros que viram sua arrecadação diminuir drasticamente, comprometendo as finanças e o planejamento municipal.

Está demonstrado que o Brasil cresce há 9 meses num ritmo anualizado de 10%. Este já é o quarto trimestre consecutivo de aceleração do crescimento. Segundo Affonso Celso Pastore, tudo isso é fruto de termos abandonado aventuras heterodoxas na execução da política econômica, comprometendo-nos com o câmbio flutuante e com as metas de inflação e de superávit primário.

Isso nos remete, inapelavelmente, ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de onde se originaram todos esses conceitos e instrumentos econômicos e monetários que balizaram nossa economia nos últimos 16 anos. Não podemos deixar de louvar o presidente Lula que, a despeito da histórica postura e orientação do PT, manteve-se fiel à política econômica inaugurada por seu antecessor. Teve a grandeza de reconhecer que as ácidas críticas assacadas contra a política econômica dos tucanos não passavam de bravatas.

Está claro que se o governo do PT tivesse optado por um caminho diferente não estaríamos apresentando essa exuberância nas nossas riquezas. Lamentavelmente, porém, ao longo de todo esse período, fomos negligenciando alguns aspectos que podem corroer o sucesso do desempenho do PIB, que poderá ser apenas provisório. Para um crescimento consistente, como vêm apresentando os países emergentes, como China e Índia, precisamos do suporte de logística e infraestrutura.

E infraestrutura não engloba apenas estradas, energia, meios de transporte e capacidade de produção, mas, também a educação. Não há como compatibilizar uma economia entre as 10 primeiras do topo mundial, se nosso desempenho escolar e educacional é avaliado como um dos piores entre os países mais desenvolvidos. Na verdade, a educação faz parte de uma infraestrutura intangível, sem a qual nenhum país se sustenta.

Infraestrutura, segundo o Houaiss, é suporte, geralmente escondido ou invisível, que é a base indispensável à edificação, à manutenção ou ao funcionamento de uma estrutura concreta ou abstrata, visível ou percebida racionalmente. Ora, nada mais indispensável à edificação e à manutenção de um desenvolvimento sustentável do que a educação. É condição indispensável, sem a qual, tudo se desmancha no ar, até a mais sólida das construções.

Agora mesmo, com o aquecimento econômico, há forte demanda por emprego de mão de obra qualificada. Sobram vagas até mesmo para trabalhadores que dominem razoavelmente as duas disciplinas básicas: o português – para ler os manuais de operação; e a matemática, para operar com segurança as máquinas de que as novas tecnologias dotaram as fábricas em suas plantas de produção.

Jornal O Povo, 19 de junho de 2010

GOL: Educação para todos

Seja quem for o campeão mundial de futebol, a Copa deste ano, que se realiza na África do Sul, começou com um gol de placa. E vai marcar história. Na cerimônia de abertura, Pelé, o rei do futebol, foi protagonista da campanha “1 GOAL – Education for all”. Um gol, educação para todos.

A iniciativa é fruto da parceria entre a CGE (Campanha Global pela Educação) e a Fifa (Federação Internacional de Futebol), para divulgar mensagens no sentido de pressionar governos de todo o mundo a cumprir as metas do Tratado Educação para Todos, garantindo que todas as crianças do planeta tenham acesso à educação de qualidade até 2015.

Tendo como pano de fundo a paixão mundial pelo futebol que está concentrando milhões de olhares para a Copa do Mundo 2010, o objetivo da campanha “1GOL: Educação para todos” é atrair a atenção internacional para a necessidade de uma educação de qualidade em todos os países. As ações da campanha continuarão a ser desenvolvidas depois que terminar a Copa de 2010.

Como o Brasil será sede da próxima Copa de 2014, tem tudo para incrementar ações nesse sentido, e usar a realização da Copa para dar mais educação aos brasileiros. No Brasil, a campanha foi lançada no último dia 31 de maio, na tribuna de honra do Maracanã, e contou com a presença de políticos, representantes do MEC, Unesco. A atração principal foi o ídolo da torcida do Flamengo, o Zico.

Zico foi muito feliz numa frase durante o evento. Disse ele que “o mais importante para o nosso país é a educação. É através dela que formamos cidadãos”. Na ocasião, o craque assinou uma bola verde-amarela específica para a campanha.

Atualmente, 72 milhões de crianças em todo o mundo não têm a menor condição de ir à escola. Elas enfrentam uma vida de luta contra a pobreza. A boa notícia é que desde 2000, mais 40 milhões de crianças entraram para a escola. A educação vence a pobreza e dá às pessoas as ferramentas necessárias para se ajudarem a si próprias.

Só no Brasil, são cinco milhões de crianças e adolescentes fora da escola. O esforço principal é na educação infantil. Segundo o censo de 2008, de cada 100 crianças de até 3 anos de idade, apenas 18 estão frequentando uma creche.

Devemos aproveitar que Fortaleza vai ser uma das sedes da Copa de 2014 para incluímos entre as obras de infraestrutura a oferta

de educação de qualidade, com o objetivo de universalizar a educação infantil. A emenda Constitucional 59, aprovada no Congresso no ano passado, garante a obrigatoriedade de ensino desde os quatro anos até os 16. Que possamos ter entre as metas, a inclusão na escola de todas as crianças em idade de frequentar uma creche.

O Brasil precisa ser campeão de educação. Porque a educação pode mais.

Jornal O Povo, 26 de junho de 2010

Plano Nacional de Educação

O Ministério da Educação está promovendo em Brasília uma conferência nacional para elaboração do segundo Plano Nacional de Educação (PNE), que fixa metas para os próximos 10 anos. Vem num momento em que se constata que a educação brasileira está um caos, demandando ações eficazes.

O primeiro PNE, que em 2001 estabeleceu parâmetros e alvos a serem atingidos até 2010, não chegou nem perto de cumprir suas 295 metas. O balanço dos principais indicativos do PNE 2001 apresenta o resultado pífio da educação nacional com um ensino de baixa qualidade.

Segundo pesquisa recente realizada pela Unesco em 129 países, o Brasil ficou com a 88º posição em qualidade de ensino. Já na avaliação de estudantes, feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dos 58 países analisados, o Brasil figurou em 52º lugar em matemática e o 53º em ciência.

Um dos piores desempenhos atestado pelo PNE foi em relação à educação infantil. A meta previa atendimento de 50% das crianças de até 3 anos de idade. O governo Lula termina seu mandato com apenas 18% de atendimento nessa faixa etária. Na pré-escola a meta chegou perto de ser cumprida, atingiu 77,6%.

No que concerne ao ensino fundamental, a meta era universalizá-lo. Uma das poucas a ser atingida. Apenas 2,4% dos brasileiros de 7 a 14 anos ainda estavam fora da escola. Lamenta-se que 680 mil crianças estão sem estudar.

O desafio no ensino fundamental não é mais sua universalização, mas garantir a permanência na escola até os anos finais, sem falar da repetência. A expectativa é que, em 2010, o índice tenha chegado à casa dos 100%.

A meta de erradicar o analfabetismo até 2010 também passou longe de ser cumprida. O programa Brasil Alfabetizado atendeu quase 10 milhões de pessoas nesta década (2001-2010), mas o país permanece com 10% de analfabetismo, ou seja, mais de 16 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever.

O PNE previa também universalizar o acesso ao ensino médio, mas infelizmente o país só conseguiu concretizar cerca de 48% da meta. Este é o ponto de estrangulamento do nosso sistema educacional.

A lei do FUNDEB, promulgada no governo do presidente Lula, ampliou os benefícios da educação básica, incluindo a educação infantil. É uma esperança para tentar resolver este problema.

O plano previa que 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos chegassem à universidade.

No entanto esta meta também ficou muito aquém do estabelecido: somente 13,7% conseguiram ter acesso à universidade. Meta essa bem abaixo dos vários países da América Latina e dos países desenvolvidos que já propuseram a universalização do acesso à universidade.

Esta rápida avaliação demonstra quão deprimente e decepcionante é o sistema de educação brasileiro. É necessário enfrentar com decisão política firme este caótico atraso educacional, um verdadeiro problema de segurança nacional.

Jornal O Estado, 31 de março de 2010

Conferência Nacional de Educação

Dos últimos dias de março até primeiro de abril, reuniram-se em Brasília representantes de diversos segmentos da educação de todo o Brasil na Conferência Nacional de Educação. O objetivo da Conae era reunir sugestões para subsidiar o segundo Plano Nacional de Educação, que vai estabelecer metas e diretrizes para os próximos 10 anos.

Lamentavelmente, pelo número exagerado de propostas e pela generalização dos princípios, corremos o risco de repetir os erros do primeiro PNE, que atingiu apenas um terço das metas estabelecidas.

Nesta conferência, foram apresentadas mais de 5 mil propostas. As que forem aprovadas pelos 3 mil delegados serão aproveitadas para definir o PNE. A que teve mais visibilidade prevê uma estrutura administrativa para a educação semelhante ao do Sistema Único de Saúde. Com o SUS da educação, o processo decisório seria compartilhado por representantes do MEC, gestores estaduais, municipais, trabalhadores de educação e organizações sociais. O problema é a falta de recursos.

É bom lembrar que os investimentos em educação pouco evoluíram no governo Lula em relação ao anterior. Os investimentos continuam em volta dos 5% do PIB. Como o próprio documento da Conae revela e como defendemos já há algum tempo, precisamos dobrar os investimentos na educação para 10% do PIB. A educação ainda está longe de ser prioridade.

A partir de 2005, alguns avanços se registraram, mas não na dimensão do que se propaga. Ficou aquém do esperado. O ProUni, que distribui bolsas de estudo para universitários carentes, é bem-vindo, mas o número de bolsas é insignificante para a demanda. Também o Reuni, programa que estabelece melhorias nas universidades com a ampliação de vagas, é uma boa iniciativa.

Houve ampliação de campi universitários, como o que aconteceu com a UFC em Sobral, Quixadá, Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte.

Não podemos deixar de citar a criação de 15 universidades federais. Porém, lamentamos que o MEC tenha perpetuado uma injustiça distributiva, penalizando os estados mais pobres: 60% das universidades ficaram nas regiões Sul e Sudeste, as mais ricas.

Um dos nós críticos apontados é a revisão do papel da União no financiamento da educação básica e da educação superior, indicando que o investimento público no ensino superior seja direcionado, prioritariamente, à ampliação de oferta pública no Brasil.

É inegável a necessidade de mais recursos para o ensino superior tanto quanto a necessidade de mais vagas nas universidades. Mas, enquanto esses recursos não são aprovados, orçados e encaminhados para os estados, estamos prejudicados. São bem-vindas as iniciativas que buscam, pelo menos, uma ação intermediária entre a universidade pública e a privada, numa espécie de PPP da educação em que se busque a oferta de cursos de qualidade com preço acessível a quem não pode custear uma universidade privada.

Jornal O Estado, 7 de abril de 2010

Necessidade crescente de educação

A sociedade do conhecimento está demonstrando uma necessidade crescente de educação, que não se restringe mais apenas aos cursos de graduação. Há uma forte demanda por cursos de pós-graduação que não está sendo suprida no Ceará, fazendo com que os professores busquem centros mais avançados, como as regiões Sul e Sudeste, e até mesmo fora do país, para melhorar sua qualificação profissional.

Desde os anos 90, o Brasil tem promulgado leis favoráveis à educação. A lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB, a lei do Fundef, a lei do Fundeb têm demonstrado a continuidade administrativa na área educacional nos dois últimos governos.

Quando da promulgação da LDB, em 1996, o estado do Ceará, segundo dados da Secretaria de Educação Básica, tinha cerca de 50 mil professores leigos, profissionais não qualificados que ensinavam nas escolas estaduais, municipais e particulares.

Naquela época, na qualidade de reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Cearenses – CRUC, iniciei um programa de formação de professores leigos com o curso de Pedagogia de Regime Especial – PRE, denominado operação de guerra, a fim de resolver este problema durante a chamada década da educação.

O programa, que teve o apoio do Conselho de Educação do Ceará e contou com a parceria da Universidade Federal do Ceará (UFC), Estadual do Ceará (Uece), Universidade Regional do Cariri (Urca), obteve grande sucesso, tendo sido levado a 142 municípios do Ceará e a 9 estados, e chegando a formar mais de 60 mil professores.

Esse fato também contribuiu para o aumento da demanda por mais qualificação. O interesse por cursos de mestrado e doutorado aumentou consideravelmente. As instituições de ensino superior do Ceará não acompanharam esse movimento por mais qualificação na área do magistério. A oferta desses cursos concentra-se no Sul e Sudeste do Brasil.

A produção científica do Ceará ainda é muito pequena, com 79 cursos de mestrado e 41 doutorados, totalizando 120 programas, com cerca de 1.800 alunos. A UFC domina com 54 cursos de mestrado e 35 de doutorado. Depois da UFC, só a Uece e a Unifor oferecem cursos de doutorado, cada uma com três cursos. UVA e Urca têm apenas um curso de mestrado.

Diante desta pequena oferta de cursos de mestrado e douto-

rado, a opção é buscar alternativa em outras regiões ou fora do Brasil. Todavia, mestres e doutores que concluíram seus cursos no exterior encontram dificuldades para reconhecer os diplomas, por falta de critérios objetivos para nacionalização dos diplomas, bem como pelo fato de ser feita reanálise dos trabalhos científicos.

O Ceará precisa tomar duas decisões urgentes: ampliar a oferta de cursos de pós-graduação, diante da demanda reprimida por esses estudos, e facilitar a validação de cursos de mestrado e doutorado realizados em outros países.

Jornal O Estado, 30 de junho de 2010

Corte na educação

O corte no orçamento realizado pelo governo Lula atingiu com mais crueldade a área da educação, um erro estratégico contra o futuro do Brasil. Recentemente vi com alegria que a educação tomava parte da agenda dos presidentiáveis. Enquanto a pré-candidata do PV, senadora Marina Silva, promete uma revolução na educação, o tucano José Serra elegeu a educação e a saúde como prioridades de seu plano de governo. E candidata governista Dilma Roussef não deixou por menos, anunciando investimentos maciços na educação.

Apesar de alguns avanços, a educação deixou muito a desejar no governo Lula e é um de seus pontos fracos. Esperava-se uma revolução na educação com o governo do PT. A educação não foi tratada com a sensação de urgência que ela requer.

É o segundo corte de orçamento da educação que ocorre neste ano. Com o risco de volta da inflação o governo se viu forçado a rever gastos, que aumentaram, principalmente com a máquina administrativa. Na definição dos ministérios que sofreriam nova redução no orçamento, o primeiro eleito foi a educação, a mais prejudicada. O Ministério da Educação sofreu o maior corte, com a perda de R\$ 1,28 bi. Com esse corte adicional, a educação já amarga uma redução de R\$ 2,34 bi.

Como podemos acreditar que a continuadora desse projeto vai dar prioridade à educação, se a educação neste governo é prioridade inversa? Isto é, a primeira área em que se pensa quando se pretende reduzir gastos. É onde menos se investe e onde mais se corta. É por causa desse pensamento, que não leva em conta os benefícios da educação, que o Brasil, já no início da segunda década do século XXI ainda carrega o triste título de campeão em analfabetismo da América do Sul.

O governo se preocupou em anunciar que o novo contingenciamento não vai afetar as obras do PAC, um evento eminentemente publicitário e eleitoral. A educação não dá votos. As obras visíveis é que dão à população a percepção de que o governo está agindo, mas quando deixa de aplicar o que é devido à educação, uma obra silenciosa, como um câncer traiçoeiro vai minando as oportunidades de desenvolvimento sustentável.

O estadista precisa agir sem se deixar emaranhar pelas peias do populismo. Escolhendo a educação como a área a sofrer o maior corte do orçamento, o governo sinaliza claramente que a educação não tem importância para atingir suas metas. A educação deve ser a prioridade de qualquer governo.

Lembro sempre do exemplo da Irlanda. Há cerca de 40 anos, discutia-se a prioridade dos investimentos: educação ou estrada? O país estava com sérios problemas em sua rede rodoviária, mas resolveu optar pela educação. Resultado: sanou os dois problemas. Tem uma ótima educação, uma das melhores nos testes internacionais, e boas estradas. A Irlanda escolheu o caminho certo, o Brasil está fazendo o inverso.

Jornal Expresso do Norte, 3 de junho de 2010

Fortaleza decepciona no Spaece-Alfa

O governador Cid Gomes apresentou os resultados do terceiro ciclo de avaliação da alfabetização, obtidos em 2009 pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece), na sua vertente Spaece-Alfa.

A boa notícia é que o Ceará melhorou o desempenho de alfabetização das crianças. A notícia ruim é, mais uma vez, a situação de Fortaleza, que piorou sensivelmente. E só faz cair, desde a primeira edição do Spaece-Alfa. Desta vez caiu 67 posições. Ficou no 89º. lugar em 2007, caiu para 104º. em 2008. E na última avaliação, despencou para a 171ª. colocação. Apenas 13 dos 184 municípios estão em situação pior do que Fortaleza na questão da alfabetização de alunos.

Chamo a atenção de Fortaleza pela enorme quantidade de crianças concentradas nas escolas da capital cearense, cujo desempenho ficou dentro apenas do nível intermediário. É muito pouco como média dos alunos da quarta maior capital brasileira.

Fortaleza está na contramão da tendência de todo o Estado, que apresentou sensível melhora. 53 escolas de Fortaleza estão entre as piores do Ceará. Em contrapartida, Sobral é o município que lidera no número de escolas nota 10, com 23 unidades neste perfil. Bem à frente do segundo colocado, Mauriti, que tem 8 escolas nota 10.

Depois de três anos de ações desenvolvidas no Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), 88% dos municípios cearenses apresentam média satisfatória. Essa é uma das maiores ações do governador Cid Gomes. Diante de um diagnóstico devastador para o futuro de milhares de cearenses, que estavam frequentando a escola, mas não aprendiam a ler e a escrever, o governo focou esse segmento, sabendo que os primeiros anos de escola são fundamentais para o resto da vida dos estudantes.

Se não são alfabetizadas até os sete anos, essas crianças estarão com seu futuro irremediavelmente comprometido.

O programa foi considerado referência pelo ministro Fernando Haddad, que prestigiou a cerimônia de premiação. O ministro disse que vai estudar a possibilidade de levar o PAIC para o âmbito nacional. Para atestar o sucesso desse programa, a evolução dos índices: a média dos resultados de 2009 foi de 142,5 pontos – incremento de 11,5% sobre o desempenho do ano anterior, cuja média foi de 127,7 pontos. Sobre o ano de 2007, quando o programa foi lançado, o crescimento foi de cerca de 20%. Um crescimento e tanto para tão pouco tempo.

O levantamento do ano passado envolveu mais de 130 mil alunos do 2º. ano do ensino fundamental de quase 5.500 escolas públicas. A avaliação externa que identifica e analisa o nível de desempenho dos alunos, aplicada a cada final do ano letivo, é realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

O mais demonstrativo do sucesso do programa é o crescimento do número de alunos no nível desejável. Em 2007, apenas 30% dos alunos estavam nessa situação. No último levantamento, esse índice pulou para 41,5%. No ano passado, a consulta apontou que 56% dos estudantes estão alfabetizados ao término do ensino fundamental. Em 2007, esse percentual era de apenas 39,9%. No nível inferior, também foi grande a evolução. O número de alunos não alfabetizados era de 32,8% e caiu para 14,4%.

Em relação aos municípios, nota-se que 45,1% alcançaram médias de proficiências no nível desejável, e 42,9% ficaram no nível suficiente. No total, significa que 88% dos municípios estão com média satisfatória de alfabetização. Fortaleza, lamentavelmente, não está entre eles.

Onze municípios foram contemplados ontem pelo governo com troféu por terem ultrapassado a barreira dos 200 pontos, destacando-se Deputado Irapuan Pinheiro, com 229,5 pontos. Seguiram-se: Abaiara, Mauriti, Jijoca de Jericoacoara, Milhã, Penaforte, Pedra Branca, Alta-neira, Sobral, Itarema e Novo Oriente.

O programa Alfabetização na Idade Certa, que virou prioridade do Governo do Estado, está focado em cinco eixos fundamentais: educação infantil, gestão pedagógica da alfabetização, formação do leitor, gestão municipal da educação e avaliação externa.

Parablenizo todas as escolas vencedoras do programa Spaece-Alfa, fazendo votos de que continuem nessa competição para alfabetizar todas as nossas crianças. E deixar um apelo à Prefeitura de Fortaleza. Que na próxima edição do Spaece-Alfa possamos dizer que a educação evoluiu na capital cearense. Lamentavelmente, deu-se o contrário até agora.

Jornal Expresso do Norte, 18 de junho de 2010

Tempo da colheita

Venho compartilhar a vitória nas urnas com você que me ajudou a continuar como seu representante na Assembleia Legislativa. Tudo tem o seu tempo, como lembra o Eclesiastes no início de seu capítulo 3: “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu”. Tivemos um tempo intenso na disputa do voto. Agora é tempo de agradecer e de festejar.

Uma campanha de reeleição é muito diferente da que se faz para o primeiro mandato. A recondução do mandato legislativo, baseada em 45.921 votos, além da alegria da vitória em si, representa o reconhecimento pelo trabalho, pois a reeleição nada mais é do que uma espécie de recall em que o cidadão é chamado para avaliar aquele mandato.

Duplamente reconhecido, quero também exaltar a força da educação, que estava expressa em nossa campanha pelo slogan que foi muito bem aceito: A educação pode mais. Foi também a força da educação a responsável por nossa vitória. A Assembleia conta com uma voz em permanente defesa da educação. Uma rede de professores compreendeu essa missão e se envolveu na conscientização e na conquista de votos para essa causa.

Muitos alunos que se beneficiaram com os cursos da UVA demonstraram seu reconhecimento num trabalho voluntário e entusiasmado durante o pleito. Sou grato pelos votos que vieram de 165 municípios. Desde Araripe, Assaré, Ererê, Granjeiro, Ipaoranga, Ipaumirim, Missão Velha, Orós, Porteiras e Quixelô, que me deram um voto, até Fortaleza, com 8.457 votos, sou grato a cada um que depositou em nós sua confiança.

O bom foi perceber que teve aumento no número de votos de uma eleição para outra. Na primeira, foram pouco mais de 40 mil votos, passando agora para quase 46 mil votos. Depois de Fortaleza, a cidade que mais me deu votos foi Sobral, onde fui escolhido por 7.645 eleitores, superando a votação da campanha anterior, que foi pouco mais de 6 mil votos.

Também fiquei muito feliz com os expressivos números apresentados em Beberibe (4.479), Reriutaba (2.851), Forquilha (2.716) e Varjoita (2.213), Maracanaú (1.334) Aracoiaba (1.054) e Caucaia (1.054). Sei que muitos desses votos ainda são herança e consequência do trabalho realizado como reitor da UVA, na expansão de seus cursos para mais de 14 municípios cearenses.

O novo mandato, portanto, vem cheio de expectativas e mais responsabilidade. Vou continuar, como prometido em campanha, a defesa da educação e dos valores cristãos no parlamento. É grande o número de pessoas para agradecer, uma lista que não caberia aqui. Foi uma vitória de todos que se empenharam dia e noite, que dedicaram suas horas de folga para ajudar na campanha. Os amigos, os profissionais, os familiares, uma extensa rede de pessoas do bem que souberam fazer valer seu direito e dever de ter um representante de seus anseios na Assembleia.

A toda minha rede de amigos, aos que levantaram a bandeira da educação nestas eleições, registro meus agradecimentos ao tempo em que faço uma convocação para que possamos trilhar juntos o próximo mandato, que seja mais produtivo e se revista de mais prosperidade para todos nós, principalmente com mais educação de qualidade para todos. A educação é o instrumento que dá oportunidades iguais para todos, é a esperança de um Brasil mais justo.

Para quem plantou, é tempo da colheita.

ILUSTRAÇÃO

CIDADE	VOTOS
MERUOCA	909
CRATEÚS	921
CAUCAIA	1.052
ARACOIABA	1.054
MARACANAÚ	1.344
VARJOTA	2.213
FORQUILHA	2.716
RERIUTABA	2.851
BEBERIBE	4.479
SOBRAL	7.645
FORTALEZA	8.457

Jornal Expresso do Norte, 8 de outubro de 2010

Agente de educação do Rondon

O Projeto Rondon tem como lema “integrar para não entregar”. Fiel ao seu lema, vem arregimentando jovens universitários para interagir com as diversas culturas do país, promovendo uma troca de experiências acadêmicas e populares, que engrandece os estudantes e a comunidade. Há sempre um ganho nessa relação. Os estudantes, voluntários, entram em contato com uma realidade que às vezes parece distante do seu dia a dia, mas que serão obrigados a enfrentar em seus futuros ofícios profissionais. E a comunidade se beneficia dos saberes acadêmicos que os estudantes fornecem quando estão em contato nas missões do Rondon.

Essas missões são geralmente realizadas no período de férias escolares, mas o Rondon, principalmente quando saiu das mãos do governo e passou a funcionar como organização não governamental, desenvolve ações mais perenes, como as que são executadas aqui no Ceará. Fortaleza, Sobral e Reriutaba são focos de atuação, incluindo a instalação de campus avançado, com atividades periódicas, atuando até mesmo nas feiras livres.

Desta vez, o Rondon se propõe a uma ação inovadora, que pretende trazer resultados positivos no ensino fundamental e médio.

Cerca de 70% dos alunos brasileiros são assistidos pelo ensino público que, lamentavelmente, deixa muito a desejar e está influenciando de forma negativa o futuro do Brasil e dos brasileiros. Repetência, evasão escolar e analfabetismo são as pragas que infestam nosso sistema de ensino e condenam os estudantes ao atraso educacional.

Dez por cento da população brasileira é composta de analfabetos, o que representa um contingente de cerca de 19 milhões de pessoas. É uma taxa que nos envergonha no cenário mundial e até mesmo da América Latina. No Ceará, a situação é pior, com 19% de analfabetismo, chegando a 30% nas populações rurais.

Diante desse diagnóstico, o Rondon presta sua contribuição para mudar esse quadro, esperando que os demais entes envolvidos – governos, entidades, escolas – também façam sua parte. É com esse ânimo que o Projeto Rondon do Ceará está lançando o Programa Agente Comunitário de Educação, com o intuito de integrar a escola com a comunidade, envolvendo as famílias no processo de aprendizagem.

Os agentes vão atuar em conjunto com as escolas, para detectar aqueles alunos de maior vulnerabilidade a fim de trabalhar na sua recuperação. As ações vão desde o simples reforço escolar, através de

aulas extras, assim como o estímulo à leitura e o incentivo à família para participar das atividades escolares, além de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos.

São ações simples que podem fazer diferença no ambiente educacional. Assim, o Rondon integra os jovens e adolescentes na escola para não os entregar ao mundo da droga e da criminalidade.

Jornal Correio da Semana, 06 de fevereiro de 2010

Dia Estadual da Educação

O Dia Nacional da Educação foi comemorado em 28 de abril último. Para o pedagogo Júlio Cezar Furtado, doutor em ciências sociais pela Universidade de Havana, em Cuba, e mestre em educação pela UFRJ, a data deveria servir como motivo de mobilização e reflexão. Segundo ele, é um dia em que se tenta sensibilizar a sociedade para a questão da educação e deveria ser assumido pelos educadores. É um dia, teoricamente, dedicado à reflexão dos educadores e das famílias, para conscientizar sobre a necessidade de se ter uma educação de qualidade e, sobretudo, deixar claro o que é uma educação de qualidade.

Estou aproveitando a importância da data para sugerir o Dia Estadual da Educação, propondo que seja comemorado no mesmo mês do Dia Nacional da Educação. Por uma feliz coincidência, temos uma data importante que pode servir de marco para esta efeméride: o dia de nascimento do grande educador cearense Lauro de Oliveira Lima, ocorrido em 12 de abril de 1921.

O dia 12 de abril, se aprovado este projeto de lei que está tramitando na Assembleia, passará a ser o Dia Estadual da Educação, um momento para discutir, conscientizar e mobilizar a sociedade e educadores sobre a educação no Ceará.

Lauro nasceu em Limoeiro do Norte. Formou-se em Direito e Filosofia, exerceu durante anos o magistério. Mas foi ao fundar o ginásio Agapito dos Santos que se revelou como reformador do sistema pedagógico escolar. Os seus livros *A Escola Secundária Moderna* e *Formação do Professor Primário* descrevem os fundamentos da renovação pedagógica que implementou.

Defensor das teorias de Jean Piaget, obteve a aprovação do eminente psicólogo suíço para instalar no Rio de Janeiro um Centro Experimental e Educacional Jean Piaget conhecido como *A Chave do Tamanho*. O professor Lauro de Oliveira não só defendeu os princípios e os métodos da Escola Piaget como demonstrou na prática a sua eficiência.

Ao mesmo tempo em que teremos uma data para discutir e mobilizar sobre a educação, será também um dia para rememorar e homenagear um dos maiores educadores cearenses, cuja obra tem repercussão nacional.

Devemos aproveitar esse Dia Estadual da Educação para aproximar as famílias da escola. Não são apenas os professores os respon-

sáveis pela educação, mas, principalmente, os pais com a sua participação. Quem sabe, assim, os pais e as mães estarão mais atentos e mais próximos de seus filhos e dos seus afazeres escolares.

Só a educação pode propiciar um futuro diferente para aqueles que se acham destinados à pobreza ou à violência por se encontrarem em situações sociais deploráveis. Só a educação pode contribuir para a elevação da autoestima e prevenir que jovens cheios de energia possam canalizá-la para o bem comum, e não para a tragédia pessoal.

Quero conclamar a sociedade cearense a fazer uma reflexão mais ampliada da educação em nosso Estado. O mundo de hoje exige das pessoas uma preparação cada vez melhor. As novas atividades da economia moderna requerem, cada vez mais, uma qualificação mais abrangente dos candidatos a empregos. Boa parte da população, porém, nem sequer tem acesso ao ensino fundamental. Erradicar o analfabetismo é mais que uma meta, é uma obrigação e uma necessidade premente.

Todos os indicadores, sejam estaduais, nacionais ou internacionais, deixam claro que a qualidade da nossa educação está muito longe do ideal se compararmos com os demais países desenvolvidos. Quando comparamos o Brasil com o próprio Brasil, verificamos avanços, principalmente com as conquistas dos últimos anos. Apesar disso, continuamos nas últimas colocações quando nossos alunos são avaliados no Pisa, por exemplo.

Dos países avaliados pelo Pisa (programa internacional de avaliação de estudantes), o Brasil é o que menos investe em educação. É também o de pior desempenho.

Deixo para reflexão uma frase de Lauro de Oliveira Lima:

“Tudo está fluindo. O homem está em permanente reconstrução; por isto é livre: liberdade é o direito de transformar-se.”

Jornal Correio da Semana, 29 de abril de 2010

Quatro décadas de atraso

A educação básica brasileira só terá nível adequado em 2050. Isto é, só daqui a 40 anos. Vou repetir, senhores, pela gravidade da informação. Só daqui a quatro décadas atingiremos o nível adequado do nosso ensino básico. Estamos com um atraso de 40 anos numa área vital para qualquer projeto de nação, a educação.

O estudo que fez esse levantamento foi divulgado na última quarta-feira, dia primeiro de dezembro, pelo movimento Todos pela Educação, uma ONG formada por empresários, educadores e gestores. A ONG fixou como meta para 2022 que 70% dos alunos tenham conhecimento adequado para a sua série. A aferição é por meio da Prova Brasil e Saeb.

Em matéria para a Folha de S. Paulo, de 2 de dezembro último, técnicos afirmaram que, se continuarmos nesse ritmo de melhora, o patamar adequado só será atingido em 2050. Isso dá ideia do desafio que não pode mais ser deixado para trás. Todos os especialistas ouvidos pela reportagem da Folha defendem mais recurso para a educação. O salário dos professores deve ser atrativo, para despertar o interesse de bons profissionais.

Nesse momento em que todos pedem mais recurso para educação, quando o Plano Nacional de Educação reivindica aumento do investimento no percentual do PIB – nós, aliás, vimos defendendo há tempo que sejam destinados 10% do PIB para a educação –, pois nesse momento, vem a informação que a educação foi a pior fatia no orçamento de todo o governo Lula.

A presidente Dilma precisa fazer diferente. A educação pode estar no bom caminho – como ela afirmou –, mas o ritmo da caminhada é muito lento. Precisamos avançar, precisamos de uma revolução na educação para superar os 40 anos que ainda nos separam de um ensino de qualidade.

Entre os pontos positivos realçados no estudo estão o aumento do investimento na educação básica e a expansão de matrículas de crianças de baixa renda.

O movimento Todos pela Educação anunciou no mesmo dia outra grande notícia. Agora o Brasil terá um instrumento para mensurar o nível de alfabetização de crianças de oito anos, uma lacuna nas avaliações oficiais. A avaliação será organizada pelo movimento Todos pela Educação, Fundação Cesgranrio, Instituto Paulo Montenegro (do Ibope) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep, li-

gado ao MEC) e tem por objetivo verificar o nível de alfabetização dos estudantes brasileiros.

Devem participar da prova cerca de 500 turmas de escolas públicas e particulares, de forma amostral, numa média de 5 mil alunos das capitais brasileiras. Os resultados serão apresentados por regiões. Será a primeira vez que o Brasil vai dispor de noções sobre como caminha a alfabetização de seus alunos, mesmo que numa escala menor.

Sobre a educação brasileira, um dos coordenadores da ONG Associação Parceiros da Educação, o empresário Jair Ribeiro, expôs sua indignação em artigo na Folha de S. Paulo, do dia 5 de dezembro. Ele não entende como as pessoas não se revoltam com as condições e defende uma revolução, citando exemplo de quem já a fez e o que aconteceu com esses países.

Os Estados Unidos, por exemplo, fizeram a sua em 1870, há 140 anos. Em uma década dobraram o investimento na educação pública e universalizaram o ensino. Em 1910, todas as crianças tinham acesso a uma escola de período semi-integral.

Na década de 70, o exemplo mais famoso é o da Coreia. Depois da revolução na qualidade da educação pública, o país, que tinha uma renda per capita abaixo da do Brasil, é hoje um dos mais altos do mundo em menos de duas gerações.

Jairo Ribeiro cita a China, exemplo muito esquecido, pois o mais comum é falar nos investimentos de infraestrutura, mas, a par disso, houve um enorme esforço educacional, do ensino primário aos cursos de doutorado.

No Brasil, o fosso é enorme. Reportagem do Estado de S. Paulo, do dia 2 de dezembro, demonstra que o atraso educacional já começa na vida escolar. Quem tem menor renda parte atrás nessa corrida em relação aos mais ricos desde os primeiros anos escolares, com o contraste se revelando maior na conclusão da série. No universo de renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, somente 43,9% dos alunos haviam concluído o terceiro ano.

Já no segmento de renda superior a cinco salários mínimos, o percentual de conclusão do terceiro ano vai a 80,4% das crianças terminando na idade certa. Os números são gritantes. No ano passado, no público com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, apenas 37,3% dos alunos com 16 anos haviam concluído o ensino fundamental. Esse percentual mais que dobra naqueles com renda superior a cinco salários mínimos, chega a 93,6%. Essa disputa é uma verdadeira covardia contra os pobres.

Esses dados fazem parte do relatório “De Olho nas Metas” do movimento Todos pela Educação.

Todos os movimentos são muito bem-vindos, principalmente tendo em vista o tamanho do atraso em que nos encontramos. Agora mesmo está surgindo uma campanha nacional pelo direito à educação, que tem como objetivo monitorar as ações do novo Plano Nacional de Educação, com metas para os próximos 10 anos.

Esse acompanhamento é muito importante, pois como não houve acompanhamento no outro PNE trouxe muita frustração no seu balanço, com uma grande quantidade de metas sem serem alcançadas, algumas delas muito importantes como a educação infantil, que não chegou a 30% do projetado.

Outras metas importantes não alcançadas foram: a que assegurava a educação de jovens e adultos (EJA) para 50% da população que não cursou o ensino regular; redução em 50% da repetência e do abandono; erradicação do analfabetismo. Neste último caso, que é o mais grave, foi um dos piores desempenhos. O Brasil tem a maior concentração de analfabetos das Américas.

A universalização do ensino fundamental ficou como meta parcialmente atingida. Em 2008, apenas 2,4% de crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola. Isso significa um recuo de 1,1% em relação a 2001. Mesmo assim, representa cerca de 680 mil crianças sem aula nenhuma.

Entre as metas atingidas, a implantação do ensino fundamental de 9 anos e o aprimoramento dos sistemas de informação e avaliação.

Tendo em vista a urgência e a prioridade que revestem o caso, apoiamos não apenas a campanha do direito à educação, para monitorar as ações do Plano Nacional de Educação, mas também a prova para aferir o índice de analfabetismo. São instrumentos válidos para tentar recuperar o tempo perdido. Se não, só daqui a 40 anos.

Jornal Correio da Semana, 11 de dezembro de 2010

CIDADANIA



Iniciando 2010

No final de 2009, com as comemorações de Natal e Ano Novo, levei o meu muito obrigado aos que acompanham meu mandato no Legislativo estadual. Faça-me notar pelo trabalho e esforço em favor da educação, dos interesses coletivos e da cidadania. Enfim, dos grandes temas que podem afetar ou contribuir para desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Por isso, presto contas, periodicamente, de minha atuação parlamentar, para que meus amigos possam acompanhar meus passos e, assim, me auxiliarem no rumo que tenho adotado em defesa dos interesses coletivos e da inclusão social, principalmente por meio da educação.

O nascimento do Salvador, Jesus Cristo, nos levou a refletir sobre nossas ações realizadas no ano que terminou. E os festejos do Ano Novo, como numa canção de esperança, nos induzem a elaborar os planos para o ano que se inicia.

O Brasil vive um momento muito feliz em seu desenvolvimento como nação e se prepara para ocupar um lugar de destaque no cenário mundial, seja com uma economia pujante ou com protagonismo político internacional. Vai depender do rumo e de nossas escolhas em relação ao nosso futuro.

Seja qual for a projeção que façamos em relação aos projetos de médio e longo prazo, não teremos sucesso se não tivermos educação de qualidade. É a educação que vai definir nosso futuro, tanto no aspecto de qualidade da mão de obra quanto na inovação tecnológica. Mais e mais o mundo fica refém das tecnologias. E quem tem o domínio sobre elas está fadado ao sucesso.

O meu mandato parlamentar é uma luta diária para a conscientização da importância da educação, através de discursos, debates, fóruns e projetos e todo o repertório legislativo para mobilizar a sociedade a exigir mais educação.

Esse discurso não é monotemático porque da educação deriva toda sorte de desdobramento, desde o desenvolvimento econômico e social até as questões de saúde e segurança pública. A falta de uma educação de qualidade é responsável por um leque de problemas que ainda atrasam o Brasil, como a desigualdade social, a pobreza, a concentração de renda, os altos índices de violência, a exclusão social.

Sabemos que Jesus veio ao mundo para salvar a humanidade.

É a oportunidade de nos perguntamos: e o que nós temos feito pelo nosso próximo? O melhor que podemos fazer para nosso próximo e por toda nossa sociedade é lutar para termos boa educação para todos, de forma a acabar com esse odioso apartheid que deixa os ricos numa escola elitizada e os pobres na escola pública sem qualidade.

Enquanto houver essa separação, estaremos com a paz ameaçada. E o que mais queremos desejar é a paz. Que a paz do Senhor esteja com todos nós para que possamos viver com harmonia e felicidade junto com nossos familiares e entes queridos.

Jornal O Povo, 9 de janeiro de 2010

Por que os sinos choram

Os sinos choram por Zilda Arns. Mães, filhos, idosos, desassistidos, não só do Brasil, choram e lamentam sua perda.

São pelo menos 241 mil voluntários, em 40 mil comunidades, de 7 mil paróquias de todas as 272 dioceses e prelazias brasileiras, alcançando 4060 municípios, sua obra atende pelo menos 1.800.000 crianças menores de seis anos de mais de 1.400.000 famílias pobres; seu trabalho se estende, num impulso poderoso motivado pelos resultados, a mais de 20 países da América Latina e Caribe, à África e Ásia: Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Peru, Venezuela, Guatemala, Panamá, República Dominicana, Haiti, Honduras, Costa Rica e México, Angola, Guiné-Bissau, Guiné Conakry e Moçambique, Filipinas e Timor Leste.

Sua inclinação para o auxílio aos mais carentes vem deste a infância. Penúltima de 13 irmãos, Zilda nasceu na pequena e bucólica Forquilha, então distrito de Criciúma, sul de Santa Catarina. Filha de uma família de imigrantes alemães, profundamente católica, tinha cinco irmãos dedicados à vida religiosa: três irmãs da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, e dois irmãos da Ordem dos Franciscanos, um deles, D. Paulo Evaristo Arns, mítico cardeal da Arquidiocese de São Paulo, hoje seu arcebispo emérito.

A jovem Zilda formou-se em medicina pela Universidade Federal do Paraná em 1959. Pediatra, com vários cursos de aperfeiçoamento em Saúde Pública e Sanitarismo, compreendeu de imediato que somente a educação seria a forma de combater a maior parte das doenças que ceifavam as vidas das crianças, pois estas eram quase todas de fácil prevenção.

A vida pessoal da Dra. Zilda também foi marcada por tragédia, que a ajudaram a forjar seu caráter e sua têmpera de lutadora: perdeu seu primeiro filho, Marcelo, aos três dias de idade, por ser prematuro; sua filha Sílvia, aos 30 anos, por acidente automobilístico, e seu marido, Aloysio Bruno Neumann, aos 46 anos, por afogamento no mar ao tentar salvar uma filha adotiva.

Ficou viúva aos 43 anos, tendo seu filho mais velho somente 14 anos e a mais nova, 4; estes fatos, ao contrário de a prostrar em vida, deram-lhe forças para seguir seu caminho.

Em 1980, já trabalhando na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, então como diretora de Saúde Materno-Infantil, foi convidada a coordenar a campanha estadual de vacinação contra a poliomielite,

sendo uma das pioneiras no combate em massa a esta doença endêmica no Brasil.

Iniciando seu trabalho em União de Vitória-PR, criou um método próprio de atuação, que pelos seus excelentes resultados, foi adotado nacionalmente como padrão pelo Ministério de Saúde brasileiro, nas campanhas subsequentes.

Em maio de 1982, seu irmão D. Paulo convidou-a para iniciar um trabalho de combate à mortalidade infantil, utilizando principalmente o soro oral, pois a maioria das crianças falecia devido à desidratação causada pela diarreia. Em 1983, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) oficializou o convite para esta missão, e em conjunto com o seu então presidente, na época arcebispo de Londrina, hoje cardeal da Bahia e primaz do Brasil, D. Gerardo Majella, cardeal Agnelo, fundou a Pastoral da Criança.

Seu método era simples: promover a educação alimentar e nutricional para as grávidas e seus filhos, o estímulo à amamentação materna, as vacinas e a aplicação do soro caseiro, além do esclarecimento e orientação sobre alguns sinais e sintomas de algumas doenças respiratórias, para que pudessem preveni-las.

Para que tenhamos uma visão mais clara da importância em nossas vidas da passagem de D. Zilda pelo mundo terreno, observemos a profundidade expressada no seu discurso final, como se fora uma premonição de que viria a ser chamada a sentar ao lado dEle brevemente: “A Paz é uma conquista coletiva. Tem lugar quando encorajamos as pessoas, quando promovemos os valores culturais e éticos, as atitudes e práticas da busca do bem comum, que aprendemos com nosso mestre Jesus: - Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10, 10)”.

Hoje, passados 26 anos, o que ficou foi a herança de uma mulher admirável, sob todos os aspectos; seu exemplo, dedicação e luta renderam-lhe cinco indicações ao Prêmio Nobel da Paz: em 2001, 2002, 2003 e 2005, pelo governo brasileiro, que indicou a Pastoral da Criança, da qual era fundadora e coordenadora, e em 2006, indicada com outras 999 mulheres selecionadas de todo o mundo, pelo Projeto 1.000 mulheres, da associação suíça “1.000 mulheres para o Prêmio Nobel da Paz”. Também possuía o título de Cidadã Honorária de 11 estados (RJ, PB, AL, MT, RN, PR, PA, MS, ES, CE, TO), e de 32 municípios do Brasil, títulos de “Doutor Honoris Causa” de cinco universidades brasileiras, além de 7 prêmios internacionais e 16 nacionais. Como um ser predestinado e ungido pela graça divina, D. Zilda Arns Neumann es-

tava no Haiti, o país mais pobre do ocidente, onde a Pastoral da Criança também atua, para, em missão humanitária, realizar uma palestra sobre a Pastoral da Criança na Conferência dos Religiosos do Caribe.

Durante seu discurso, que não conseguiu terminar, ocorreu o terremoto de 7 graus na Escala Richter, o maior nos últimos 200 anos a assolar o Haiti. Foi atingida pelos escombros da igreja onde se realizava este encontro e faleceu de imediato.

Morreu na Casa de Deus, cumprindo sua missão de levar a Sua palavra, Seus ensinamentos, e divulgando os benefícios conseguidos com a metodologia empregada pela Pastoral da Criança, na salvação das crianças desassistidas.

Deus a chamou em seu momento, e Seus desígnios são insondáveis, mas certamente ela estará sentada à sua direita, para desfrutar da vida eterna, tão merecida e tão louvável.

Os sinos caíam por ti, Zilda Arns, e nós te reverenciamos por tua vida e obra, e agradecemos a Deus por sua passagem entre nós.

Jornal O Povo, 23 de janeiro de 2010

Faculdade Católica de Fortaleza

As paredes do vetusto prédio do seminário da Prainha, que se ergueram em 1864, abrigam uma coleção de fotos de pessoas ilustres que estudaram e moraram naquela instituição, personagens de uma história da qual faz parte a Faculdade de Filosofia de Fortaleza (Fafifor), criada com o intuito de formar padres para o clero cearense.

Depois de encampada pela Uece, os cursos passaram a ser oferecidos ali pelo Instituto de Ciências Religiosas (Icre) e pelo Instituto Teológico Pastoral do Ceará (Itep). Agora, no episcopado de dom José Antônio Tosi Marques, esses dois institutos se integram para formar a novíssima Faculdade Católica de Fortaleza, sob a direção geral do sobralense monsenhor Manfredo Ramos, atendendo 800 estudantes.

O espaço, que se destinava prioritariamente ao público religioso, incentiva agora maior participação de leigos, abre-se para um debate intelectual maior com toda a sociedade. Para o arcebispo dom José Antônio, o intuito é dialogar com todas as culturas, com todos os problemas sociais, e não ficar concentrado ou restrito aos seminaristas.

Estive no lançamento da nova instituição, projetando o futuro da Faculdade Católica, com a mente cheia de lembranças antigas do lugar onde estudei e morei, cursando o primeiro ano de Filosofia. Vindo do seminário São José, de Sobral, cheguei a Fortaleza em 1960 para a segunda etapa de minha formação, o chamado seminário maior, na confluência das avenidas Dom Manuel com Monsenhor Tabosa. Por coincidência, as ruas com nome de clero na esquina que espiava o mar desde a Praia de Iracema.

Éramos uma população de cerca de 150 jovens seminaristas, que interagiam nas atividades de estudo, lazer, moradia e exercícios litúrgicos. Jovens que almejavam mudar o mundo, seguindo o chamado de Cristo. Dirigia a instituição o padre Mariano Matos. Um ano depois, eu fazia parte de um grupo de 25 alunos que seguiriam para o recém-criado seminário de Olinda e Recife. De lá, fui para Europa, concluindo estudos em Roma e Paris.

Dez anos depois de ingressar no prédio da Praia de Iracema, estava eu de volta, agora na qualidade de hóspede e também de professor. Entre 1970 e 1971, ensinei Ciência Política. Logo depois, viajei para Brasília, passando a trabalhar no MEC e acompanhar os interesses daquela instituição, que me abrigou como estudante seminarista, hóspede e professor. Vínculos que jamais se esgarçariam.

Aquelas paredes guardam a memória de figuras como Antônio Colaço Martins, dom Paulo Ponte, Luís Gonzaga Magalhães Uchoa, Antônio Sidra Rodrigues, Tarcísio Santiago de Almeida, André Haguette, Rui Verlaine, Mariano Matos, Lauro Mota, João Nogueira Morais, Manfredo Araújo de Oliveira, Rogério Matos e tantos outros que conosco conviveram.

Esta instituição quase sesquicentenária, luzindo através do tempo com ensino da filosofia e da teologia, fornecedora das melhores cabeças de nosso plantel intelectual, renova-se diante das vicissitudes, recuperando prestígio de faculdade, antenada com as novas demandas e desafios. É também o concretizar de um sonho de dom Delgado, o bispo que, sob inspiração dos ventos modernizantes do Vaticano II, queria uma faculdade com um público mais plural.

Jornal O Povo, 20 de fevereiro de 2010

Campanha da Fraternidade 2010

Têm sido amplamente divulgados e debatidos nos meios de comunicação brasileiros tanto o tema “Economia e Fraternidade” quanto o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”, da Campanha da Fraternidade de 2011. Note-se que se trata de terceira campanha de natureza ecumênica, sob a responsabilidade do Conic – Conselho Nacional das Igrejas do Brasil, o que significa que necessariamente seu alcance entre os fiéis será mais amplo do que quando se trata da campanha coordenada apenas pela CNBB.

Trata-se de uma ação integrada das igrejas com o objetivo de colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal de cultura de paz para que todos ajudemos na construção do bem comum. Estas ações ecumênicas já haviam sido incentivadas desde o Concílio Vaticano II.

Dom Helder Câmara, grande ecumenista, costumava manter contato com homens como Josué de Castro, Celso Furtado, Padre Leuret, François Perroux e muitos outros expoentes da busca por soluções para o desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo, onde se incluía e se inclui o Brasil, naturalmente. E quais eram esses problemas, senão o problema da exclusão, da pobreza extrema, da falta de emprego – dignamente remunerado ou não, do analfabetismo, da falta de saúde e moradia, da exploração aviltante de homens e mulheres trabalhadores, também de crianças?

Economia e Vida é o tema deste ano, e não poderia ser mais compatível com a realidade mundial, que ainda se recupera de uma crise que atingiu a todos, com maior ou menor repercussão. O Brasil, obviamente, teve prejuízos. Graças a Deus, e às ações do governo anterior e do atual, o desenvolvimento da crise teve menos impacto. Mesmo assim, sofremos.

A crise econômica do ano passado, que abalou as estruturas do sistema financeiro, provocando um sem-número de bancarrotas em bancos, imobiliárias e muitas outras instituições financeiras, trouxe de volta à tona a velha tese de que o capitalismo desenfreado, em que se busca o lucro pelo lucro, traz um desenlace negativo para os países.

Como diziam os antigos, a virtude está no meio. Os organismos internacionais precisam ser equipados com ferramentas que possam equilibrar as ações do mercado, para que ele não fuja do seu objetivo de garantir a realização dos seres humanos através de negócios legítimos e justos do ponto de vista social.

Quando Cristo afirma que não se pode servir a Deus e ao dinheiro, não está querendo dizer que devemos ser todos pobres para alcançar o reino de Deus. Não há uma defesa da pobreza como condição de riqueza espiritual. Mas o dinheiro, e em último estágio o mercado, não pode ser elevado à condição de Deus, como, lamentavelmente, muitos fazem.

O tema de Economia e Vida poderia levar a reflexão apenas para o aspecto político e econômico do qual o cristão não pode se omitir, em sua vertente material. Mas o lema, retirado do Evangelho de Mateus, capítulo 6, versículo 24, centra a discussão no aspecto espiritual e religioso: “Você não pode servir a Deus e ao dinheiro.” Essa frase merece muitas reflexões. E esse é um tempo próprio para refletimos.

Cristo apela à solidariedade, à generosidade. Quem tem muito que ajude os mais pobres. Isso vale tanto no plano pessoal como no cenário das nações.

Cristo também, em outra ocasião, adverte que onde está o seu tesouro está o seu coração. Mas de que adianta o homem ganhar o mundo e perder sua alma? Nas relações internacionais, de que adianta um império se consolidar e perder sua tranquilidade? De que adianta termos uma boa vida financeira, e vivermos sob o signo da insegurança?

O Brasil ainda é um país de grandes injustiças sociais, alta concentração de riquezas, desigualdades regionais e um número exagerado de pobres, de excluídos.

Segundo o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, havia no Brasil 10,7 milhões de indigentes e 46,3 milhões de pobres, pessoas que não têm acesso a recursos para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, habitação, saúde, transporte e educação. Os dados são de 2007.

No Ceará, a situação é ainda mais complicada, com quase um milhão de pessoas mergulhadas na extrema indigência, tentando sobreviver com uma renda mensal equivalente a um oitavo do salário mínimo. Esse contingente representa 11,9% da população estadual.

Faz-se necessário repensar o desenvolvimento do país, principalmente agora no ano eleitoral, quando vamos decidir quem governará o Brasil nos próximos anos.

Hoje, privilegia-se o crescimento pelo crescimento. E o desafio é equilibrar o desenvolvimento com a dimensão social, colocando o ser humano em primeiro lugar.

Assim, estaremos seguindo a mensagem evangélica, inscrita em João, capítulo 10, versículo 10: que todos tenham vida em abundância.

Centenário de Rachel de Queiroz

Comemora-se neste ano o centenário de nascimento de Rachel de Queiroz, considerada até hoje a maior escritora brasileira. Nascida em 17 de novembro de 1910, aqui em Fortaleza, Rachel passou a iluminar a literatura brasileira com sua obra-prima, *O Quinze*, escrito em 1930, quando ela tinha apenas 20 anos.

Meu primeiro contato com Rachel foi exatamente com esta obra, no início da década de 60. O impacto foi de tal forma que, depois de começar a lê-lo, não pude mais parar. As imagens do homem sertanejo em sua saga contra as intempéries da natureza, retratada pela seca do 15, a construção psicológica de seus personagens, fizeram do livro uma obra que arrebatou o leitor, tanto pela emoção quanto pela técnica da escrita.

Aquele mundo que Rachel apresentava com tanta perícia literária estava ali ao meu redor, seria muito difícil não ser invadido pelas emoções que brotavam de cada página. Também fui testemunha de outra grande seca, a de 1958.

Meu pai era comerciante, mas também agricultor, dono de duas fazendas e de algumas cabeças de gado. O gado era o primeiro a sofrer com a seca.

Não raro via meu pai no oitão da nossa casa, a buscar no horizonte vestígios auspiciosos para o inverno, que tardava a chegar. Firmava o olhar no rumo de Santa Quitéria e também do Piauí, para ver se algum relâmpago rasgaria a escuridão naquele enorme céu de Reriu-taba. Na passagem do dia 12 para 13 de dezembro, era dia de passar a noite em claro, esperando em Santa Luzia o orvalho para dissolver as pedras de sal que os sertanejos deixavam ao relento, esperando sinais do céu, para o prognóstico das chuvas.

A perspectiva de inverno era demarcada no tempo pela celebração de dois santos. Começava a 13 de dezembro com Santa Luzia e se estendia até 19 de março, dia do padroeiro São José, última esperança de chuva. E naquele ano, a chuva não veio.

Foi ano de arribação. Começou com o gado que foi levado para o Piauí, como último recurso. Todo o gado foi dizimado, o comércio perdeu força. Grande parte da população jovem da cidade migrou para o Rio de Janeiro em busca de sobrevivência. É um quadro sofrido, guardado na retina dos olhos da memória de cada sertanejo.

Depois desse primeiro contato com as letras de Rachel, acompanhei seu sucesso profissional. Múltipla mulher das letras, Rachel bri-

lhou em várias possibilidades do gênero literário, seja como romancista, contista, tradutora, jornalista e cronista. E chegou a Academia Brasileira de Letras, a primeira mulher a pertencer a tão seletto grupo. Ela entrou na casa de Machado de Assis não por ser uma grande mulher, mas por ser uma grande escritora.

Quando reitor da UVA, tive a oportunidade de me aproximar de Rachel e de lhe prestar homenagem, em 1995, outorgando-lhe o título de Doutor Honoris Causa. Construímos também um bosque, que leva o seu nome, e tem a réplica da casa de sua fazenda “Não me deixes”. Rachel merece todas as homenagens.

Jornal O Estado, 28 de abril de 2010

Jorgelito Cals, educador apaixonado

No momento em que mais se discute educação, pauta de toda a grande imprensa ao lançar perspectivas para a nova década que se inicia, o Ceará perde um de seus melhores educadores, referência na histórica educacional do Estado, o professor Jorgelito Cals de Oliveira.

Aos 88 anos, partiu na manhã da primeira terça-feira de janeiro, dia 5, para descansar de sua vida terrena e iniciar a verdadeira vida no céu ao lado do Criador, destinada àqueles que creem em Deus e nEle esperam a salvação, como era o caso do padre Jorgelito, que deixou o ministério sacerdotal sem perder a intimidade com o divino.

Duas fortes paixões marcaram a vida de Jorgelito Cals: o Colégio Castelo Branco e o Conselho de Educação do Ceará. A história do CEC se confunde com a de seu conselheiro emérito, titular desta instituição por seis mandatos. Foi presidente do Conselho durante sete anos, em dois períodos. Esteve também na presidência das Câmaras de 1º Grau, 2º Grau, Educação Superior, Ensino Supletivo, Planejamento e Legislação.

Fui seu colega de Conselho quando ele dirigia a Câmara de Educação Superior e testemunhei sua dedicação e expertise na área que ele amava e deu toda a sua vida. Seus pareceres se notabilizaram pela profundidade de sua fundamentação. Era um técnico que não se divorciava da realidade que o rodeava e também sonhador com os objetivos da educação.

Dois acontecimentos da Universidade Estadual Vale do Acaraú, dos mais marcantes, guardam estreita relação com o conselheiro Jorgelito Cals. O primeiro deles é histórico, que foi o reconhecimento da UVA, primeira grande meta a que me propus quando assumi a reitoria. O reconhecimento se deu no fim do governo Ciro Gomes, em 1994, com o parecer assinado pelos conselheiros Jorgelito Cals, Mariano Rocha e Antonio Colaço Martins, que é o atual reitor.

Só por esse fato, seu nome já mereceria estar no panteão dos benfeitores da UVA, de Sobral e de toda a zona norte cearense. Mas ele fez muito mais do que isso. Entusiasta da interiorização do ensino superior, sempre se mostrou exigente na autorização de novos cursos, mas manifestava sua alegria, como vitória pessoal, a cada curso de qualidade que era ofertado ao povo do interior, que não tinha condições de deixar seu município para cursar uma universidade em Fortaleza.

Nesse mesmo diapasão, ele acompanhou e vibrou com a expansão da UVA que deixou de oferecer cursos apenas na sede de

Sobral, se espalhou por toda sua região de influência e abrangeu o Ceará, estando presente em mais de 140 municípios. Seu entusiasmo era manifesto também ao ver uma universidade pública cearense fazer sucesso dentro de seu estado e levar suas boas práticas a outros entes da federação.

A expansão da UVA, sua batalha pela formação de professor leigo e tantas outras ações de interiorização do ensino superior são de algum modo, uma homenagem ao professor Jorgelito Cals de Oliveira, até então o conselheiro mais antigo do país, um educador apaixonado pelo que fazia.

Jornal O Estado, 6 de janeiro de 2010

Vida em abundância

O terremoto de largas proporções que assolou o Haiti também abalou profundamente a sociedade brasileira, ao vitimar uma de suas mais destacadas figuras, Dra. Zilda Arns, de 75 anos. Deus chamou de volta a si o anjo que enviou para lutar pela vida na Terra.

Aquela que se tornou símbolo da luta pela vida perdeu a sua numa missão entre um dos povos mais pobres da pobre América Latina. Seu desaparecimento entre os escombros veio num momento em que os arautos da morte recrudescem sua luta em favor do aborto, tentando incluir sua descriminalização no Programa Nacional de Direitos Humanos.

As atividades da Pastoral da Criança, criada e coordenada por Zilda Arns, visam promover o desenvolvimento integral das crianças, desde a concepção aos seis anos de idade, e a melhoria da qualidade de vida das famílias. Enquanto os agentes da morte defendem o aborto, Zilda Arns celebra a vida, e a vida em abundância, como disse Cristo: Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10).

O trabalho da pastoral se tornou referência, tendo suscitado congêneres em 19 países.

Dra. Zilda Arns, médica pediatra e sanitaria, era de uma família de religiosos: dois franciscanos e três freiras da congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Entre eles, dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo emérito de São Paulo. Militante católica, não restringiu seu trabalho às crianças, também fundou a Pastoral da Pessoa Idosa.

Teve morte como a dos santos, mártir da causa da vida. É a boa samaritana do nosso tempo, como lembrou em seu blog o senador Tasso Jereissati, numa homenagem em que lembra as muitas visitas que a médica fez ao Ceará, a última foi para receber o título de cearense.

Catarinense, de origem alemã, residia em Curitiba. Destacou-se na saúde pública e em multiplicar as ações de solidariedade, reunindo mais de 260 mil voluntários que se doam em favor das comunidades pobres.

Dra. Zilda terminou sua missão de forma repentina, depois de discurso tocante para religiosos, falando de sua experiência na pastoral. Ainda consternado, transcrevo seu último parágrafo: “Como pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe dos predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, deveriam cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, pro-

mover o respeito a seus direitos e protegê-los”.

O presidente Lula, que se emocionou com a partida de Zilda Arns, poderia fazer uma última homenagem retirando do PNDH esse verdadeiro acinte à causa da vida, que é a morte de quem não tem a menor chance de se defender. Um crime hediondo. E deveria retirar também do texto a perseguição aos símbolos cristãos.

Dra. Zilda, o anjo da solidariedade, defensora incondicional da vida desde a concepção, é exemplo para um mundo mergulhado no relativismo que a cada dia se afasta dos valores mais sagrados.

Jornal O Estado, 20 de janeiro de 2010

O mestre Doutor Raimundo Borges

Morreu na última terça-feira, dia 26 de janeiro, Dr. Raimundo de Oliveira Borges, no Crato, aos 103 anos de idade. A OAB-CE, em elegia àquele que foi um dos seus mais ilustres afiliados, apressou-se em destacar que se tratava do mais velho advogado no Brasil.

Na verdade, o que mais distinguiu o Dr. Raimundo Borges foi ter sido um homem inteiramente dedicado à causa da educação superior na região sul cearense, o Cariri de Pe. Cícero, referência da cultura popular nordestina.

Quando a Universidade Federal do Ceará ensaiava seus primeiros passos, e ninguém falava ainda em interiorização do ensino superior, na segunda metade dos anos 50, já o Cariri acalentava na mente visionária de homens como Martins Filho, Raimundo Borges, Pedro Felício Cavalcanti, dom Vicente Matos e Luiz de Borba Maranhão, entre outros, o sonho de construir no Crato um polo de ensino superior, compatível com a liderança cultural e intelectual daquela região, centro geográfico do Nordeste.

O sonho começou a se transformar em realidade em 26 de julho de 1968, quando por força de Lei Municipal de nº 822, foi criada a Faculdade de Direito do Crato, instalada em 21 de junho de 1973, após autorização do Conselho Estadual de Educação. Dr. Raimundo Borges foi um de seus primeiros diretores, ocupando funções de destaque ao longo de vários anos em que foi professor de Direito Civil.

A vida profissional do doutor Borges se confunde com a história da educação superior do Crato e do Cariri, na década de 1960 e seguintes, tendo participado do grupo que instalou a Faculdade de Filosofia criada pela Diocese do Crato, em época anterior à Faculdade de Direito.

Convivi com ele de 7 de março de 1987 a 31 de março de 1990, período em que tive a honra de ser o primeiro reitor da Universidade Regional do Cariri (Urca), tendo ele colaborado nos trabalhos de sua instalação com o doutor Martins Filho, o Reitor dos Reitores.

Seu comprometimento com o projeto de universidade estadual estava acima das querelas intermunicipais. Sua visão de Urca era de uma universidade com um perfil regional, atendendo a demanda por ensino superior vinda do sul cearense e além-fronteiras. Nascido em Caririaçu em 2 de julho de 1907, ninguém o superava no amor ao Crato, de onde era cidadão honorário desde 1975.

Doutor Raimundo Borges escreveu livros como “O Pe. Cícero e a Educação em Juazeiro”; “Euclides da Cunha e a Unidade Nacional”;

“Memória Histórica da Comarca do Crato”. Seu último livro, de 2007, intitula-se “Reminiscências, o Meu Itinerário”.

Guardo a lembrança de um cidadão afável, sempre disponível para colaborar com novas ideias e propostas de quem, como eu, vinha de longe para dar prosseguimento à tarefa histórica de construção de uma universidade regional para o Cariri.

Que ele continue a nos inspirar numa visão de futuro em que todos tenham direito à educação.

Jornal O Estado, 3 de fevereiro de 2010

Homenagem 135 anos do Seminário São José – Crato

Desde os primórdios da colonização brasileira, a Igreja Católica tem marcado presença em todos os momentos importantes da vida nacional e, de maneira particular, no estado do Ceará.

A fundação do seminário da Prainha em Fortaleza, aos 18 de outubro 1864, com seus benéficos frutos para a educação no Ceará, foi o primeiro passo para desencadear todo um trabalho voltado para formação de jovens que pretendiam se entregar à vida sacerdotal. Foi iniciativa do primeiro bispo do Ceará, dom Luiz Antônio dos Santos, que havia sido nomeado em 1859.

O segundo passo foi a criação do Seminário São José, do Crato, em 7 de março de 1875, que teve como primeiro reitor o Pe. Lourenço Vicente Enrile, missionário lazarista italiano. Dos primeiros 59 alunos, 11 chegaram a se ordenar.

A fundação do seminário se deu bem antes da criação da diocese do Crato, que só veio ocorrer 39 anos depois, em 20 de outubro de 1914, pelo papa Bento XV, através da bula papal “*Catholicae Ecclesiae*”, quando foi desmembrada do território da Diocese do Ceará.

Vale ressaltar que em 1871, Pe. Cícero Romão Batista, recém ordenado, lembrara a dom Luis Antonio dos Santos, bispo do Ceará, as vantagens de fundação do seminário do Crato.

De 1875 a 1967, o Seminário São José, do Crato, que foi fechado e reaberto várias vezes, recebeu 1.858 alunos, dos quais 139 se ordenaram sacerdotes. Os demais alunos se destacaram em diversas profissões, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Cariri e de todo o estado do Ceará.

Ao comemorarmos os 135 anos de fundação do Seminário São José do Crato, demonstramos a preocupação da Igreja Católica com a boa formação dos jovens, não só em relação à preparação de seu clero, como também do laicato de toda região do Cariri.

Ressalte-se ainda que, a exemplo da arquidiocese de Fortaleza e da diocese de Sobral, a diocese do Crato criou a Faculdade de Filosofia do Crato, em 1959, instituição posteriormente incorporada à Universidade Regional do Cariri (Urca), criada em 9 de junho de 1986 pelo governador Gonzaga Mota.

Como seu primeiro reitor, assumi em 7 de março de 1987, encarregado de colocar em prática o projeto do professor Antônio Martins Filho, que sonhava com uma universidade regional para o Cariri, pude

acompanhar de perto todo o processo de encampação de cursos da Uece e de faculdades existentes. Sei bem a importância do Seminário São José para chegarmos à concretização da Urca.

A semente plantada no seminário, como diz a etimologia da palavra, germinou outra instituição, como a Faculdade Católica do Cariri, com os cursos de Filosofia e Teologia, criada pelo bispo dom Fernando Panico.

A colheita se apresenta na forma de tantos luminares, celebrações que fazem parte da elite intelectual e política de nosso estado e de estados vizinhos, que estudaram naquela instituição, mantida com tanto zelo pela Igreja Católica.

Jornal O Estado, 3 de março de 2010

A arte excitável de Sérvulo Esmeraldo

Nascido no Crato e cidadão do mundo, um dos artistas brasileiros de maior projeção internacional, Sérvulo Esmeraldo está com exposição marcada para o próximo mês de abril, em Paris, na Maison Européene de La Photographie.

O artista – aliás, o homem – é resultado do ambiente e de suas influências, como todos sabem. Portanto, o artista plástico vindo do Cariri certamente deixaria aflorar a cultura popular que caracteriza aquela rica região. A xilogravura seria sua melhor expressão. Foi assim com Sérvulo Esmeraldo, mas ele não se deixou prender pelas raízes culturais e alçou voos em outras técnicas, que o fizeram artista múltiplo, brilhante em cada uma de suas expressões.

Aos 18 anos chega a Fortaleza e participa de um universo que vai influenciar sua vida e arte: a Sociedade Cearense de Artes Plásticas. Esteve em contato com artistas como Aldemir Martins, Antônio Bandeira e Inimá de Paula. E ainda Jean Pierre Chabloz; responsável por revelar o artista Chico da Silva. Chabloz foi também orientador de Sérvulo Esmeraldo.

Quatro anos depois, Sérvulo Esmeraldo se transfere para São Paulo. Em 1957, realiza uma exposição individual no Museu de Arte Moderna. No ano seguinte, embarca para Paris. Bolsista do governo francês, estuda litogravura e frequenta o ateliê da Escola de Belas Artes. Até então, sua arte se restringia à gravura.

Depois é que desabrochou como escultor, arte que viria a gravar seu nome na história cearense e no cenário internacional. Foi quando criou seus quadros-objetos, os quais denominou de “excitáveis”. E é exatamente sobre eles que será sua exposição a partir de abril em Paris. Soltando os freios de sua inventividade, ele uniu duas artes: a escultura e a poesia.

Pequenos elementos móveis, dentro de caixas cobertas de acrílico, respondiam à eletricidade estática provocada pelo espectador ao friccionar as tampas. O observador interage com a arte, através da linguagem cinética, chegando a recriá-la. Sua obra dependia também da participação do espectador e da interação com o ambiente. Um verdadeiro achado.

Ao lado dessa arte que causa impacto pelo lirismo e pela interação, Sérvulo se esmerou na expressão escultórica, linguagem mais permanente e estável. É através dela que ele se faz presente em dezenas de lugares de Fortaleza, incluindo prédios públicos, museus, ban-

cos, residências e espaços públicos vistos por multidões.

O artista que maravilhou o mundo com sua arte volta à sua terra para retribuir, seja divulgando a arte cearense ou trabalhando para seu desenvolvimento. Suas esculturas que se juntam aos principais elementos da cidade – o vento, a água e o sol – se confundem com a arquitetura de Fortaleza de forma harmoniosa, parte de sua paisagem.

Não só por seu vasto currículo, mas principalmente pela contribuição ao desenvolvimento das artes cearenses e à sua divulgação, prestamos homenagem a este artista múltiplo, Sérvulo Esmeraldo.

Jornal O Estado, 24 de março de 2010

O senhor do Montese

Nos 64 anos de fundação do Montese, comemorada nesta quarta-feira, dia 14 de abril, quero homenagear os cerca de 30 mil habitantes do bairro, na figura de seu fundador, o cearense de Groaíras Raimundo Nonato Ximenes, o patriarca do Montese.

A história do bairro tem sua origem na Itália, numa cidade de mesmo nome, que foi palco de batalhas da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Lá, os soldados brasileiros venceram o exército alemão, ajudando a libertar o povo italiano do jugo nazista. A partir daí, o ex-militar Raimundo Ximenes passou denominar de Montese o então bairro de Pirocaia, onde morava. Era uma homenagem ao ato heróico em que participaram também pracinhas cearenses.

A ligação entre fortalezenses daquele bairro e italianos de Montese continua até hoje. Em 1998, com a presença de Raimundo Ximenes, foi assinado na Itália o Pacto da Amizade entre aquela cidade e o bairro fortalezense.

Montese daquela época até hoje, muitas mudanças marcam o bairro, que foi perdendo sua característica residencial para comercial. A história do bairro se confunde com a de seu fundador.

Em setembro de 1944, ele foi convocado para o serviço militar, sendo incorporado no 23º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza, no dia 1º de novembro daquele ano.

Foi julgado apto para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 7 de abril de 1945, mas não viajou à Itália, pois a guerra já chegara ao fim. Foi licenciado na graduação de cabo. Depois foi motorista de ônibus até 12 de outubro de 1948, quando foi nomeado servente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza (1ª Vara do Trabalho), de onde se aposentou no cargo de Analista Judiciário.

Também foi jornalista e cirurgião dentista, fazendo parte de entidade de classe de cada uma das categorias.

Tem inúmeros trabalhos publicados na imprensa do Ceará sobre os mais variados assuntos de interesse das comunidades de Groaíras e do Montese, bairro que fundou e onde reside desde 1946.

Em abril de 2002, foi homenageado pela prefeitura de Montese (Itália) com uma placa de prata, comemorativa dos 56 anos de fundação do bairro de Montese, em Fortaleza, e em 2003 recebeu o título de Cidadão Honorário daquela cidade italiana.

Em fevereiro de 2005, publicou seu segundo livro: De Pirocaia a Montese (fragmentos históricos) e foi homenageado com a medalha

Marechal Mascarenhas de Moraes pela Associação Nacional dos Veteranos da FEB, ocasião em que recebeu, também, do Instituto Montese uma placa de prata como reconhecimento do povo do bairro pelo que tem feito pelo bem-estar de sua comunidade.

Junto-me a cada morador do Montese pelos seus 64 anos de fundação, desejando que este bairro, tão importante na constituição da cidade de Fortaleza, continue no seu ritmo acelerado rumo ao progresso. As bênçãos de Deus sempre se derramem sobre ele e sobre seu povo.

Jornal O Estado, 14 de abril de 2010

23 anos da Urca

A criação da Universidade Regional do Cariri, assim como da Universidade Estadual Vale do Acaraú, é um marco na interiorização do ensino superior no Ceará. Ao comemorar os 23 anos da Urca, podemos mensurar a importância de uma universidade no interior. A Urca surgiu depois de uma luta encetada por mais de 20 anos por políticos, educadores e intelectuais da região. Posso falar de cátedra, pois fui personagem e testemunha desse movimento, tendo sido nomeado primeiro reitor pro tempore para implantar a instituição, que foi criada oficialmente pelo governador Gonzaga Mota, mas viabilizada no governo seguinte, de Tasso Jereissati.

Fui convidado pelo reitor Martins Filho para colocar em prática o projeto que ele havia idealizado de uma universidade regional. Natural daquela terra, Martins Filho merece estar no panteão dos que viabilizaram a universidade.

Aceitei de pronto o desafio e fui para o Crato com o objetivo de concretizar tudo aquilo que ainda estava na fase de projetos. Começamos com oito cursos, que já existiam na Fundação Pe. Ibiapina, da Diocese, e na Uece, que foram encampados pela nova universidade. Com a equipe montada, realizamos o primeiro seminário de planejamento, determinando as ações que a Urca deveria realizar para integrar toda aquela região, tendo como núcleo a conurbação que envolvia Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

Um das vocações da região, a religiosidade, não poderia ficar ao largo. Foi assim que uma das primeiras grandes reuniões de estudo foi um seminário internacional sobre a personalidade de padre Cícero, com a presença de intelectuais do porte do americano Ralph Della Cava e do francês Michel Maffesoli, da Sorbonne.

Se um nome que não pode faltar é o do governador Gonzaga Mota, que assinou o documento legal de criação da Urca, mais razão cabe ao nome do governador que a viabilizou, Tasso Jereissati.

E quando falo do empenho de Tasso Jereissati na interiorização do ensino superior, não restrinjo sua ação à Urca, que já seria relevante. A UVA, em Sobral, também foi muito beneficiada por seu governo. Sem o seu apoio, a UVA não teria vivenciado essa enorme expansão, levando a Universidade para muitos municípios.

Também não podemos esquecer o empenho de Tasso para levar o curso de Medicina para o interior. Na elaboração de políticas públicas de saúde, ele intuiu que seria impossível dotar as cidades de profissio-

nais de Medicina se não houvesse a interiorização do ensino médico.

Graças a esse pensamento, podemos hoje contar com cursos de Medicina tanto em Sobral como em Barbalha.

A Urca, com seus 23 anos de intenso trabalho de ensino, pesquisa e extensão, atesta a capacidade do povo caririense. Que a Urca continue dando frutos e engrandecendo o saber, não só da região, mas de todo o Ceará.

Parabéns à comunidade universitária, aos gestores e ao povo que se beneficia das ações da Urca. Vida longa à Universidade Regional do Cariri.

Jornal O Estado, 5 de maio de 2010

Cristovam Buarque, o educacionista

O senador Cristovam Buarque é o mais novo cearense. Recebeu o título na última sexta-feira, dia 7, na Assembleia, por iniciativa do deputado Ferreira Aragão. Título mais do que justo, principalmente pelas causas do senador, que são nacionais e também dizem respeito ao Ceará.

Quando de sua campanha à presidência da República, o senador foi taxado de monotemático, pois sua plataforma se baseava prioritariamente na educação. Agora, ele explica de forma iluminada, no seu pequeno grande livro, “O que é educacionismo”, a sua opção preferencial.

Segundo Cristovam, o mundo perdeu muito tempo com a utopia socialista, baseada em premissas ultrapassadas, como a da transferência da propriedade dos meios de produção, dos capitalistas para os trabalhadores. Foi Marx quem a propôs, mas num contexto histórico que foi logo superado pela roda do progresso tecnológico.

Apesar do rápido curso da história, a premissa virou dogma de fé na academia e ainda hoje persiste, embora já claudicante. Com muita propriedade, o senador por Brasília, explica que a igualdade não pode ser dada na economia, mas na educação. Essa é a grande utopia que conduzirá a humanidade a um futuro melhor. É isso ou a catástrofe.

Ele demonstra que as sociedades socialistas não alcançaram, nem de longe, seus intentos. Ao contrário, são economias ineficientes, com uma nova classe burocrática de privilegiados que mantiveram os trabalhadores mais pobres do que aqueles dos países capitalistas mais desenvolvidos. Além disso, degradaram o ambiente e aceitaram a inexistência da liberdade individual e da alternância do poder.

A proposta de Cristovam é substituir a igualdade na economia pela igualdade na educação. Isso seria o educacionismo, que projeta a revolução pela educação. De início, já quebra os alicerces do verdadeiro “apartheid” que presenciamos hoje. As escolas dos ricos e as escolas dos pobres.

O professor Cristovam é muito feliz ao conceituar o educacionismo como vetor civilizatório: “na visão tradicional, a educação é um serviço; no educacionismo, é o instrumento de construção e transformação social. Na visão economicista, desigualdade ou igualdade são corrigidas ou criadas pela economia; no educacionismo, o berço da igualdade ou da desigualdade está no berço social: a escola”.

O que vemos hoje é uma dissociação clássica em nosso país, que figura entre as dez maiores economias, mas no desempenho educacional está muito atrasado.

Nossos jovens precisam ser capazes de se indignar eticamente diante das ameaças ao futuro; deslumbrar-se esteticamente diante das belezas do mundo, entender a lógica de como funciona a realidade, tanto física quanto social, comprometer-se politicamente para melhorar o mundo e incluir-se profissionalmente no mercado de trabalho.

Essa seria a verdadeira revolução.

Jornal O Estado, 12 de maio de 2010

Medalha Cláudio Martins

A Academia Cearense de Letras criou a Medalha Cláudio Martins, em homenagem ao centenário de nascimento de seu ex-presidente. O poeta, que pertence ao grupo Clã, é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará.

Um homem prolífico e polivalente, Cláudio Martins, cearense de Barbalha, exerceu a profissão de notário público em Fortaleza e se notabilizou como professor, poeta, escritor e homem público. Foi secretário de Estado por mais de uma administração, passando pelas pastas da Fazenda, Educação, Governo, Administração e Saúde.

Eu privei de sua amizade desde o tempo em que fomos colegas no Conselho de Educação do Ceará. Na verdade, já era próximo de sua família, com laços estreitos com seu irmão, o professor Martins Filho, outro luminar da educação no Ceará. Foi Martins Filho, cognominado de reitor dos reitores e fundador de universidades, que me chamou para por em prática o projeto que ele idealizara para a criação da Universidade Regional do Cariri (Urca).

Pelo que ele fez pelo Ceará, principalmente no campo da educação e da cultura, seja como gestor ou produtor de obras literárias, Cláudio Martins é merecedor de ter uma medalha com seu nome. Parabenizo o presidente da Academia Cearense de Letras, Dr. Pedro Henrique Saraiva Leão, pela iniciativa.

Na última segunda-feira, dia 24, deu-se a primeira outorga da recém-criada medalha Cláudio Martins, sendo escolhido para receber a honraria o senador Tasso Jereissati.

Uma das razões da escolha é que foi na gestão do governador Tasso Jereissati que o prédio do Palácio da Luz foi doado, através de lei, para a Academia Cearense de Letras, que o utiliza como sede da instituição.

Tasso Jereissati, poucos sabem, também tem herança literária, e não apenas empresarial. Seu bisavô, José Carlos da Costa Ribeiro Júnior, pertenceu à Padaria Espiritual, um dos mais importantes movimentos literários do Ceará.

Segundo o acadêmico Sânzio de Azevedo, a Academia Cearense de Letras é a mais antiga das academias culturais brasileiras. Fundada em 1894, seus objetivos não eram exclusivamente literários. Ao lado das letras propriamente ditas, abrangia o campo das ciências, da educação ou da arte de um modo geral. Era desejo dos acadêmicos estudar o Ceará sob inúmeros aspectos: solo, topografia, flora e fauna,

povoamento, costumes e crenças, artes e letras, cultura científica etc.

Anterior à Academia Brasileira de Letras, que seria fundada três anos depois pelo escritor Machado de Assis, a cearense foi inspirada pela Academia de Ciências de Lisboa, e teve como fundadores uma plêiade de intelectuais do porte de Guilherme Studart, Justiniano de Serpa, Farias Brito, Antônio Augusto, Tomás Pompeu, Antônio Bezerra, Padre Valdivino, entre outros. Nomes que foram imortalizados são só pela academia, mas também porque viraram nome de ruas e estabelecimentos culturais.

Jornal O Estado, 26 de maio de 2010

Medalha Visconde de Sabóia para Tasso

No próximo dia 5 de março, a Universidade Federal do Ceará, por meio de sua Faculdade de Medicina do campus avançado de Sobral vai outorgar a medalha Visconde de Saboia a três personalidades cearenses, que deram contribuição significativa para a interiorização do ensino superior, especificamente do ensino de medicina.

O senador Tasso Jereissati, o governador Cid Gomes e o prefeito de Sobral, Leônidas Cristino, serão reconhecidos pelos relevantes serviços prestados à Faculdade de Medicina em Sobral. Lembro que o deputado Ciro Gomes chegou a afirmar que a instalação da Faculdade de Medicina era o sonho dos sonhos dos sobralenses. E o senador Tasso Jereissati foi personalidade importante para a realização desse sonho.

O curso de Medicina, a exemplo do de Direito, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, contou com a parceria de gestores da UFC. Para falar da Faculdade de Medicina de Sobral é uma questão de justiça nominar os principais atores. Uma comissão formada pelo então prefeito de Sobral, Cid Gomes, o bispo diocesano dom Aldo Paggoto, o professor Roberto Cláudio Frota Bezerra, reitor da UFC, e por mim, quando reitor da UVA, esteve com o governador Tasso Jereissati para pedir seu apoio.

O grupo ficou surpreso com a pronta e decisiva atitude de Tasso Jereissati. A ideia estava sintonizada com o desejo do governador, já em seu terceiro mandato. Com as ações desenvolvidas na área da saúde, ele percebeu que seria impossível fixar médicos no interior se não levasse para lá também o ensino da Medicina. Foi assim que incentivou a criação de duas faculdades de Medicina no interior: a de Barbalha e a de Sobral, ambas ligadas à UFC.

Com o apoio do governador, partimos para as etapas seguintes, dando sequência às parcerias com a prefeitura de Sobral, UVA, diocese e UFC. Hoje, celebramos essa vitória, com o sonho realizado desde 2001, já com quatro turmas formadas, totalizando 153 profissionais médicos que passaram a atuar em Sobral e cidades vizinhas. A UVA doou o terreno, mas o prédio que abriga a faculdade foi viabilizado pelo prefeito Leônidas Cristino.

O senador Tasso Jereissati foi realizador de grandes projetos de repercussão nacional em seu governo, valendo destacar a melhoria dos indicadores de qualidade de vida, como a redução na mortalidade infantil, a queda na taxa de analfabetismo, o aumento na expectativa de

vida, bem como a ampliação dos serviços básicos de energia elétrica, esgoto e água encanada.

Afora tudo isso, trouxe para sua terra projetos de alta envergadura, como a modernização e ampliação do aeroporto Pinto Martins, o Porto do Pecém e a disseminação de projetos industriais no interior do estado, gerando emprego, renda e receita para os cofres estaduais.

Mas uma de suas características às vezes passa despercebida diante de tantas realizações. Ele foi o grande promotor da interiorização do ensino superior. Foi ele quem deu todas as condições para a implantação da Universidade Regional do Cariri (Urca), no período de 1987 a 1990, tendo Martins Filho à frente do projeto, da qual tive a honra de ser o primeiro reitor.

Portanto, é uma homenagem das mais merecidas o reconhecimento que a UFC de Sobral presta com a outorga da medalha Visconde de Sabóia ao senador Tasso Jereissati, ao lado do governador Cid Gomes e do prefeito Leônidas Cristino. Sinto-me até envaidecido em fazer parte deste rol de personagens reconhecidos pela UFC, pois também fui agraciado com essa medalha no ano passado.

Parabenizamos a UFC, na pessoa de seu reitor, Jesualdo Farias, e do coordenador do curso de Medicina da UFC em Sobral, professor Gerardo Cristino Filho, pela escolha das personalidades que serão agraciadas com a medalha Visconde de Sabóia.

Jornal Expresso do Norte, 26 de fevereiro de 2010

Sobral, cidade da educação

Ao completar 237 anos, Sobral se apresenta como a cidade da educação. O fato está comprovado pelas recentes pesquisas de mensuração de qualidade de ensino. Desde a primeira edição do Spaece-Alfa, Sobral está na vanguarda. A título de comparação, enquanto Fortaleza está entre os últimos municípios quanto ao desempenho de alfabetização de seus alunos, Sobral está entre os primeiros. É o município com o maior número de escolas com o nível de Nota 10.

Não é à toa que Sobral desponta na educação; é o resultado de um conjunto de fatores históricos, que remontam à sua formação e desenvolvimento, assim como a decisões recentes, que colocaram Sobral de volta à posição de destaque.

Sobral de dom José. Esse epíteto já explica a vocação cultural da cidade. Dom José, seu primeiro bispo e responsável por marcantes obras estruturantes e sociais, também deu o norte na formação de gerações, ao primar pela excelência da educação e bagagem intelectual do clero sobralense. Destacado estudante de Filosofia, com formação em Roma, estimulou seus seminaristas a estudar com afinco e fazer os cursos superiores na capital italiana.

A grande maioria dos que estudam em seminário não chega a ser padre e colocam o saber adquirido ao longo do tempo em que estiveram sob a educação católica a serviço de sua comunidade nas diversas atividades profissionais que abraçam depois de desistir ou descobrir que a vocação sacerdotal não lhes era a mais apropriada. São famosos os professores de alta qualidade que exerceram seu ofício em Sobral, entre os quais padre Osvaldo Chaves, mestra Anísia, Peter van Ool, padre João Lira, padre Jairo Linhares, padre José Linhares, padre José Gerardo Ferreira Gomes, Clodoveu Arruda, Jacira Pimentel.

Depois de sua emancipação política, comemorada em 5 de julho, Sobral tem duas outras datas marcantes em sua história. Uma delas é 10 de novembro de 1915, a da fundação da Diocese, que contribuiu de maneira significativa para seu desenvolvimento não só espiritual, mas também intelectual, econômico e político.

A outra data é 23 de outubro de 1968, quando a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) foi fundada. A data é considerada como da emancipação cultural pelo fundador e primeiro reitor da UVA, cônego Francisco Sadoc de Araújo. A oferta de ensino superior, embora tímida nos seus primórdios, fez da UVA um instrumento de redenção para muitos cérebros, pois a grande maioria de sobralenses ficava à margem desse

privilégio que só estava acessível aos que podiam morar em Fortaleza para cursar uma universidade.

Tive a honra de ser reitor da UVA num período em que ela experimentou grande expansão dentro do município de Sobral e se tornou indutora da interiorização do ensino superior, quebrando paradigmas dentro da própria academia, que levou suas atividades para fora de seus domínios. Coincidiu com o período em que uma das grandes leis nacionais da educação exigia que não houvesse mais professores leigos em sala de aula. Era um desafio enorme para o Ceará. Desafio que a UVA ajudou a superar.

A UVA é a universidade que mais formou professores em todo o Brasil, segundo dados recentes do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teireira, órgão do Ministério da Educação. Dos professores com a devida qualificação que estavam em sala de aula no ano passado, a grande maioria tem diploma da UVA, que atua hoje em nove estados.

Ao formar professores leigos e ao oferecer cursos de pós-graduação para quem já tinha diploma, a UVA contribuiu não só para qualificação e melhoria da qualidade do ensino, mas também para elevar o nível de exigência dos profissionais. A melhor forma de melhorar a educação, todos sabemos, é melhorar a qualificação dos professores. E a UVA fez isso de forma a democratizar as oportunidades.

De início, para fazer frente às exigências da LDB, a universidade formatou cursos específicos que foram levados aos municípios, em parceria com suas prefeituras. Passado o primeiro momento, outros cursos, que não apenas de formação de professores, foram demandados pelas comunidades, que passaram a exigir também cursos de pós-graduação. O resultado disso salta aos olhos no mapa da alfabetização desenhado pelo Governo do Estado, onde se verificam em cores destacadas os municípios onde é forte a atuação da UVA. Sobral é sua principal vitrine. E não apenas por ser a sede da universidade. Uma frutífera parceria, envolvendo a UVA, Prefeitura e Diocese, foi a responsável por essa inflexão na trajetória educacional da cidade.

Nos últimos sete anos, a cidade elevou a mais de 90% o índice de alfabetização, zerou a taxa de abandono escolar até o 6º ano e se tornou referência em educação no Brasil.

Nos seus 237 anos, a cidade universitária, polo do ensino superior no interior do Estado, se transformou também na cidade da educação. A educação é o melhor presente para seus cidadãos. Porque a educação pode mais.

A favor da vida

Durante as eleições, período de exaltação da democracia e da disputa pelo poder, as paixões vêm à tona de forma acirrada, e muitas vezes a razão é posta de lado. Lamentavelmente, nos últimos dias estamos observando uma onda crescente de intolerância e uma agressão à garantia constitucional do livre direito ao culto religioso e à liberdade de expressão.

Um dos temas polêmicos mais discutidos tem sido o aborto, que muitos dizem não ser tema para campanha presidencial.

Primeiro, quero expressar minha opinião que o direito à vida, o mais sagrado de todos, deve ser discutido, sim, principalmente se ele está ameaçado, como deixa claro o Plano Nacional de Direitos Humanos, elaborado pelo governo e já enviado ao Congresso.

Os que acham que o tema não deve fazer parte dos debates eleitorais alegam que o assunto é de competência dos parlamentares e não do presidente da República. Mas a alegação não se sustenta diante da realidade.

O PNDH foi gerado no Executivo, que patrocinou encontros e estudos e enviou ao Congresso. Além disso, cabe ao Executivo sancionar ou vetar as leis oriundas do Congresso. Num país de cultura presidencialista, o que pensa o mandatário da nação é muito importante nas tomadas de decisões.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil elaborou uma cartilha intitulada “Votar Bem” em que orienta seus fiéis na escolha dos candidatos nessas eleições. O documento pede que os católicos se abstenham de votar em candidatos que são contrários à doutrina da Igreja, exortando os devotos a sedimentar a cultura da paz e pela vida, que é entendida desde a concepção até a morte natural.

Alguns bispos estão preocupados com a real ameaça da descriminalização do aborto. Movidos pela mensagem do Evangelho e sem querer pecar por omissão, põem-se contra esse movimento abortista e alertam seus diocesanos para ingressar nessa corrente em favor da vida e contra a cultura de morte que tentam implantar no país. Um dos pioneiros dessa corrente é o bispo de Guarulhos, dom Luiz Gonzaga Bergonzini.

Logo depois, a Regional Sul da CNBB, que congrega as dioceses de São Paulo, elaborou um documento em que faz um apelo a todos os brasileiros e brasileiras. Há um enorme esforço para calar esses bispos, inclusive com apreensão do material gráfico que está sendo

distribuído durante as missas.

Além do documento, os bispos leram sua manifestação em vídeos que foram postados no You Tube, que é compartilhado por milhões de internautas. Quem tomou atitude semelhante foi o arcebispo de João Pessoa, dom Aldo di Cillo Pagotto.

A partir dessa postura, a Igreja tem sido alvo principalmente de seus inimigos prediletos que tentam, a qualquer pretexto, lutar contra a instituição católica.

Quero me solidarizar com a Igreja Católica por sua postura em defesa da vida, quero me solidarizar com os bispos, na qualidade de presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Família, que tem como um de seus principais objetivos ressaltar os valores morais e lutar contra a legalização do aborto, expresso na coragem de não se deixar abater por seus opositores. Como Cristo afirmou, se eles calarem as pedras clamarão.

Uma das formas de desqualificar o debate é restringir o tema do aborto a uma questão religiosa. Realmente, os verdadeiros cristãos, sejam católicos, evangélicos, espíritas e de outras denominações, são contra o aborto.

Mas a defesa da vida é muito mais ampla e deve ser assumida por todos como questão humanitária, em que até mesmo ateus e agnósticos devem se juntar. Caso contrário, teremos a barbárie.

É um texto assumido pela coletividade dos bispos.

Em defesa da família, em defesa da vida, somos frontalmente contra a legalização do aborto. Somos solidários à Igreja Católica e a seus bispos e padres que lutam pela verdade do Evangelho.

Jornal Expresso do Norte, 22 de outubro de 2010

Cidadão forquilhense

Foi uma grande alegria ter estado no próspero e bem administrado município de Forquilha, no dia em que completou 25 anos de emancipação política, para receber o título de cidadão forquilhense, fato que muito me honrou. Devo, por isso, agradecer a todo este povo querido, e de maneira especial ao então vereador Evaldo Frota e aos demais vereadores à época, que me concederam esta comenda.

Há muito tempo trago um sentimento de carinho e de respeito por Forquilha. Quando retornei à minha região, em 1990, passando a residir em Sobral para assumir a função de reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú, sempre estive atento ao que acontecia na vida dos municípios geograficamente situados no entorno de Sobral.

Acompanhei os seus primeiros passos, como município emancipado, as dificuldades de infraestrutura e principalmente dificuldades na organização da gestão pública recém instalada, sobretudo na oferta dos serviços públicos necessários ao atendimento da população.

No meu reitorado consegui, com o apoio da minha equipe de assessores, levar os serviços prestados pela UVA para 142 dos 184 municípios do Ceará. A presença da UVA nos municípios se constituiu numa ampla oportunidade de acesso ao ensino superior a milhares de professores leigos, que tiveram a oportunidade de graduar-se e qualificar-se. Pela proximidade de Sobral, muitos forquilhenses puderam estudar na sede da Universidade, em um dos 23 cursos oferecidos, sendo 15 deles criados nos 16 anos em que fui o seu reitor. Mas nem todos tiveram essa mesma oportunidade.

E quando surgiu a necessidade de qualificar os professores, não medi esforços para levar a UVA para Forquilha. No ano de 2004, uma turma deu início a sua formação em nível superior. Tive a felicidade de presidir a colação de grau daqueles professores, possibilitando a melhoria da qualidade da educação pública, e também a melhoria da qualidade de vida dos próprios professores que tiveram acesso a melhores salários.

Recentemente, através de uma parceria com o prefeito Edmundo Rodrigues, consegui viabilizar, através da empresa LideraRH, um curso de capacitação para secretários escolares, com 40 participantes.

A educação é a base de tudo na vida, um instrumento de libertação que promove a igualdade entre as pessoas, além de ser o caminho mais viável, se não o único, para a inclusão social. Os recursos humanos qualificados representam o potencial do progresso social, cultural e eco-

nômico de uma nação.

Reconheço o trabalho de todos os prefeitos, vereadores e de outras autoridades que deram a sua contribuição para o desenvolvimento de Forquilha, mas não posso deixar de reconhecer a gestão revolucionária que este município teve no período de 2005 a 2008, sob a responsabilidade do prefeito Edmundo Rodrigues Júnior.

Forquilha já atingiu a maioridade e desponta na zona norte como uma cidade progressista. São muitas as transformações, sendo as mais notórias aquelas realizadas na administração do prefeito Edmundo Rodrigues. Como ele mesmo faz questão de destacar, a marca político-administrativa de sua gestão são as políticas públicas de apoio às crianças e aos adolescentes, a execução de um plano de governo participativo e avanços significativos na educação, na saúde, na infraestrutura e na geração de emprego.

Atualmente, o município, que já ultrapassou os 21.000 habitantes, coleciona o tricampeonato do selo UNICEF, que é motivo de orgulho e um forte indicador de desenvolvimento social.

Faço questão de destacar o meu incondicional apoio na Assembleia Legislativa do Ceará para o crescimento do município, que tem à frente o prefeito Edmundo Rodrigues.

Reconheço que está aumentando ainda mais com esta terra a minha dívida de gratidão. Contribuindo com a gestão do prefeito Edmundo Rodrigues, já destinei recursos para a construção de um posto de saúde, através do Programa de Federação Cooperativa do Governo do Estado.

Forquilha também deverá receber uma escola profissionalizante. Neste sentido, encaminhei a solicitação do prefeito Edmundo Rodrigues ao governador Cid Gomes, que assumiu o compromisso para construção dessa escola. Devo registrar nesta oportunidade os agradecimentos ao governador, que vem contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de Forquilha.

Quero ratificar a parceria com o prefeito Edmundo Rodrigues e a minha disposição para continuar ajudando o município. Sinto-me forquilhense de fato, e agora de direito. Podem contar com a minha luta para ajudar o prefeito, os vereadores e o povo a melhorar cada vez mais este município.

Estou disposto a seguir firme, com o lema do Governo Municipal: “Trabalhando cada vez mais.”

Congresso das famílias

A instituição da família, considerada, célula mater da sociedade, patrimônio da humanidade, vem sendo atacada por várias frentes que oscilam entre questões de natureza econômica e pela pouca importância atribuída aos preceitos da religião e falta de valores absolutos. Sem valores morais e cristãos e a precariedade do acesso às condições materiais, muitos acabam se entregando às fáceis ilusões da felicidade imediata e dos caminhos tortuosos da droga, do fútil prazer, do consumo do álcool acompanhado de todas as formas de violência.

A família, preservada com dignidade e bem constituída, pode desenvolver um papel-chave na resistência a esses males. Todos nós, cristãos, devemos refletir sobre a mensagem deixada por Bento XVI quando esteve no Brasil e rever valores morais e lutar por melhores condições materiais e imateriais em prol da família, em defesa incondicional da vida.

Por isso, criamos na Assembleia Legislativa uma frente parlamentar em defesa da família, norteadas pelas seguintes diretrizes: articulação com todos os movimentos que adotem a família como o centro de suas ações, promoção de amplos debates enfocando a realidade da família na sociedade contemporânea e o seu papel como sujeito na construção de uma nova sociedade e articulação para construção de uma rede de proteção à família, com olhares atentos à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; luta pela integração da juventude ao mercado de trabalho; a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

O Congresso das Famílias que será realizado nos dias 13 e 14 de março de 2010 é um evento anual promovido pela Comunidade Católica Shalom através do Projeto Família da missão de Fortaleza. Reúne participantes de várias localidades do Brasil durante um fim de semana para favorecer uma sensibilidade para o resgate dos valores da família abordando temas em formas de palestras, promovendo o convívio e a comunhão entre as famílias presentes.

Seu maior objetivo é levá-las a perceber que são frutos do amor de Deus para com os homens e confirmar a admissão do domínio dEle no seu seio. Abrindo-se ao Seu plano de amor, é o caminho certo para a experiência da felicidade aqui na Terra. Fortalecer a célula mater da sociedade, advertindo-a dos riscos do relativismo e do hedonismo imperantes no mundo atual é uma condição para se forjar uma humanidade mais feliz.

O Congresso das Famílias chega à sua 16ª edição, neste ano de 2010, com o intuito de aproximar ainda mais as famílias de Deus, trazendo uma nova abordagem no tocante aos valores essenciais no contexto do mundo atual, potencializando suas relações e fortalecendo seus laços de afetividade e amor, projetando o tema: Família, de volta para Casa. É hora de cuidar, assumir uma nova postura diante dos nossos problemas, reconhecer a primazia de Deus no centro das famílias, aprender a lidar com os filhos, com as drogas e limites. Como orar em família, reconciliar-se uns com os outros e principalmente com Deus, reconhecendo a sua presença em nossas vidas.

Jornal Correio da Semana, 13 de março de 2010

Padre Nilson, o santo do Mucuripe

Morreu no último dia 14 de abril o vigário emérito da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, no Mucuripe, o padre José Nilson de Oliveira Lima.

Nascido em 5 de junho de 1922, em Aratuba, ordenou-se em 30 de novembro de 1947, em Fortaleza.

Após passar brevemente pelas paróquias do Patrocínio, em Fortaleza, e de Cascavel, foi nomeado vigário da paróquia do Mucuripe, em 5 de maio de 1950, por dom Antonio de Almeida Lustosa, arcebispo metropolitano à época.

O Mucuripe do início da década de 1950 “era uma aldeia, uma vilazinha de jangadeiros, vivendo em palhoças, em situação de abandono e miséria”.

Dom Antonio que já o havia convidado uma primeira vez, em 1948, para assumir a paróquia do Mucuripe, mas em vez disso o mandara para Cascavel, volta a chamá-lo, dois anos depois, com as seguintes palavras: “padre Nilson, não tem quem queira o Mucuripe. Estou em dificuldades, a paróquia abandonada. Tornei a lembrar-me do seu nome. Não quero forçá-lo, mas lhe garanto que, com uns seis meses, faço a sua remoção”.

O padre Nilson, jovem e cheio de entusiasmo apostólico, já com a experiência de dois anos de pároco em Cascavel, não hesitou em aceitar o convite do reverendíssimo arcebispo.

Tomou a oportunidade como um desafio a seus planos “religiosos, evangelizadores e caritativos”, conforme nos diz Blanchard Girão, autor de um inspirado livro intitulado “Mucuripe na era do padre Nilson”.

Dali em diante, as histórias da Paróquia do Mucuripe, melhor dizendo, do próprio bairro do Mucuripe e do padre Nilson, se mesclam num único episódio de fé, evangelização e sucesso na obra de desenvolvimento social e espiritual do bairro.

Vale destacar aqui a relação do jovem pároco com os trabalhadores do cais, os estivadores do Mucuripe. Eis o relato do próprio padre Nilson sobre este fato:

“Descia eu, certa tarde, do Morro do Farol Velho, onde distribuía uma porção de remédios com as famílias mais carentes. Ao passar diante do Pavilhão da Estiva, sede do Sindicato dos Estivadores, recebi a mais estrondosa vaia que um homem já tenha recebido.

Havia na época um grupo radical de extremistas, de comunistas intolerantes, que resolveram me hostilizar gratuitamente. Afinal, eu não

os agredia, não os combatia, nem sequer tomava conhecimento das atividades deles, entregue, como estava, ao meu objetivo de distribuir a caridade com aquela pobreza”.

Mais adiante, em seu depoimento, acrescenta o exemplar e santo missionário do Mucuripe: “A vaia gratuita, sem motivo algum, é claro, me abalou um pouco, não o bastante para mudar o rumo do meu caminho. Mais do que nunca, entendia que aquela gente, a mesma que me vaiava, era merecedora de toda a compaixão cristã. E este era meu maior sonho de padre”.

Segundo o livro já citado, transcrevo um trecho com o depoimento do próprio padre Nilson, que foi lido em homilia na Igreja da Saúde por ocasião do seu falecimento: “Ia o padre José Nilson chegando à Casa Paroquial quando, de longe, divisou um dos líderes dos estivadores, precisamente aquele mais exaltado no comando daquela balbúrdia. O vigário disse com seus botões, aliás, botões de sua indefectível batina, pois nunca foi ele de usar trajes de cidadão comum... Pensou padre Nilson: aquela alma quer reza”. E queria de fato, conforme o mesmo relato:

“Fui chegando e logo abordado pelo homem”: “Padre Nilson – disse para começo de conversa – o problema é o seguinte. Há vários dias não aporta um só navio, e nós estivadores estamos sem ganhar nada. Nossas famílias estão passando pelas maiores dificuldades. Gostaria de saber se o senhor poderia nos emprestar um dinheiro”...

Padre Nilson emprestou a quantia solicitada. O fruto desse encontro foi que o vigário católico tornou-se amigo de todos os estivadores e, naturalmente com a anuência deles, interlocutor da classe de estivadores junto às autoridades da Marinha e da administração do Porto.

Padre Nilson tornou-se tão amigo e benfeitor dos estivadores que, segundo suas palavras, “oficialmente, naquele mesmo Pavilhão da Estiva, cenário da vaia nos meus primeiros dias de pároco no Mucuripe, fui inscrito como estivador, com direito a carteira do sindicato e remuneração pelos dias em que, por sorteio era escalado para trabalhar na carga e descarga dos navios atracados. Evidentemente, eu não podia pegar nos fardos do cais, eles próprios me excluía da tarefa”...

Com sua grandeza de alma, padre Nilson destinou sua remuneração de estivador para as obras sociais dos próprios estivadores, ele que teve uma vida plena de atos exemplares da caridade cristã e de amor ao próximo.

Além do seu trabalho de evangelização, o padre José Nilson criou a Escola Profissional Pe. José Nilson que, desde 1963, educa a juventude pobre do bairro do Mucuripe, hoje com 700 alunos, já formou

mais de 30 mil jovens.

O seu trabalho apostólico e sua dedicação à educação dos mais pobres, além de sua solidariedade aos pescadores durante mais de 50 anos, demonstram o quanto Pe. José Nilson foi fiel aos mandamentos de Cristo até a sua morte.

Jornal Correio da Semana, 24 de abril de 2010

Os 35 anos da Uece

A história da Universidade Estadual do Ceará (Uece) começou com a Lei 9.753 de 18 de outubro de 1973, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará (Funeduce), cuja primeira presidente foi a professora. Antonieta Cals de Oliveira.

Com a Resolução nº 02 de 5 de março de 1975 do Conselho Diretor, referendada pelo Decreto nº 11.233, de 10 de março do mesmo ano, foi criada a Universidade Estadual do Ceará, quando a professora Toni Cals, com sua competência e larga experiência, exerceu uma ação determinante de apoio ao professor Antonio Martins Filho, grande mentor deste empreendimento.

A Uece é o resultado da justaposição de várias instituições de ensino superior: Faculdade de Veterinária, Escola de Administração, Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, Escola de Serviço Social de Fortaleza, Faculdade de Filosofia do Ceará e Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, de Limoeiro do Norte.

O professor Antonio Martins Filho, reitor da UFC, considerado o reitor dos reitores, pela sua longa experiência na área do ensino superior, foi nomeado seu primeiro reitor, responsável pela sua implantação, o que aconteceu no período de 1975 a 1977.

Até a presente data a Uece teve os seguintes reitores: Danizio Dalton da Rocha Correa (1977 – 1981), Pe. Luiz Moreira (1981-1984), Claudio Regis Quixadá (1984-1988), Perípedes Franklin Maia Chaves (1988-1992), Paulo de Melo Jorge Filho (1992-1996), Manasses Claudino Fonteles (1996-2000 e 2000 - 2004), Jader Onofre de Moraes (2004 – 2008). A atual administração superior da Uece, liderada pelo professor Francisco de Assis Moura Araripe (2008-2012) está na metade do seu reitorado.

A Uece possui 17.213 alunos matriculados nos seus cursos de graduação, sendo 11.522 em Fortaleza, 5.065 nas unidades do interior do Ceará, 531 nos cursos da Universidade Aberta do Brasil/Uece e 95 nos cursos sequenciais, 3.531 alunos nos cursos de pós-graduação-lato sensu e stricto sensu; além de 20.811 inscritos nas atividades de extensão e/ ou assistência comunitária. A universidade tem também 16 mestrados e 3 doutorados.

O corpo docente é composto por 1.039 professores, sendo 78 graduados, 134 especialistas, 473 mestres, 313 doutores e 41 com pós-doutorado. A ênfase dada à formação de professores para atuar na educação básica (fundamental e médio), a alta capilaridade de seus cursos

por todo o interior do estado e a diversidade na modalidade de ofertas (bacharelado, licenciatura, sequencial e em cursos de pós-graduação) são fatores que atestam o significativo impacto de suas ações.

A Uece conta ainda com a Fazenda Guaiuba, localizada na região metropolitana de Fortaleza, e a Estação Ecológica de Pacoti, na serra de Baturité, além do Instituto de Estudos Pesquisa e Projetos da Universidade Estadual do Ceará – IEPRO que é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criado em novembro de 1995, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento técnico-científico das instituições públicas e privadas do Ceará, aproximando as culturas universitárias, empresarial e governamental com ênfase no apoio ao sistema FUNECE/Uece.

O principal produto do IEPRO é a prestação de serviço nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, consultoria e capacitação, mobilizando recursos humanos especializados para alocação em projetos específicos, negociação e implementação dos que lhe são consignados, isoladamente, ou em parceria com órgãos executores e financiadores, além da gestão financeira de projetos da Uece com recursos que não sejam do tesouro estadual.

Antes de concluir este breve esboço sobre a Uece e sua presença no panorama histórico da educação cearense, gostaria de fazer uma menção especial à presença do professor Francisco de Assis Moura Araripe à frente desta universidade. O professor Araripe está em seu segundo mandato como reitor da Uece, sucedendo o professor Manassés, que se afastou para assumir a Universidade Mackenzie, em São Paulo. O professor Araripe voltou ao cargo eleito pela comunidade acadêmica, em 2008.

O professor Araripe assumiu pessoalmente a interiorização da Uece ao se dedicar de maneira especial aos campi, que vêm fazendo uma ação importante, sobretudo na formação dos professores, bem como na busca incessante de consolidar os cursos de mestrado e doutorado da instituição.

Não poderia esquecer a figura do professor João Teófilo Pierre, que desde os primeiros momentos da Uece esteve presente assessorando o professor Martins Filho, tendo sido também durante 12 anos pró-reitor de graduação e assessor de todos os reitores, prestando inestimável contribuição a esta instituição.

Parabéns à comunidade universitária pela constante luta por uma universidade que alcançou e tem um lugar no mapa das universidades brasileiras nas três áreas de pesquisa, ensino e extensão.

Parabéns ao povo cearense por esta conquista muito especial para nosso Estado.

Tenho a honra de participar da história da Uece, desde sua construção, aliás, desde a sua proto-história. Logo que retornei de meus estudos de pós-graduação na Europa, fui convidado pela diretora da Escola de Serviço Social, irmã Aurea Bessa, para ministrar a disciplina Sociologia do Desenvolvimento.

Na mesma época, passei no concurso público para lecionar Sociologia na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte. Ato seguinte, o então diretor da Faculdade de Filosofia do Ceará, Pe. Luis Moreira, convidou-me para lecionar História das Ideias Políticas.

Conforme já foi mencionado as três faculdades foram incorporadas à nova universidade quando esta foi criada em 1975.

Sinto-me orgulhoso por participar, como professor, desta instituição acadêmica que vem prestando grandes serviços à educação superior do Ceará.

Jornal Correio da Semana, 22 de maio de 2010

A força que faz viver

Neste dia 26, haverá o lançamento do Halleluya, evento da comunidade católica que surgiu para se contrapor ao Fortal e que reuniu mais de 600 mil pessoas na sua última edição. O show de lançamento será no aterro da Praia de Iracema, coincidindo com o dia mundial de combate ao uso de drogas.

Tendo como lema “A força que faz viver”, o Halleluya começa muito bem ao conclamar a sociedade a tomar parte no desafio de esclarecer a juventude sobre as consequências do uso de entorpecentes. As atrações principais serão o cantor Cosme e a banda Missionário Shalom. Cosme é conhecido por sua musicalidade irreverente, com uma história de vida edificante.

Ele foi um dos fundadores da facção criminosa Comando Vermelho, mas se converteu ao cristianismo e hoje é um evangelizador que testemunha sua transformação de vida e libertação do uso de drogas. As drogas, principalmente o crack, cujo consumo tem evidências de epidemia, são os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Daí, louvamos a iniciativa do Shalom para focar esse tema, de forma a mostrar aos jovens que é possível libertar-se dos grilhões das drogas.

O Halleluya é uma idealização da Comunidade Católica Shalom. O primeiro evento se deu em 1995, no Parque do Cocó, para cerca de 40 mil pessoas. A iniciativa de caráter espiritual que se contrapunha ao carnaval fora de época tomou forma e se avolumou a ponto de seus organizadores projetarem um público de 800 mil pessoas, no Condomínio Espiritual Uirapuru, de 21 a 25 de julho.

Para ampliar as expectativas de público, a principal atração do Halleluya deste ano é o padre Fábio de Melo, que no ano passado foi um dos cantores que mais venderam CDs no país. Também se apresentam a banda Cantores de Deus, o cantor Batista de Lima, ex-vocalista da banda de forró Limão com Mel, e a banda Alto Louvor, da Bahia.

Desde há muito tempo o evento não se caracteriza somente como alternativa ao carnaval fora de época, ou como um evento da esfera religiosa, mas por ser uma opção diferenciada para a juventude e as famílias de Fortaleza, aliando experiência com Deus, a cultura e a oportunidade do exercício da responsabilidade social, através de várias iniciativas de promoção humana.

“Quando colocamos a esperança no que é eterno e não nas coisas passageiras, colhemos muitos frutos, frutos de eternidade. É isso que

experimentamos no Halleluya”, são as palavras do fundador da comunidade, Moysés Azevedo.

Mais uma vez realizado no Condomínio Espiritual Uirapuru, o Halleluya 2010 começará no dia 21 de julho (quarta-feira) e se encerrará no dia 25 (domingo), sempre a partir das 17h.

Contará com estruturas a céu aberto, palco, stands diversos (este ano com sua praça ampliada). Também serão oferecidos espaços diferenciados para os vários tipos de público presentes, como o Espaço Radicalidade, voltado para os jovens, o Halleluya Kids, para as crianças.

Porém, o coração do evento será o Espaço da Misericórdia, onde o Santíssimo Sacramento fica exposto para a adoração durante a noite inteira, sendo também o local onde acontecerão as confissões, os aconselhamentos e as pregações.

Jornal Correio da Semana, 26 de julho de 2010

À espera do pastor

Os sobralenses se preparam para acolher seu mais novo pastor, dom Odelir Magri, nomeado bispo de Sobral desde o dia 10 de outubro próximo passado. O cargo será preenchido depois de quase dois anos da saída de dom Fernando Saburido. Enquanto isso, estava à frente da Diocese nosso querido padre Raimundo Nonato Timbó.

Dom Odelir, catarinense de Chapecó, preferiu que sua sagração se desse na terra para qual Deus o chamou para pastorear. A solenidade litúrgica está marcada para o próximo dia 12 de dezembro, data consagrada a Nossa Senhora de Guadalupe. As festas da padroeira de Sobral – Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro) – certamente serão oportunidade para orações pelo bispo que se entrega inteiramente à nova missão que lhe foi reservada.

Missionário por vocação, religioso da ordem dos combonianos, da qual era vigário geral, dom Odelir deve abraçar com entusiasmo a iniciativa de seu antecessor, dom Fernando Saburido, as santas missões populares. Elas foram inspiradas a partir de um retiro ministrado pelo missionário Luiz Mosconi, que apresentou a metodologia dessas missões, que envolvem caminhadas, retiros e festas como forma de evangelização. Também servirá para preparar a comemoração do centenário da diocese de Sobral, que se dará em janeiro de 2015.

Com dom Odelir, a diocese de Sobral inicia novo ciclo, que desejamos ser duradouro. A fundação de diocese costuma ser um marco civilizatório, como foi a de Sobral e das outras oito dioceses cearenses, incluindo a arquidiocese de Fortaleza. A de Sobral coincide com a guinada urbana da cidade, tanto que seu primeiro bispo, dom José Tupinambá da Frota, é considerado seu segundo fundador.

No início, as dioceses eram também sinônimo de prestígio político. A Diocese do Ceará, por exemplo, foi criada em 1854 pelo papa Pio IX, através da bula *Pro Animorum Salute*, mas só foi oficializada quatro anos depois, em 1860. Neste período, permanecia vinculada à província de Pernambuco. O primeiro bispo do Ceará foi dom Luís Antônio dos Santos.

No interior, as primeiras dioceses criadas foram as de Crato (1914) e Sobral (1915); a de Fortaleza foi elevada à categoria de arquidiocese em 10 de novembro de 1915, pelo papa Bento XV, através da bula *Catholicae Religionis Bonum*. O primeiro bispo do Crato foi dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva. Depois dessas duas, foi instalada a de Limoeiro, em 1938, tendo como bispo dom Aureliano Matos.

Muito depois, em 1960, foi criada a de Iguatu, com o bispo dom José Mauro de Ramalho Alarcon e Santiago. Logo depois, em 1963, dom Antônio Batista Fragoço assumia a diocese de Crateús. Em seguida, veio a de Itapipoca, em 1971, com o bispo dom Paulo de Andrade Ponte. No mesmo ano, foram criadas mais duas dioceses: a de Quixadá, com o bispo dom Joaquim Rufino, e a de Tianguá, que teve frei Timóteo Nemésio Pereira Cordeiro como seu primeiro bispo.

A criação dessas dioceses, além de representar nova jurisdição canônica e servir para animar espiritualmente essas regiões, foi um marco na história da educação de seu povo. Os colégios católicos viraram referência de qualidade e muitos foram embrionários de faculdades e universidades que levaram o curso superior para o interior cearense.

Jornal Correio da Semana, 6 de novembro de 2010

RELIGIOSIDADE

Amostra Itinerante de Dom Helder

Os painéis que contam a história de dom Helder em seu centenário de nascimento foram expostos, a partir de sábado, dia 19 de dezembro, no Santuário de São Benedito, no centro de Fortaleza.

Na missa dominical do dia 20, a convite do Revmo. Pe. Jakson Frota, vigário daquela paróquia, apresentamos a exposição de dom Helder levando aos fiéis um breve, mas abrangente relato da vida desse nosso conterrâneo conhecido internacionalmente por sua luta por uma igreja comprometida com os pobres e injustiçados do Brasil, da América Latina e do mundo.

Dom Helder, ordenado padre na igreja da Prainha em 1931, desde cedo engajado na área de educação em nosso estado, transferiu-se em 1936 para o Rio de Janeiro, a convite do Governo Federal para trabalhar como educador no que era então a capital do Brasil.

Homem de inteligência extraordinária, destacou-se em seu trabalho apostólico na arquidiocese do Rio de Janeiro, dando início à luta por um mundo mais justo, onde todos fossem tratados com dignidade e respeito e atendidos em suas necessidades básicas.

Daí sua participação decisiva na fundação de órgãos como a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, onde foi secretário geral por mais de uma década, para coordenar o trabalho da igreja em nosso país e a Campanha da Fraternidade, que todos os anos traz um tema destinado à mobilização geral dos fiéis em torno de objetivos sociais prioritários.

Mas não bastava mobilizar a Igreja. Era preciso atuar junto ao governo e à sociedade em favor dos menos afortunados. Assim, dom Helder lutou também pela implantação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, instituição originada pela força das ideias de seu amigo Celso Furtado. A SUDENE tinha por objetivo a industrialização e o desenvolvimento econômico do Nordeste, região internacionalmente conhecida pelos bolsões de pobreza e miséria, especialmente nos momentos de seca, quando uma imensa fração da população ativa emigrava para outras regiões e metrópoles brasileiras, engrossando as fileiras dos marginalizados e excluídos nas periferias das grandes cidades.

A história contemporânea do Brasil, em sua fase mais recente, relata a instabilidade política dos anos pós segunda guerra mundial, com os focos de conflitos que se foram formando, sendo um dos mais ativos os da região canavieira de Pernambuco, no início dos anos 1960,

criando as condições que levaram dom Helder a uma situação de enfrentamento com as autoridades governamentais, nos momentos mais duros da prisão de opositores e da tortura de presos políticos.

Como arcebispo da arquidiocese de Olinda e Recife, a partir de abril de 1964, dom Helder cresce no cenário internacional, como a voz dos sem voz, “o santo rebelde” que passa a denunciar a violação dos direitos humanos dos porões da ditadura.

Não se tratava de um noviço em matéria de relações internacionais. Já como arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, na década de 1950, início dos anos 1960, exerceu um papel de grande destaque na participação dos trabalhos do Concílio Vaticano II, realizado em Roma pelo Papa João XXIII, cujo objetivo era um “aggiornamento”, uma renovação da Igreja Católica.

Durante o Concílio, de 1962 a 1965, não somente realizou dom Helder um trabalho de coordenação que contou com a participação da grande maioria dos bispos brasileiros, mas igualmente com aqueles bispos progressistas situados na América Latina e nas demais regiões do chamado “Terceiro Mundo” que abrangia os países menos desenvolvidos situados nos Continentes africano e asiático.

Dom Helder promoveu a assinatura histórica de um documento firmado pelos bispos brasileiros e conhecido como “Pacto das Catacumbas”. pelo qual os signatários renunciavam a todo sinal material de riqueza em benefício de uma vida mais humilde e mais assemelhada à do Povo de Deus, ou seja, os pobres desamparados da Terra.

Acompanhei de perto a atuação de dom Helder, como estudante no Seminário de Olinda, no início dos anos 1960. E mais tarde, durante a fase de vigência do Concílio Vaticano II, a partir de 1962, na universidade Gregoriana em Roma, época em que dom Helder residia no Domus Mariae, e promovia reuniões, palestras e grupos de discussão com a presença dos demais representantes brasileiros às sessões de trabalho no Concílio.

Depois de Roma, Paris foi a cidade escolhida como centro de difusão da voz de nosso padre Helder – como gostava de ser tratado – ao denunciar para o mundo, principalmente para a Europa, a situação de sua igreja e dos opositores à Ditadura Militar, no Brasil. Foram os anos em que Dom Helder foi banido dos meios de comunicação em seu próprio país. A mídia, no Brasil, estava proibida de citar seu nome ou publicar sua imagem. A censura exercida pelos poderes constituídos sobre a vida e obra de dom Helder, era total.

Sem deixar-se intimidar, dom Helder ia ao exterior, sempre a convite de alguma instituição, varias vezes durante o ano. Na segunda metade dos anos 1960, sua presença na França, quer física ou simplesmente impressa e auditiva, era uma constante no dia a dia da comunidade de mais de 5.000 brasileiros, entre refugiados, militantes políticos, exilados, estudantes e emigrados na capital francesa.

A amostra itinerante, agora circulando pelas paróquias de Fortaleza, nasceu do trabalho solidário de um grupo de amigos belgas e franceses. Foi cedida posteriormente ao Brasil através de órgãos ligados à memória de dom Helder e à Igreja.

Graças à decisiva colaboração do Pe. Oscar Beozzo, conhecido pesquisador da história da Igreja, pude adquirir e trazer a presente cópia da Exposição à Assembléia Legislativa do Ceará.

Dom Helder continua vivo entre nós e constitui um excelente exemplo de luta e identificação com o que de melhor foi alcançado em nosso tempo, dentro e fora da igreja onde lhe foi dado atuar.

A matriz da paróquia de São Benedito, que é também o santuário beneditino de adoração perpétua ao Santíssimo, é sem dúvida um lugar privilegiado para que a memória de dom Helder possa ocupar o lugar que merece em nossa cultura, ao tempo em que possa servir de inspiração aos jovens e adultos que veem nele um modelo de santidade e comprometimento cristão a ser seguido e emulado.

Em todas as paróquias onde a Exposição vem sendo mostrada, a comunidade presente tem manifestado gestos de agradecimento à inédita iniciativa que vem contribuindo decisivamente para a difusão entre nós da vida e da obra deste santo cearense e brasileiro.

Mesmo após serem encerradas as comemorações pelo centenário de nascimento de dom Helder, em fevereiro próximo, a exposição continuará seu itinerário de aproximação com a comunidade fortalezense e de outras regiões do estado.

Jornal O Povo, 2 de janeiro de 2010

A existência de Deus

“Deus Existe?” é o título do livro que resultou de um debate filosófico entre o então cardeal Joseph Ratzinger e o filósofo ateu Paolo Flores d’Arcais acontecido no Teatro Quirino, de Roma, em 2000.

Trata-se de um diálogo interessante sobre a dualidade entre fé e razão. O então cardeal Ratzinger tratou da atual crise do cristianismo, em sua pretensão de verdade, enquanto Paolo Flores argumentou que a Igreja não abre espaço para o diálogo.

Chama-me atenção de maneira toda particular o depoimento do atual papa Bento XVI sobre a existência de Deus e a propagação de Seu nome.

A questão de Deus, diz Bento XVI, não é uma questão privada, para conhecimento de poucos. Estamos convencidos de que o homem precisa conhecer Deus, que a verdade surgiu em Jesus e deve ser compartilhada, deve ser conhecida.

São Paulo em suas epístolas fala do Deus único que falou com Abraão, no Antigo Testamento, e que se manifesta e se faz acessível por meio de Jesus aos povos do mundo.

Paulo sabia que quando pregava, falando do Cristo ressuscitado, gerava escândalo, mas tinha certeza que não estava transmitindo algo absurdo, mas que levava consigo uma mensagem capaz de apelar à razão dos homens. Dizia ainda: buscamos a Deus, queremos uma religião que não seja inventada, mas autêntica e de acordo com nossa razão.

São Pedro, na sua primeira epístola, de cunho profundamente cristocêntrico, diz que os cristãos devem estar sempre dispostos a “dar razão” de sua esperança, dar conta do logos, isto é, o sentido profundamente racional de suas convicções.

São Paulo está convencido de que a fé cristã apela à razão, mas também está convencido de que vai além da racionalidade. Segundo Bento XVI, “está em jogo o amor, que não é antirracional, mas excede em muito a razão”. Esse é o Deus que é logos, que é razão criadora.

Nos três primeiros séculos de nossa era há uma convicção que nossa religião é a continuação e a culminância das filosofias da época e até mesmo a superação daquelas filosofias. Viam na filosofia a presença de Cristo, do logos no mundo.

A novidade do cristianismo, para os pensadores de então, é que esse mesmo Deus oculto, pressentido, depois se manifesta e ultrapassa radicalmente tudo o que se podia conhecer até ali e, apesar disso, alia-se

com essa busca humana pelo conhecimento.

Em outras palavras, o homem, mesmo dotado de razão, tem dentro de si um sentimento religioso, é portador de uma mensagem moral que indica uma perspectiva para o amor, para a verdade. Esta perspectiva ínsita no ser humano revela sua origem, sua dependência de Deus.

O cristianismo, que propugna a existência de um único Deus, coloca em primeiro plano a comunhão com o Pai, por intermédio do seu filho Jesus Cristo, o salvador da humanidade. O cristianismo apresenta Cristo como o mediador: o caminho, a verdade e a vida.

A religião liga o homem a Deus, seu criador e de todo o universo. Na verdade, pode-se viver sem professar uma religião, mas não sem uma forma qualquer de confiança em uma fé.

Jornal O Povo, 30 de janeiro de 2010

A Pastoral da Criança

A família é considerada a célula “mater” da sociedade. É nela que se estabelecem as relações entre o casal, pais e filhos. A sua finalidade é satisfazer as carências elementares, onde o ser humano inicia e realiza sua experiência existencial.

O cuidado com a criança deve começar ainda antes do nascimento, desde o primeiro momento da concepção, seguindo-se na infância e adolescência. É a primeira e fundamental prova da relação do homem com o homem, daí ser uma escola de sociabilidade. Enquanto comunidade de amor, ela encontra no dom de si a lei que a guia e a faz crescer. O dom de si, que inspira o amor mútuo dos cônjuges, deve pôr-se como modelo e norma daquele que deve existir nas relações entre irmãos e irmãs e entre as diversas gerações que convivem na família.

A comunhão e a participação diariamente vividas em casa, nos momentos de alegria e de dificuldade, representam a mais concreta e eficaz pedagogia para a inserção ativa, responsável e fecunda dos filhos no mais amplo horizonte da sociedade.

A CNBB, sempre preocupada em aproximar a Igreja do povo de Deus, notadamente dos mais pobres, a exemplo das crianças carentes, desnutridas, sem lar e sem perspectiva de vida, criou a Pastoral da Criança, tendo convidado a médica pediatra Zilda Arns Neumann para coordená-la, bem como a Pastoral de Pessoa Idosa, organismos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Pastoral da Criança tem como objetivo salvar crianças pobres da mortalidade infantil, da desnutrição e da violência em seu contexto familiar e comunitário.

Para Zilda Arns, a educação é a melhor forma de combater a maior parte das doenças de fácil prevenção e a marginalidade das crianças para otimizar sua ação.

Tudo depende de educação. É pela educação que a criança se desenvolve plenamente para depois poder desempenhar o seu papel de cidadão na sociedade civil.

A Dra. Zilda Arns, com dedicação ao trabalho, durante 25 anos, por intermédio da pastoral, acompanhou 1.816.261 crianças menores de seis anos e atendeu a 1.407.743 famílias pobres em 4.060 municípios brasileiros.

Neste longo período, mais de 261 mil voluntários levaram solidariedade e conhecimento sobre saúde, nutrição, educação e cidadania

para as comunidades mais pobres para que pudessem ter uma vida mais alegre.

Zilda Arns, em cumprimento de sua missão humanitária, encontrava-se em Porto Príncipe, em 12 de janeiro de 2010, sendo uma das vítimas da catástrofe que abalou o Haiti.

Sobre a importância do cuidado com as crianças assim se expressou Zilda Arns: “Cremos que esta transformação social exige um investimento máximo de esforços para o desenvolvimento integral das crianças. Este desenvolvimento começa quando a criança se encontra ainda no ventre sagrado de sua mãe. As crianças, quando bem cuidadas, são sementes de paz e esperança. Não existe ser humano mais perfeito, mais justo, mais solidário e sem preconceito que as crianças”.

Jornal O Povo, 6 de fevereiro de 2010

Revisitando o Concílio Vaticano II

Neste carnaval de 2010, participei em Natal, nos dias 13,14 e 15, de mais um encontro de reflexão e debate de ex-alunos do Colégio Pio Brasileiro de Roma e da Universidade Gregoriana, sobre pontos importantes do Concílio Vaticano II e sua repercussão na realidade pós-conciliar assim como as experiências vividas por cada um dos nossos companheiros espalhados por este Brasil afora.

Momentos de grande satisfação de lembranças tão importantes daquele evento que serviu de adequação (aggiornamento) da Igreja aos tempos modernos, bem como de realização da experiência existencial de cada um de nós no decorrer destas quatro últimas décadas. Experiências riquíssimas de ação solidária em prol das comunidades onde vivem e atuam.

Alguns itens do Concílio foram revisitados e debatidos. O grande mérito do papa João XXIII e do próprio Concílio Vaticano foi repensar a Igreja de Deus para os tempos modernos. A Igreja é o povo de Deus. O batismo é o sacramento fundante do povo de Deus. Criados à imagem e semelhança de Deus, somos todos iguais e irmãos na fé de Cristo.

Outro item importante é o da colegialidade. Hoje cada país tem sua conferência nacional de bispos que define a pastoral para os seus fiéis. Sabemos o quanto a CNBB trabalha no seu papel de evangelização, bem como na luta pela melhoria socioeconômica e cultural do povo brasileiro.

A ação ecumênica da Igreja, presente na Campanha da Fraternidade de 2010, é um item sempre presente na ação da Igreja nos tempos atuais. Os cristãos em parceria trabalham em prol do bem comum e do próprio desenvolvimento integral do Brasil.

Parte do tempo do encontro foi reservado para uma análise da conjuntura nacional.

Dentro da crise financeira ocorrida em 2009, constatou-se que o fosso entre ricos e pobres é cada vez maior, e as medidas em andamento vão no sentido de reforçar o modelo que existe. Por isso, faz-se necessária a reforma do papel do Estado para que possa ter mecanismos de controle do mercado. Não a ponto de sufocar as iniciativas empresariais, financeiras e econômicas do segundo setor, mas para que não prevaleça a teoria do “laissez faire”, do vale-tudo da busca do lucro pelo lucro.

A crise chamou a atenção para o desperdício de recursos materiais e humanos, sobretudo com constantes guerras entre pessoas, culturas e

até mesmo entre religiosos.

Outro destino há de ser dado aos bens materiais, que devem ser canalizados em prol do bem coletivo. Que a cultura da sobriedade e da solidariedade seja incentivada e implantada por meio de associações. As ações cooperativadas sejam disseminadas dentro das comunidades.

O modelo de desenvolvimento vigente no País que se firmou depois da Constituição de 1988, sobretudo nestas duas últimas décadas, caminha para seu esgotamento, fazendo-se necessário pensar em novo modelo para a fase pós-Lula, quando o grande desafio é o desenvolvimento global, integral, em que saúde e educação sejam partes e que se diminua a marginalização de tantos.

A multiplicidade de partidos políticos (27) e sua conseguinte fragilidade fazem da política um comércio. Legendas e legendas são negociadas, e poucos partidos têm ideologia e programas próprios e de ações bem definidas. A reforma política é mais do que nunca urgente, ela é a reforma das reformas.

Esses e outros assuntos foram debatidos no encontro de Natal, que foi coordenado pelo casal Otto Santana e Juciara Fernandes, coadjuvado pelos padres José Oscar Beozzo, Virgílio Leite Uchoa e José Ernanne Pinheiro. Dentre os participantes, destacamos dom Cristiano Krapf, bispo de Jequié (BA), dom Luiz Demétrio Valentini, de Jales (SP), e o arcebispo de Natal, dom Matias, além de padres, monsenhores (12) e ex-seminaristas (24), hoje desempenhando funções de professores, diretores de escolas superiores, reitores, consultores e dirigentes de empresas, notadamente no setor de serviços.

Jornal O Povo, 27 de fevereiro de 2010

O padroeiro dos cearenses

A Igreja Católica celebra a festa de São José no dia 19 de março. Desde 1870, São José foi declarado patrono da Igreja Católica e, em 1899, o papa Leão XIII o declara modelo dos operários.

Segundo a Bíblia, São José, quando retornou de seu exílio no Egito, estabeleceu-se em Nazaré e como carpinteiro cuidou do bem-estar de sua família e da educação do seu filho Jesus.

São Mateus (cap. I) diz que São José era um homem justo e que teve por missão proteger como chefe a Sagrada Família. Guiado pelo Espírito Santo, permaneceu à disposição de Deus. Pela fidelidade à sua esposa, é também padroeiro das famílias, além de ser padroeiro do Ceará e de várias cidades cearenses.

Nos dias 18 e 19, tive a oportunidade de visitar o interior do estado, onde pude constatar a grande devoção dos fiéis a São José.

Em Amanaiara, participei de um grande mutirão de cerca de 500 pessoas que se responsabilizou por ampliar a igreja local, destacando-se o grande fervor dos amanaiarenses em prestar uma homenagem ao seu santo protetor e patrono.

Em Sobral, participei da missa comemorativa do dia 19 na Ermida São José. Esta pequena capela foi construída com minha ajuda no sopé da serra da Meruoca para homenagear o santo e também o segundo construtor de Sobral, dom José Tupinambá da Frota, devoto de São José que, quando bispo de Sobral (1916 – 1959), colocou o nome de São José no seminário menor de Sobral, tendo como uma de suas principais preocupações a formação dos seus clérigos e dos representantes do laicato de sua diocese.

Hoje, na Ermida funciona há um ano o eremitério São José com três irmãs que se dedicam à oração e ao trabalho.

Trata-se de uma comunidade de carisma carmelitano, com três irmãs: Aurilúcia, Maria Clara e Joana. Pela vocação assumida, serão inteiramente dedicadas à oração, com tempo para o trabalho, de onde tirarão o sustento, e para a orientação de retiros individuais ou de pequenos grupos, de pessoas que queiram aprofundar a própria fé no silêncio, no recolhimento e na reflexão.

No final do dia 19 participei de uma grande concentração de fiéis, devotos de São José na igreja de Santo Expedito, onde o padre Juscelino Pascoal de Castro Monteiro celebrou a Santa Missa, demonstrando mais uma vez a identidade que o povo sobralense tem para com o padroeiro do Ceará.

Juazeiro do Padre Cícero

A pretexto de destacar a escolha de padre Cícero como padroeiro das florestas, feita pela organização ambiental Greenpeace, o jornalista e ensaísta Flávio Paiva trouxe à tona um tema que nunca deveria ter submergido: a troca do nome da cidade de Juazeiro do Norte para Juazeiro do Padre Cícero.

Como devoto de padre Cícero, quero me associar à alegria do jornalista, que é também um entusiasta da figura icônica de nossa cultura nordestina, por seu reconhecimento internacional num campo em que seu destaque era pouco conhecido, o da preservação ambiental.

Muito antes de o tema virar moda e ser obrigatório na agenda mundial, padre Cícero já se empenhava na educação ambiental. Ele, nascido e vivido no semiárido, tinha antevistas como todos os profetas. Já se preocupava com a possível desertificação de sua terra, que hoje é uma triste realidade.

PadimCição aconselhava seus afilhados e filhos espirituais, explicando que “a melhor maneira de manter a mesa sempre farta era unir produção responsável com preservação ambiental”.

Segundo o jornalista Flávio Paiva, padre Cícero chegou a organizar uma doutrina na tentativa de instruir seus devotos para o desenvolvimento de uma consciência ambiental.

“Ele pedia que as pessoas parassem de cortar as árvores e de caçar os animais; que não continuassem mais com as tradicionais queimadas; que fizessem manejo da criação a fim de deixar o pasto descansar; que evitassem erosão não plantando roçado vertical nas serras; que em toda casa fosse feita uma cisterna para armazenar a água das chuvas; que os riachos fossem represados de cem em cem metros para abastecer o lençol freático; que aproveitassem as qualidades das plantas da caatinga para o convívio com a seca; e que todo dia plantassem qualquer pé de árvore”.

Suas palavras assemelham-se a do patriarca Moisés, a guiar seu povo pelo deserto rumo à terra prometida. Uma terra, como foi Juazeiro, que teve no santo nordestino seu fundador e maior divulgador da cidade.

Essa iniciativa do Greenpeace em destacar padre Cícero como protetor das florestas, como padroeiro do meio ambiente, vem em boa hora. Junta-se ao movimento pela beatificação e canonização daquele que os romeiros já colocaram nos seus altares.

O apelo do jornalista Flávio Paiva encontrou ressonância na comunidade juazeirense e certamente de todo o Cariri, assim como do Ceará e de várias partes do país, de onde acorrem levas de romeiros para todo ano visitar a terra em que viveu aquele que lhes socorre nos momentos de aflição.

A proposta da mudança do nome vai muito além do aspecto meramente religioso, embora este seja preponderante, pois foram as romarias e o misticismo de nosso povo que fizeram o progresso de Juazeiro, uma terra abençoada.

O aspecto turístico é que mais se destaca. Para quem não conhece nosso Juazeiro, demora a identificar apenas pela toponímia de Juazeiro do Norte. A cidade passou a se chamar assim para se diferenciar de outra Juazeiro, a cidade baiana que fica às margens do rio São Francisco.

Mas “do Norte” não qualifica direito. Primeiro, que nossa região não é o Norte, mas Nordeste. Segundo, porque Juazeiro fica na região sul do Ceará. Portanto, Juazeiro do Norte não diz tudo. É uma tradição dos tempos em que se dividia o país em apenas duas regiões: o Norte e o Sul.

Por outro lado, ao denominarmos a cidade de Juazeiro do Padre Cícero, a identificação é imediata, sem deixar dúvida sobre qual cidade estaríamos nos referindo. Além do mais, se nós ainda chamamos Juazeiro do Norte, o epíteto de Juazeiro de Padre Cícero já caiu na boca dos romeiros, que só se referem à cidade como a terra de seu Padim.

Os primeiros passos para mudança do nome da cidade já foram dados, mas se estacaram. Desde 2001, numa iniciativa do então deputado Giovanni Sampaio, a Assembleia Legislativa aprovou a realização do plebiscito para consultar a população sobre a mudança no nome.

O empresário Tadeu Alencar, natural de Araripe e residente em Juazeiro há 30 anos, está à frente de um dos movimentos para mudança do nome. Ele e sua esposa, Luiziane Alencar, responsáveis pela ONG Anjos Solidários, estão mobilizando a comunidade a favor do movimento, que até já tem música tema, composta pelo cantor e compositor de sucesso, o juazeirense Luis Fidélis.

No próximo ano, Juazeiro completa 100 anos. E o melhor presente para a cidade é mudar seu nome para Juazeiro do Padre Cícero, como já é chamado por seus devotos que anualmente fazem peregrinação à meca caririense.

Conforme o casal de empresários Tadeu e Luiziane Alencar, o período das próximas eleições é propício para realizar a consulta popular. Para evitar mais gastos, no mesmo dia das eleições, o juazeirense seria convidado a opinar sobre o novo nome da cidade.

E agora que se vislumbra a possibilidade de reabilitação, beatificação e canonização de padre Cícero, faz-se ainda mais premente a mudança. Com sua reabilitação pelo Vaticano, a repercussão será enorme, até mesmo mundial. Associar seu nome a padre Cícero só trará benefícios a Juazeiro.

Mesmo os que não têm religião ou professam outra fé não se devem sentir incomodados com esse movimento. Antes de religioso, padre Cícero foi um grande político na verdadeira acepção da palavra, fundador da cidade e responsável por seu desenvolvimento. Só por isso já mereceria a homenagem. Se bem que, a meu ver, com a mudança do nome, quem é homenageada é a cidade de Juazeiro do Padre Cícero.

Viva Juazeiro do Padre Cícero.

Jornal O Povo, 10 de abril de 2010

90 anos de Ir. Elisabeth

O professor é por natureza um agente de educação. Alguns já nascem vocacionados e chegam afazer de suas vidas um apostolado. Ir. Elisabeth Silveira é uma dessas pessoas, dedicadas ao ensino e formação da juventude, tendo em si a arte de transformar o ser humano, com seus sábios ensinamentos, no cidadão que a sociedade necessita. Ela completa 90 anos no próximo domingo, dia 11. São 90 anos de dedicação à educação.

Reverenciada por suas ex-alunas, Ir. Elisabeth pode se sentir feliz por esse reconhecimento, esse retorno em forma de amizade à mestra.

É notória a liderança que irmã Elisabeth exerce sobre os que com ela convivem usufruindo de seus sábios ensinamentos. Somado a essa característica podemos observar um carisma natural que a torna mais ainda realizada quando cercada por suas ex-alunas, a quem dedica parte do seu precioso tempo através da Associação da qual é presidente honorária.

A passagem dos 90 anos da Ir. Elisabeth deve ser registrada nos anais da história de educação cearense pelo muito que ela tem contribuído na formação da juventude.

A história da Ir. Elisabeth, nascida com o nome de Maria José, em Fortaleza, confunde-se com a do Colégio da Imaculada Conceição. Confunde-se com a história da educação no Ceará.

Sua vocação religiosa está intimamente conectada com a educação. Foi como aluna do Colégio da Imaculada que ela recebeu o chamado para sua missão religiosa. Depois de ingressar na congregação vicentina, ela embarca para o Rio de Janeiro, já professora contemplada com o diploma do curso Normal. Depois de um ano no Rio, retorna ao Ceará, agora na condição de educadora do colégio que lhe abriu o horizonte da fé e das letras.

Esteve na França no início da década de 1960, onde foi professora e estudante. Fez o curso de língua e literatura francesa e ainda o Etudes de Civilisations Française et Psycho no Institut Catholique de Paris.

De volta ao Ceará, dedicou toda a sua vida à direção e às aulas no Colégio da Imaculada Conceição. Reconhecida por toda a sociedade cearense, principalmente pelas personalidades que passaram pelas salas de aula de seu querido colégio.

O reconhecimento da sociedade foi traduzido em várias conde-
Em nome do povo VII | 191

corações, como a Medalha Boticário Ferreira. Em 2002, ela fez parte do seleto grupo de homenageados pelo Sistema Verdes Mares, com o troféu Sereia de Ouro.

Como agente de educação, Ir. Elisabeth não vê diferença entre sua vida de religiosa e de educadora. Uma complementa a outra. Ela se define como educadora religiosa, pois ao transmitir conhecimento, estaria passando também a inspiração religiosa inerente a ela.

E era com esse sentimento que ela ensinava Português, Francês, Literatura Portuguesa, Literatura Francesa, Psicologia e Religião.

Outro aspecto de sua vida é referente à assistência social, o fulcro de sua congregação, seguindo o exemplo de seu inspirador, São Vicente de Paulo. O santo, que viveu no século XVII, dedicou-se aos pobres. Sua vida era na corte, na cúpula do poder.

Trabalhava com a família real, mas seu interesse principal era amparar os mendigos e crianças pelas ruas de Paris, os presos e os doentes nos hospitais.

A vida de São Vicente é realmente inspiradora, assim como a de Santa Luíza de Marillac, a fundadora da ordem Filhas de São Vicente de Paulo, que consolidou o trabalho vicentino.

Foi inspirada nessas duas santidades que ela criou o movimento no Colégio da Imaculada chamado de “As Luízas de Marillac”, que envolvia as alunas do colégio para prestar assistência aos velhinhos.

O movimento era mais intenso nos anos 50, quando foi instituído o dia 27 de setembro, data da morte de São Vicente, como o Dia do Idoso.

Irmã Elisabeth foi contemporânea de dom Hélder Câmara, outro grande exemplo de agente da educação. Ela compartilhava das mesmas ideias daquele que foi chamado o profeta da paz. Considerada uma intelectual inquieta, irmã Elisabeth, mesmo no alto de seus 90 anos, não se pode considerar uma pessoa conformada.

Ao contrário, sempre lutou contra as injustiças e exerceu seu ministério entre as estudantes de classe média e alta de Fortaleza, incutindo em cada aluna o senso de justiça social de apreço aos mais pobres, com o exercício da assistência social.

Ela plantou e regou sementes que frutificaram ao longo do tempo. A Associação de ex-Alunas do Colégio da Imaculada, que tem uma verdadeira reverência à sua antiga mestra, é um exemplo dessa colheita. São senhoras da sociedade de Fortaleza, que se destacam em vários segmentos profissionais e sociais, que mantêm acesa a chama da assistência social e da luta por melhores dias aos seus irmãos menos

favorecidos.

Irmã Elisabeth, figura simpática e afável, emblema do agente de educação, receba nosso reconhecimento e agradecimento por tudo que a senhora fez pela educação cearense, pela sociedade de Fortaleza, e por ser exemplo vivo do exercício da fé cristã.

Jornal O Povo, 17 de abril de 2010

Queremos Deus 2010

“Sua misericórdia é eterna” foi o tema do Queremos Deus deste ano, que se realizou, no Parque de Exposições, no último domingo, reunindo cerca de 30 mil fiéis vindos de diversas partes do Ceará para louvar e adorar o Senhor. Foi também um momento de pedir paz para todos e exercer a fraternidade.

Estive presente na celebração da missa, presidida pelo arcebispo dom José Antônio Tosi, que falou sobre a graça que Deus dispensa aos fiéis independentemente de nossas ações. Tudo é fruto da misericórdia divina, na qual devemos nos espelhar no tratamento com nossos irmãos.

Ao ver aquela multidão de seguidores, que a cada ano cresce nesses eventos religiosos, vem-nos a reflexão sobre essa sede que o povo demonstra ter de Deus. Por que, a despeito de tantos avanços tecnológicos e de tantas respostas da ciência, o homem ainda se volta para Deus, numa busca incessante para a transcendência?

Uma equipe de cientistas, capitaneada pelo médico americano Andrew Newberg, debruçou-se sobre um estudo para saber se foi Deus quem criou o cérebro ou se foi o cérebro que criou Deus. Suas experiências foram publicadas no livro *Why God Won't Go Away*, que significa Porque Deus não vai embora. O livro ainda não foi traduzido para o português. Tenho em minhas mãos o exemplar em francês que recebeu o título de *Porquoi Dieu Ne Disparaître Pas*.

Os pesquisadores estão falando de uma molécula da fé, que o homem traz em sua estrutura, provando que nós já nascemos predispostos a acreditar em Deus. Isso faz parte da arquitetura neurológica do cérebro. Para o médico, o mais desenvolvido órgão humano é especialmente calibrado para a experiência espiritual.

Os cientistas analisaram imagens captadas por tomógrafos e perceberam as transformações que a oração e a meditação manifestam nos cérebros. Andrew Newberg diz que a neurociência pode elucidar experiências místicas e acredita que o conceito de Deus é fundamental para a sobrevivência da espécie humana.

Isso explica o sucesso desse evento religioso, que virou tradição na cidade, já em sua 21ª edição. Obviamente, deve-se também ao empenho das pessoas e instituições que estão por trás da organização, como a Renovação Carismática e as Comunidades Novas.

Neste ano, o Queremos Deus homenageou uma personalidade que também reverenciamos, Dra. Zilda Arns, que partiu para a morada

eterna enquanto cumpria missão humanitária e religiosa no Haiti, vítima dos terremotos que abalaram aquela região.

Fundadora da Pastoral da Criança, e também da Pessoa Idosa, ela foi um verdadeiro anjo da guarda de milhares de crianças, com ações simples na área da saúde que fizeram diminuir os altos índices de mortalidade infantil. Estas ações foram adotadas pelo programa de Agentes de Saúde, criado pelo então governador Tasso Jereissati, e que se transformou em programa federal, tal sua efetividade.

Queremos Deus, agora e sempre.

Jornal O Estado, 10 de fevereiro de 2010

13 de Maio, data a ser comemorada

Treze de Maio é uma data de significado especial para os brasileiros e também para o mundo ocidental, principalmente para os católicos. Os brasileiros comemoram a abolição da escravatura em 1888, numa lei assinada pela princesa Isabel depois de uma luta da sociedade brasileira para acabar com a escravidão.

O Brasil foi um dos primeiros países da América a negociar escravos e dos últimos a acabar com esse crime de lesa-humanidade.

13 de Maio é o 133º dia do ano e considerado pelas ordens secretas esotéricas como sendo a proporção áurea do ano. Não sei se por coincidência, levou o nome de áurea a lei que pôs fim a escravidão no Brasil. A data da redenção dos escravos muito tem a ver com o Ceará, pois foi a primeira província brasileira a declarar a libertação.

29 anos depois desse movimento que libertou os escravos no Brasil, veio a ocorrer em Portugal, na cidade de Fátima, um acontecimento para promover a libertação de cativos espirituais. Esse fato que marcou o mundo ocidental cristão trouxe o avivamento da fé.

Os cearenses têm uma devoção especial pela Senhora de Fátima. Fortaleza tem um bairro muito simpático com o nome da santa, onde fica o santuário que lhe é dedicado. Para lá, uma multidão de fiéis se dirige a cada 13 de Maio num movimento contínuo de orações e ações devocionais, que se renova todos os meses, sempre no dia 13.

Ainda criança, tive meu primeiro contato com a imagem de Nossa Senhora de Fátima, e desde sempre lhe sou devoto. Morava ainda em Reriutaba e fui levado pela família a Sobral, onde a imagem peregrina, pela primeira vez passava pelo Brasil. Tal foi minha impressão que resolvi seguir a vida religiosa. Pouco depois, eu seria seminarista em Sobral.

Em seguida, em Fortaleza, Olinda e Roma, onde concluí os estudos teológicos. Na primeira oportunidade, fui visitar o santuário de Fátima em Portugal. Fui ver de perto aquele local místico onde Nossa Senhora apareceu a três pastores e aconselhou o mundo a orar, principalmente o rosário, e a devotar-se ao Imaculado Coração de Maria.

Já era uma praça, semelhante à de São Pedro, em Roma, com o santuário ao fundo. Eu buscava em minha volta cada detalhe da história que todos conhecem, a partir da azinheira, árvore sobre a qual a Virgem apareceu, e que foi preservada junto com a cova de Iria.

Desde 1917, quando se deu a aparição, milhares e milhares de peregrinos de todo o mundo visitam o santuário, cerca de 4 milhões de

pessoas por ano.

13 de Maio, curiosamente, é o dia em que nasceram três papas: Inocêncio XII, em 1615; Inocêncio XIII, em 1792; e Pio IX, em 1792. Já em 1948, nasceu outro religioso que exerce seu ministério entre nós, o arcebispo de Fortaleza, dom José Antônio Aparecido Tosi Marques.

Portanto, 13 de Maio é realmente uma data de ouro, para se comemorar a liberdade, o maior bem da humanidade, seja no aspecto físico ou espiritual.

Jornal O Estado, 19 de maio de 2010

Fica conosco, Senhor!

Brasília foi palco de tripla comemoração no mês de maio: festejou os 50 anos de sua fundação, celebrou, com uma missa, no dia 3, o jubileu de ouro da arquidiocese de Brasília, e sediou o XVI Congresso Eucarístico Nacional, nos dias 13 a 16. O congresso teve como tema a “Eucaristia, pão da unidade dos discípulos missionários” e por lema, “Fica conosco, Senhor” (Lc 24,29).

A riqueza do binômio discípulo/missionário, que fundamentou o tema do congresso, já havia sido discutida na V Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe, que aconteceu em 2007, em Aparecida do Norte, São Paulo. O pão eucarístico alimenta todo discípulo e fortalece na fé, na esperança e na caridade. A eucaristia, portanto, é geradora da unidade da Igreja: Jesus Cristo, sacramentado, gera a comunhão da sua Igreja.

O convite dos discípulos de Emaús a Jesus, “Fica conosco, Senhor”, usado como lema do congresso eucarístico, revela-nos que, sem Jesus Cristo, nossa existência não tem sentido. Ele é o alimento de que precisamos para abastecer nosso coração. Ele é a felicidade e o remédio para nossa solidão.

Como afirmou o arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, “queremos formar um corpo unido, onde cada parte desse corpo, cada membro, e cada comissão seja um corpo vivo, um corpo que faz um trabalho unido a todos os outros. O congresso eucarístico deve ser a expressão de um trabalho de comunhão, que tem sua fonte na eucaristia”.

A centralidade cristã está na eucaristia. A santíssima eucaristia nos oferece uma oportunidade única para encontrar respostas verdadeiras no Cristo. Crer no Cristo ressuscitado é a resposta para nossas indagações.

O enviado especial do papa Bento XVI, cardeal dom Cláudio Hummes, prefeito da Congregação para o Clero, foi recepcionado pelo núncio apostólico, dom Lorenzo Baldisseri, e outros líderes da Igreja Católica. Dom Cláudio presidiu a missa da solidariedade com os catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

Destacou a fé do povo brasileiro e ressaltou: “O encontro com Cristo deve nos levar necessariamente ao encontro com o irmão. Quando nos sentamos à mesa de Deus, nos comprometemos a combater a pobreza, a miséria e a fome. Depois que comungamos, não podemos deixar de nos empenhar em favor dos pobres”.

O Congresso Eucarístico foi encerrado com uma grande procis-

são que surpreendeu pela quantidade de prelados – 300 bispos caminhando. Nunca se viu em Brasília uma procissão desse tamanho. Segundo o testemunho de dom João Braz de Aviz, arcebispo de Brasília, a grande maioria de jovens passou a noite inteira acordada ao lado de Jesus. “Alguns até dormiram, mas ali, perto de Jesus”.

A participação dos jovens e o entusiasmo missionário dos participantes acenderam a esperança de um renovar na fé, no Planalto Central do Brasil. Que Jesus, o pão da vida, nos alimente nesta caminhada. Renovamos o convite feito pelos discípulos missionários de Emaús: Fica conosco, Senhor.

Jornal O Estado, 9 de junho de 2010.

Afronta aos direitos humanos

O polêmico Programa Nacional de Direitos Humanos teve o condão de desagradar grande parte da sociedade brasileira. Visto por alguns como uma espécie de miniconstituinte, o programa mexe em vários dispositivos inscritos na Carta Magna.

Alguns aspectos, porém, chamam a atenção pela exacerbação no campo religioso. Um deles até transcende a religião e diz respeito ao direito à vida, o mais fundamental deles como preconiza nossa Constituição. O PNDH pretende “apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos”.

A mulher não pode decidir sobre seu corpo se há uma vida, um ser humano em gestação dentro dele. Não apenas nossa Constituição, mas a Declaração de Direitos Humanos prevê o direito do ser que ainda está no ventre materno. Assim, a mãe não pode dispor sobre a vida ou a morte de quem já tem direitos assegurados, tanto sob o ponto de vista religioso quanto o laico, o secular.

Decidir-se pelo aborto é lutar contra a vida. Sobre o assunto, o papa Bento XVI foi muito feliz num debate transmitido ao vivo com o jornalista e filósofo ateu italiano Paolo Flores d’Arcais, mediado pelo jornalista judeu Gad Lerner, num teatro romano em 2000. Joseph Ratzinger ainda era o cardeal titular da Congregação para Doutrina da Fé. O debate foi transformado em livro, publicado no Brasil com o título “Deus existe?”.

Ratzinger fala da sacralidade da vida. “Se deixo de ter o direito de viver, que outro direito posso ter?”. Sobre o aborto é preciso esclarecer a partir de que mês da gestação aquele ser se torna um homem. A biologia diz que desde o primeiro momento há ali um programa completo de ser humano, que mais tarde se desenvolve se não houver interrupção da gravidez.

Segundo o papa, não se pode dogmatizar a ciência. Mas há, pelo menos, uma hipótese fundamentada, uma probabilidade, uma possibilidade de que pode se tratar já de um ser humano. “E essa probabilidade já não nos permite matar esse ser, porque, provavelmente pelo menos, é um ser humano”.

Outro aspecto ligado à religião diz: “Desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União”. Ora, isso é atentar contra nossa cultura, nossas tradições. Daqui a pouco, se não barrarmos essa sanha contra os sím-

bolos religiosos, não poderemos contar com as estátuas de São Francisco, Nossa Senhora e padre Cícero nos locais públicos. E o Rio pode perder o seu cartão-postal, com a demolição do Cristo Redentor.

O mesmo documento que quer banir os símbolos religiosos dos órgãos públicos defende uma campanha para divulgar a diversidade de credos e o ensino das religiões de origem africana. Não me consta que ninguém se sinta constrangido com a presença de crucifixos nas paredes ou imagens de santos e mesmo a Bíblia nas repartições. Parece-me, isso sim, um preconceito anticristão.

Faz parte de nossa cultura, uma nação cristã, com cerca de 90% de sua população congregando em alguma vertente do cristianismo. O estado laico, que somos, não é sinônimo de antirreligioso. Tanto que o preâmbulo de nossa Constituição traz uma frase emblemática: “Sob a proteção de Deus”. Também não é à toa que está impressa em todas as cédulas do Real a frase “Deus seja louvado”.

Grande parte do texto do Programa Nacional de Direitos Humanos é uma verdadeira afronta aos próprios direitos humanos.

Jornal Expresso do Norte, 15 de janeiro de 2010

Economia e Vida

Iniciou-se na quarta-feira 17 a terceira edição da Campanha da Fraternidade, que é realizada de forma ecumênica. No princípio e por muitos anos de forma restrita à Igreja Católica, a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tenta abranger todas as religiões cristãs brasileiras, que fazem parte do Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.

Trata-se de uma verdadeira ação integrada das igrejas com o objetivo de colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal de cultura de paz para que todos ajudemos na construção do bem comum. Estas ações ecumênicas já haviam sido incentivadas desde o Concílio Vaticano II.

Economia e Vida é o tema deste ano, e não poderia ser mais compatível com a realidade mundial, que ainda se recupera de uma crise que atingiu a todos, até mesmo aqueles países onde ela chegou como uma marolinha. O Brasil, obviamente, teve prejuízos. Graças a Deus, e às ações do governo anterior e do atual, o desdobramento da crise teve menos impacto. Mesmo assim, sofremos.

O bem-estar coletivo está acima do individual, que deve se colocar a serviço da solidariedade entre os homens. Este testemunho de fraternidade está espelhado nas palavras de Cristo: “Nisto todos reconhecerão que vocês são meus discípulos, se vocês se amarem uns aos outros” (Jo 13, 35).

O tema Economia e Vida poderia levar a reflexão apenas para o aspecto político e econômico do qual o cristão não pode se omitir, em sua vertente material. Mas o lema, retirado do Evangelho de Mateus, capítulo 6, versículo 24, centra a discussão no aspecto espiritual e religioso: “Você não pode servir a Deus e ao dinheiro.”

Essa frase merece muitas reflexões. E esse é um tempo propício para refletirmos. A campanha da Fraternidade começa na Quarta-Feira de Cinzas, com o início da Quaresma, tempo privilegiado também para oração, terminando no dia 28 de março. Tempo que precede e prepara para a celebração da Páscoa.

Tempo de análise e reflexão sobre a realidade atual, quando os ricos se tornam cada vez mais ricos e os pobres mais pobres. Isso é reflexo da ganância e da falta de generosidade, próprias de quem serve ao dinheiro e não a Deus.

A crise econômica do ano passado, que abalou as estruturas do sistema financeiro, provocando um sem-número de bancarrotas em

bancos, imobiliárias e muitas outras instituições financeiras, trouxe de volta à tona a velha tese de que o capitalismo desenfreado, em que se busca o lucro pelo lucro, traz um desenlace negativo para todos os países.

Se o Estado não pode direcionar o mercado, o mercado também não pode ficar à deriva da autorregulamentação, como defendiam os mais radicais teóricos do neoliberalismo. Nem tanto ao mar nem tanto à terra.

Como diziam os antigos, a virtude está no meio. Os organismos internacionais precisam ser equipados com ferramentas que possam equilibrar as ações do mercado, para que ele não fuja do seu objetivo de garantir a realização dos seres humanos através de negócios legítimos e justos do ponto de vista social.

O bem-estar de todos deve ser o objetivo principal das nações, e a economia deve servir para satisfação das necessidades humanas, para a construção do bem comum. Sem um conjunto de condições que permitam e favoreçam as pessoas para o desenvolvimento integral da personalidade, a economia se torna perversa e foge a seu objetivo primordial.

Quando Cristo afirma que não se pode servir a Deus e ao dinheiro, não está querendo dizer que devemos ser todos pobres para alcançar o reino de Deus. Não há uma defesa da pobreza como condição de riqueza espiritual. Mas o dinheiro, e em último estágio o mercado, não pode ser elevado à condição de Deus, como, lamentavelmente, muitos fazem.

Cristo apela à solidariedade, à generosidade. Quem tem muito que ajude os mais pobres. Isso vale tanto no plano pessoal como no cenário das nações. Se compreendêssemos e colocássemos em prática essas palavras cristãs, não haveria tanta pobreza, tanta injustiça, tanta desigualdade no Brasil e mundo afora.

Cristo também, em outra ocasião, adverte que onde está o seu tesouro está o seu coração. Mas de que adianta o homem ganhar o mundo e perder sua alma? Nas relações internacionais, de que adianta um império se consolidar e perder sua tranquilidade? De que adianta termos uma boa vida financeira, e vivermos sob o signo da insegurança?

O Brasil ainda é um país de grandes injustiças sociais, alta concentração de riquezas, desigualdades regionais e um número exagerado de pobres, de excluídos. Segundo o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, havia no Brasil 10,7 milhões de indigentes e 46,3 milhões de

pobres – pessoas que não têm acesso a recursos para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, habitação, saúde, transporte e educação. Os dados são de 2007.

No Ceará, a situação é ainda mais complicada, com quase um milhão de pessoas mergulhadas na extrema indigência, tentando sobreviver com uma renda mensal equivalente a um oitavo do salário mínimo. Esse contingente representa 11,9% da população estadual. O Ceará está no terceiro lugar no ranking da indigência do País, conforme anunciou o Diário do Nordeste, em sua edição de 4 de julho de 2009.

Faz-se necessário, mais do que nunca, repensar o desenvolvimento do país, principalmente agora no ano eleitoral, quando vamos decidir quem governará o Brasil nos próximos quatro anos. Hoje, privilegia-se o crescimento pelo crescimento. E o desafio é equilibrar o desenvolvimento com a dimensão social, colocando o ser humano em primeiro lugar.

Assim, estaremos seguindo a mensagem evangélica, inscrita em João, capítulo 10, versículo 10: que todos tenham vida em abundância.

Jornal Expresso do Norte, 19 de fevereiro 2010

O enviado do Senhor

Depois de quase dois anos de vacância, a diocese de Sobral tem novo bispo. O anúncio foi feito pelo administrador diocesano, padre Raimundo Nonato Timbó, na última segunda-feira, dia 11. O novo bispo, padre Odelir José Magri, é catarinense, da diocese de Chapecó.

O padre José Magri, 47 anos, estava na função de vigário geral dos Combonianos (missionários da comunidade católica fundada por são Daniel Comboni) quando foi nomeado bispo de Sobral. Ele irá ocupar o cargo deixado, há mais de um ano, por dom Fernando Saburido, atual arcebispo de Olinda e Recife, em Pernambuco. Sua nomeação se deu no dia 10 de outubro, na festa litúrgica de são Daniel Comboni. A exemplo de dom Fernando, que era da ordem dos beneditinos, e de dom Aldo Pagotto, dom Odelir é também padre que pertence a uma ordem religiosa.

Tal como dom José Tupinambá da Frota, nomeado bispo de Sobral pelo papa Bento XV, em 20 de janeiro de 1916, formado em Roma, padre José Magri, vem diretamente da cidade eterna para sagrar-se bispo na catedral sobralense. O padre Odelir José Magri é o sexto bispo da diocese de Sobral, criada em 10 de novembro de 1915, pelo papa Bento XV através da bula *Catholicae Religionis Bonum*.

Depois de dom José Tupinambá da Frota, que ficou no cargo 43 anos, de 1916 a 1959, a diocese teve os seguintes bispos: dom João José da Mota e Albuquerque, que assumiu em 1961 e ficou até 1964, quando foi sucedido por dom Walfrido Teixeira Vieira. Este foi o segundo bispo que mais tempo ficou em Sobral, 33 anos, completados em 1998. Dom Aldo de Cillo Pagotto ficou de 1998 a 2004, quando foi transferido para a arquidiocese de João Pessoa, na Paraíba. Sucedeu-lhe dom Antonio Fernando Saburido até 2009, quando voltou para seu estado natal para assumir a arquidiocese de Recife e Olinda.

Dom Odelir Magri, na carta que enviou ao padre Nonato Timbó, abre seu coração e agradece ao papa a dádiva de Deus desta nova missão de ser pastor da diocese de Sobral, onde deve vir desempenhar um papel importante de evangelização e educação de seu rebanho no semi-árido nordestino. É por demais louvável a firme determinação de novo bispo quando afirma: “Venho com ganas e vontade de conhecer, escutar, aprender, descobrir e de trabalhar com vocês na vinha do Senhor, que é a nossa diocese. Venho com o desejo e a determinação de ajudar esta igreja particular a fortalecer sempre mais a sua vocação missionária.

Dom Odelir Magri decidiu que sua sagração deve ser mesmo na cidade de Sobral. A data sugerida pela cúria sobralense é o dia 12 de dezembro, data que marca a festividade litúrgica de Nossa Senhora de Guadalupe.

O novo bispo tem consciência de ser um ilustre desconhecedor da realidade da diocese que lhe foi confiada. Mas encara sua nova missão como um dom de Deus e um ato de fé. Disse ele: “Venho com uma certeza, não fui eu que escolhi Sobral, mas Alguém que me enviou, e eu venho em nome deste Alguém. E neste sentido não posso deixar de recordar as palavras de Jesus aos seus discípulos “Não fostes vós que me escolhestes, mas eu que vos escolhi e designei para irdes produzir frutos e para que o vosso fruto permaneça...” (Jo 15,16).

Padre Magri nasceu em 18 de abril de 1963, em Campo Erê, Santa Catarina. Seus estudos de Filosofia e Teologia foram realizados em Paris. Foi ordenado sacerdote em 1992 e logo partiu como missionário para o Congo, na África, onde trabalhou até 1996. De volta ao Brasil, foi professor e pároco em São Paulo (1997-1999), conselheiro provincial de 1999 a 2001 e de novo professor em Contagem (MG) até 2003. Desde essa data esteve na equipe de coordenação do Instituto dos combonianos.

Tenho certeza que dom Odelir vai ser muito usado por Deus em seu ministério em Sobral. Sua vocação de missionário certamente vai dar guarida e continuidade a um programa criado por dom Saburido em 2006, as santas missões populares. Esse programa foi iniciado a partir de um retiro ministrado pelo missionário Luiz Mosconi, que apresentou a metodologia dessas missões, que envolvem caminhadas, retiros e festas como forma de evangelização. Também servirá para preparar a comemoração do centenário da diocese de Sobral, que se dará em janeiro de 2015.

Bendito aquele que vem em nome do senhor. Nossas boas-vindas ao nosso pastor.

Jornal Expresso do Norte, 15 de outubro de 2010.

Memorial da última ceia

A eucaristia é o memorial da última ceia de Jesus, em que ele ofereceu seu Corpo e Sangue aos discípulos, anunciando a sua morte como dom total de sua vida em resgate da vida de todos. Os elementos eucarísticos, pão e vinho, são referências antigas, usadas já pelo sacerdote Melquisedec no Antigo Testamento como oferta a Deus pelos benefícios concedidos a Abraão. Pão e vinho – Corpo e Sangue: Jesus entregou a vida em favor da humanidade não apenas na hora de sua morte, mas em todo o seu ministério. Ele ensina a partilhar os bens e empenhar a própria vida a fim de que todas as pessoas tenham suas necessidades dignamente satisfeitas. Para isso, conta também com seus discípulos que irão propagar e viver o evangelho.

A festa de Corpus Christi oferece a oportunidade de refletir sobre o sentido da eucaristia na vida dos cristãos e cristãs. Celebrar a memória de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, é atualizar seus gestos de amor oblativo em favor da vida de todas as pessoas. De modo particular, não podemos esquecer a dimensão social da eucaristia. São João Crisóstomo exortava: “Querem em verdade honrar o corpo de Cristo? Não consentam que esteja nu. Não o honrem no templo com mantos de seda enquanto fora o deixam passar frio e nudez”. A celebração adquire seu verdadeiro sentido quando é expressão de relacionamentos justos e fraternos, vividos no cotidiano da vida familiar, comunitária e social. Paulo adverte: “Todas as vezes, pois, que comeis desse pão e bebeis desse cálice, anunciais a morte do Senhor até que ele venha”.

O pão e o vinho oferecidos por Melquisedec – “Rei da justiça” e “Sacerdote da paz” – em louvor às bênçãos de Deus sobre Abraão apontam para a identidade e a missão de Jesus. Ele é, por excelência, a bênção do Pai em favor do povo. Toda a sua vida é, na verdade, um ato eucarístico em louvor a Deus concretizado no amor ao próximo. Sua prática indica o caminho da paz como fruto da justiça. O seu gesto de bênção sobre os alimentos com a partilha entre todos nos alerta para o desdobramento da eucaristia na vida cotidiana de cada um de nós. “A eucaristia é o centro vital do universo, capaz de saciar a fome de vida e felicidade: “Aquele que se alimenta de mim viverá por mim” (Jo 6,57). “Nossa existência cotidiana se converte em missa prolongada (...)”. Todas as pessoas, todas as coisas, todos os momentos e todos os espaços são sagrados porque dons de Deus. Não se podem admitir situações excludentes, o acúmulo dos bens, a exploração egoísta do tempo, nem conformar-se com isso. Jesus mostrou o caminho para uma

nova sociedade, organizada a partir da base e com a administração justa dos bens. Ele conta com a colaboração de seus seguidores para continuar a sua obra. A celebração da festa de Corpus Christi pode constituir um bom momento de valorizar a responsabilidade de todos no cuidado e respeito por todas as formas de vida. Em coerência com o que celebramos na eucaristia, não podemos prescindir do empenho em favor da superação de toda espécie de violência e exploração, tanto do ser humano como da natureza. Trabalhando e legislando por uma sociedade mais justa e cristã, estaremos em permanente comunhão com Cristo.

Jornal Correio da Semana, 5 de junho de 2010

